



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais-CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEduc

**“COISA DE MULHER” E “CRIOLA”:
UM ESTUDO SOBRE APRENDIZAGENS DECOLONIAIS EM
ONGs DE MULHERES NEGRAS**

ANA BEATRIZ DA SILVA

Rio de Janeiro
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais-CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGedu

**“COISA DE MULHER” E “CRIOLA”:
UM ESTUDO SOBRE APRENDIZAGENS DECOLONIAIS EM
ONGs DE MULHERES NEGRAS**

ANA BEATRIZ DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Claudia Miranda

Rio de Janeiro
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc

**“COISA DE MULHER” E “CRIOLA”:
UM ESTUDO SOBRE APRENDIZAGENS DECOLONIAIS EM ONGs DE
MULHERES NEGRAS**

Ana Beatriz da Silva

Aprovado pela Banca Examinadora
Rio de Janeiro, 21/02/2018.

Prof.^a Dr.^a. Claudia Miranda - UNIRIO
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a. Sônia Beatriz dos Santos – UERJ/FEBF
(Membro Externo)

Prof.^a Dr.^a. Maria Elena Viana Souza - UNIRIO
(Membro Interno)

Nossos passos vêm de longe...!
Fernanda Carneiro, 2000

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a todas as luzes divinas das deusas, que durante esse período, permitiram-me determinação, foco e, acima de tudo, saúde para concluir esse processo de muitas leituras, aprendizagens, dúvidas e escrita, pois sem essa preparação, também espiritual, não haveria como concluir essa etapa da vida acadêmica.

À minha orientadora, Profa. Dra. Claudia Miranda por ter acreditado na pesquisa e no seu desenvolvimento. Muito obrigada, pelos conselhos, pelas palavras de incentivo e por ter me ensinado tantas coisas nesses dois anos. “GRATIDÃO” é a palavra que mais traduz este sentimento.

À Organização Coisa de Mulher por me forjar como mulher negra, ativista, feminista e por me ensinar sobre ser uma pessoa melhor. Por me possibilitar o trabalho em equipe. Faço um agradecimento especial para Edmeire Exaltação, Neusa das Dores Pereira e para as mulheres que passaram por essa instituição, deixando seus saberes, valores, histórias com as quais aprendi a lutar. Um especial agradecimento às interlocutoras (entrevistadas) na pesquisa.

À Organização CRIOLA pela possibilidade da pesquisa e dos ensinamentos obtidos nesse processo de outras aprendizagens. Muito obrigada pelo carinho com que me receberam, acolheram e possibilitaram o acesso a informações de seus projetos e pelas entrevistas dadas por Lúcia Xavier (filmada) e José Marmo in memoriam. Lá aprendi que ancestralidade faz parte do nosso processo pedagógico e da vida. Gratidão e Axé!

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de professores (as), Currículo (s), Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais-GFPPD, pelas discussões, seminários, encontros e reflexões que me ajudaram a compor este texto. Vocês fazem parte dele e apesar de ser um trabalho, às vezes solitário, pude perceber que o que escrevi só, traduz o coletivo. Agradeço às pesquisadoras do EICOS (UFRJ), Catalina Revollo Pardo, Ana León e Maria Carolina León por caminharmos coletivamente e trocarmos saberes “outros” sobre migração no Brasil, deslocamento na Colômbia, além das conversas sobre como é ser mulher, mãe, migrante e latino-americanas nesses e em ambos os contextos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO e seu corpo docente. Agradeço pela colhida e pelo espaço de aprendizagem múltipla e plural. Aos secretários do PPGEduc pela orientação acerca das questões administrativas e encaminhamentos diversos.

À minha turma de 2016, agradeço pelo aprendizado em pares, discussões infinitas em busca de um maior entendimento do mundo e da Educação no país. Em especial, às queridas e queridos: Ana Gomes, Rafaela Oliveira, Elaine Barbosa, Ralphen Rocco, Alan, Adriana, Mariana, Márcia, Lucidalva, Pedro, Gláucio. Obrigada por esse tempo na UNIRIO.

Às amigas e amigos Tatiana Portes, Pilar Cordeiro, Livia Monteiro, Fátima Lima, Leinimar Pires, Nívia Dantas, Fabiana Leonel, Gorete de Yansã (in memoriam), Rodrigo Reduzino, Alex Ratts, Alexandre Bodão, Simone Ferreira, Renan Rimou, Lumenaleluia e as “onças”. Vocês estiveram comigo desde muito antes dessa jornada com uma orientação, um gesto de amizade e carinho. Acreditaram que seria possível chegar até aqui.

Às minhas amigas, irmãs da Associação de Mulheres Negras Aqualtune: Allyne Andrade, Bianca Mendonça, Dayse Gomes, Flávia Sousa e Evelin Soares pela familiaridade e pelas falas de apoio, estímulo para avançar na construção dessa pesquisa sobre ONG’s de Mulheres Negras e pela militância exercida conjuntamente nesses 10 anos de re-existência. Também agradeço ao Fórum Estadual de Mulheres Negras-RJ por terem compreendido minha ausência e por entenderem esse processo de formação acadêmica e de luta dentro da Universidade pública.

Às minhas tias Ninha, Terezinha e Madalena in memoriam e tios da família Silva, pela presença de vocês na minha vida, que sempre foram protetores, estimuladores a educação e a vida no seu melhor formato e aos meus pais (in memoriam) Orlando e Magna por ter me dado à vida para meu caminhar e me amarem tanto. Muito obrigada, por estarem sempre do meu lado no amor e na dor.

Por fim, ao meu companheiro, parceiro e amigo Marcelo Vilela. Obrigada pela ajuda e críticas na construção desta dissertação. Sua acolhida e palavras foram primordiais para o término. Valeu todo nosso investimento! Ao meu filho **Malcolm Akins** pela paciência, por minha impossibilidade com o seu tempo. Não pude brincar naquelas horas preferidas, e aguentei sua cara de menino sensível. Você foi incrivelmente parceiro de sua mãe.

Muito obrigada por tornarem minha vida mais bela! Amo vocês!

SILVA, Ana Beatriz da. “COISA DE MULHER” E “CRIOLA”: UM ESTUDO SOBRE APRENDIZAGENS DECOLONIAIS EM ONG’s DE MULHERES NEGRAS. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre as propostas educacionais dinamizadas por duas organizações de mulheres negras sendo elas “Coisa de Mulher” e “CRIOLA” com o foco nas práticas pedagógicas e nos seus respectivos projetos de Pontos de Cultura. A partir dessas questões elaboradas inicialmente, vislumbramos entender outros espaços de aprendizagens e os seus modos de formulação filosófica além de sua “*práxis* insurgente”. O intuito foi identificar experiências constitutivas de uma proposta educacional alternativa tendo como escopo os achados da crítica latino-americano decolonial situando a luta e modos de re-existência dessas organizações lideradas por intelectuais orgânicas que se constituíram no Brasil em torno de uma agenda propositiva visando combater preconceitos, mas, sobretudo o racismo. As hipóteses iniciais são de que seus respectivos projetos refletem o ideário filosófico do Feminismo Negro Latino-americano e seus desdobramentos indicam saídas para a elaboração e execução de ações sócio educacionais voltadas para as insuficiências que afetam demasiadamente jovens e crianças negras. Partiu-se de uma pesquisa qualitativa apoiada em entrevistas semiestruturadas definidas como “Narrativas Orgânicas” sendo indispensável analisar como as relações de gênero, raça e sua interseccionalidade, atravessam essas formas de incidir no problema central aqui levantado. O referencial teórico se insere na perspectiva dos estudos decoloniais e no legado do Feminismo Negro Latino-americano reconhecidos como fontes para uma abordagem que favorece contra-narrativas e rupturas com o instituído. Sugere-se que as referidas instituições apresentam concepções filosóficas e pedagógicas que inspiram e promovem outras aprendizagens advindas de um modo de conceber Pedagogias e Movimentações Curriculares outras.

Palavras-chave: Educação antirracista; Currículos decoloniais; Ong’s de Mulheres Negras; Coisa de Mulher; CRIOLA.

ABSTRACT

This research deals with the educational proposals promoted by two organizations of black women, being "Coisa de Mulher" and "CRIOLA" with a focus on pedagogical practices and their respective Culture Points projects. From these initially elaborated questions, we envisage to understand other spaces of learning and their modes of philosophical formulation besides their "insurgent praxis". The purpose was to identify experiences constitutive of an alternative educational proposal having as scope the findings of the decolonial Latin American critique situating the struggle and ways of re-existence of these organizations led by organic intellectuals that were constituted in Brazil around a propositive agenda to fight prejudices, but above all, racism. The initial hypotheses are that their respective projects reflect the philosophical ideology of Latin American Black Feminism and its developments indicate the way out for the elaboration and execution of socio-educational actions focused on the insufficiencies that affect too young and black children. It was based on qualitative research supported by semi-structured interviews defined as "Organic Narratives". Thus, it is essential to analyze how the relations of gender, race and their intersectionality, cross these ways of focusing on the central problem raised here. The theoretical framework is embedded in the perspective of decolonial studies and in the legacy of Latin American Black Feminism recognized as sources for an approach that favors counter-narratives and ruptures with the instituted. It is suggested that these institutions present philosophical and pedagogical conceptions that inspire and promote other learning arising from a way of conceiving other Curricular Pedagogies and Movements.

Key words: Antiracist education; decolonial resumes; Ong's of Black Women; Coisa de Mulher; Criola.

LISTA DE SIGLAS

- ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
- AMNB - Articulação de Mulheres Negras do Brasil
- ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
- CEDOICOM - Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher
- CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
- CMCR-Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, a Xenofobia, Formas Relacionadas à Intolerância.
- ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- ENMN - I Encontro Nacional de Mulheres Negras
- FUNABEM - Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
- GFPPD - Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de professores/as, Currículo (s), Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais.
- GT - Grupo de Trabalho
- LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e pessoas Intersex.
- IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
- MN-Movimento Negro
- MNU-Movimento Negro Unificado
- MNB - Movimento Negro Brasileiro
- MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
- ONG - Organização Não-Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- REUNIMA - Reunião de Mulheres Negras Aqualtune
- UFF - Universidade Federal Fluminense
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNIRIO- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE QUADROS

Quadro I- Atuação da Organização Não Governamental Coisa de Mulher.....	37
Quadro II- Atuação da Organização Não Governamental CRIOLA.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, DECOLONIALIDADE E FEMINISMO NEGRO.....	23
CAPÍTULO 2. INTELECTUAIS NEGRAS, ONG's E NARRATIVAS ORGÂNICAS.....	33
2.1. Coisa De Mulher.....	33
2.2. CRIOLA.....	38
2.3. Os Pontos de Cultura.....	42
CAPÍTULO 3. PEDAGOGIAS OUTRAS NAS ONGs DE MULHERES NEGRAS.....	47
3.1. Outras movimentações curriculares e pedagogia feminista negra.....	47
3.2. Movimento de mulheres negras e Feminismo negro.....	61
3.3. Saúde da população negra.....	72
3.4. Formação de professoras nas Ong's.....	77
3.5. Fortalecimento de Identidades.....	93
3.6. Espaços de outros conhecimentos, desafios e dificuldades.....	105
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	119
ÂPENDICE I - Quadro de Entrevistadas/o	130
ÂPENDICE II- Roteiro das entrevistas.....	132
ANEXO III–Autorização de imagens da pesquisa.....	134

1. INTRODUÇÃO

“Os educadores têm o dever de confrontar as parcialidades que têm moldado as práticas pedagógicas em nossa sociedade e de criar novas maneiras de saber, estratégias diferentes partilhar o conhecimento”.
bell hooks¹, 2013, p.23.

Esta pesquisa é a respeito de Propostas Educacionais dinamizadas por duas organizações não governamentais (Ong’s) de mulheres negras localizadas na cidade do Rio de Janeiro. São elas: “Coisa de Mulher” e “CRIOLA”². O foco está nas práticas pedagógicas reconhecidas como parte do escopo de seus projetos de Pontos de Cultura. Pontos de Cultura são definidos como entidades culturais e/ou coletivos certificados pelo Ministério da Cultura e pelo Estado, tendo como função promover uma agenda de diálogos. Podem ser definidas como uma base social, reconhecida socialmente pela penetração alcançada com o trabalho em comunidades e territórios ocupados, especialmente, por estratos sociais em situação de vulnerabilidade.

Na Ong, Coisa de Mulher, o *ponto de cultura* tem como objetivo desenvolver ações educadoras e de fortalecimento, considerando as expressões artísticas e, ao mesmo tempo, temáticas que abordem o problema das desigualdades de gênero e de raça. Nesse caminho, as culturas negras se convertem em subsídio para ações de conscientização de cidadania, autoestima e crescimento pessoal. Na Ong, CRIOLA, por exemplo, o *ponto de cultura, Mulheres Negras na História* tem como mote organizar e disponibilizar o acervo bibliográfico e iconográfico da Biblioteca Gésia de Oliveira. Também, realizar encontros de produção de conhecimento e reflexão que abordem temas sobre as mulheres negras e a cultura afro-brasileira. Organizar, editar e distribuir livros incluindo biografias de mulheres negras do Rio de Janeiro, além de publicar material de pesquisa, como revistas sobre temas relacionadas à mulher negra e às culturas afro-brasileiras fazem parte das práticas de *ponto de cultura*.

Trata-se, assim, de uma política cultural que, ao garantir articulação com programas sociais da gestão pública (central e local), via ministérios, pode partir das

¹A autora **bell hooks** assina com seu pseudônimo em letras minúsculas, seu nome é Gloria Jean Watkins. Intelectual e escritora afro-estadunidense nasceu em 25 de setembro de 1952, no Kentucky – EUA. O apelido que ela escolheu para assinar suas obras e uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O seu texto e assinado com letra minúscula, opção da própria autora.

²Assumimos a escrita em letras maiúsculas para dar visibilidade ao nome da instituição, de forma positiva e de fortalecimento de sua identidade.

demandas socioculturais para fazer intervenção e disputas simbólicas que afetem positivamente a base da sociedade. Entendemos que essas organizações são forjadas por lideranças femininas, oriundas de distintas frentes, tais como fóruns distintos que dinamizam agendas para propor políticas públicas. Fazem parte do que se destaca nessa dissertação como o “Movimento de Mulheres Negras” e parte da história de êxito de fóruns consolidados e que inauguraram, por exemplo, a luta pela Saúde da População Negra.

Também localizamos mulheres de lideranças que se constituem como intelectuais orgânicas e que são responsáveis por iniciativas reconhecidas e apoiadas, desde a criação das referidas organizações, por órgãos públicos e organizações parceiras atentas à promoção dos estratos sociais com traços de desvantagens sociais diversas. Dentre nossos objetivos, incluímos analisar as práticas pedagógicas produzidas nessas Ong’s de mulheres negras na perspectiva do *pensamento decolonial negro*. Do mesmo modo, o ideário filosófico presente no escopo do Feminismo Negro latino-americano, atravessou o quadro analítico aqui iniciado e que se justifica pela relevância dos fóruns sobre “pedagogias alternativas³”.

Para introduzir a temática aqui em destaque, optamos por recuperar alguns aspectos da trajetória resultante do Mestrado em Educação no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tais vínculos fizeram possível considerar aportes antes desconhecidos no tocante ao corpo de conhecimentos aqui trazidos. Ao mesmo tempo, reconhecer-se como a autora assume um percurso interessante à medida que se mantém um diálogo como estudiosa/os latino-americanas/os pela sua atuação no âmbito dessas instituições. Ou seja: há uma efetiva aproximação com as propostas desenvolvidas nas instituições de mulheres negras, já que se considera, aqui, como objeto de estudo, as propostas filosóficas e educacionais de duas Ong’s. Podemos expor esse dado de inserção em que o maior acúmulo é por causa do ativismo nos chamados “movimentos de bases”.

Essa característica, entretanto, fez com que buscássemos maior aproximação com o universo investigativo acadêmico, assumindo desafios que foram além do campo específico da primeira formação (Geografia). Nesse novo percurso, foi possível conhecer vasta produção sobre o tema e cruzar os estudos sobre a luta das mulheres negras com a temática da Educação para as Relações Étnico-raciais. Entendemos a

³ Sobre esse conceito ver Miranda, 2013.

caminhada realizada, nesses dois anos, como parte de um processo na contracorrente se considerarmos as formas de distinção social na qual as mulheres negras estão em extrema desvantagem. Notadamente, as ativistas ampliam suas formas de intervenção garantindo novos espaços de provocação de temas invisibilizados, inclusive do que significa o seu acúmulo nas esferas em que se constrói sua luta antirracista.

O espaço acadêmico é, por isso, lugar de atuação pela possibilidade de intervir e viver outras dimensões dessa experiência de confronto racial. Sendo assim, a caminhada não deve ser desvinculada desse aspecto. A visão filosófica em que se pensa a enunciação pode ser valorizada para se avançar na conformação epistemológica e pensar o lugar de enunciação desta autora. A pesquisa emerge, então, como parte de um questionamento sobre quem tem direito à voz numa sociedade, que tem, como norma, as políticas de branquitude. Tal noção ajuda a problematizar os códigos vigentes e as estratégias de rompimento de vozes unívocas, fomentando uma urgência que requer novas arenas de problematização para pensar multiplicidade de presenças e consequentemente, multiplicidade de vozes.

Para compreender o debate mais recente sobre Feminismo Negro Latino-americano, foi imperativo alinhar-nos aos pressupostos defendidos por pesquisadoras e feministas negras como Sueli Carneiro, Betty Ruth Lozano Lerma, Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Claudia Miranda, Claudia Pons Cardoso e Sônia Beatriz dos Santos. Com elas, pensamos outros lugares de fala e tal aspecto é central, já que impõe perspectivas que rompem com a tradição dos estudos feministas. Faz sentido recuperar o que provoca Sueli Carneiro (2003), quando afirma que a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra mulheres negras e indígenas. Desse modo, a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana. Em sua visão, tal fenômeno chegou às últimas consequências, no Brasil, tendo em vista que essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.

Compreendemos que, são nos espaços educativos não-formais de aprendizagens, as Organizações de Mulheres Negras se forjam como proponentes de “outras educações”, conforme enfatizam Elizabeth Castillo Guzmán e José Antonio Caecedo Ortíz (2010). Esse tipo de perspectiva possibilita que se formulem abordagens contra hegemônicas e antirracistas para os diversos currículos praticados.

Evidenciam-se, a partir da inserção no campo da pesquisa, ambiências favoráveis para conhecimentos de saberes antes clandestinizados, conforme o sentido trabalhado por Santiago Arboleda Quiñonez (2016). Notadamente, a orientação das instituições, aqui em destaque, tem a ver com um movimento alternativo pela educação. Desse modo, indo além dos muros da escola, conforme considera Claudia Miranda (2013), os currículos praticados, então, geram resultados para promover experiências de transformação social, além de favorecerem outras formas de identificação docente. Esse modo de propor outras aprendizagens, que envolvem espaços pluriversais, influencia aquelas (es) envolvidas (os) com o trabalho.

As discussões realizadas coletivamente sobre currículo balizaram parte das hipóteses sobre pedagogias alternativas e mediação cultural desenvolvida nesse processo. As “teorias de currículo” e as suas interfaces com o tema da colonialidade, presentes nas propostas diversas para os cursos de Licenciatura (MIRANDA e PIMENTEL, 2015), chamaram nossa atenção. Por isso, refletimos sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas e, nesse percurso, Coisa de Mulher e CRIOLA têm muito a sugerir, a orientar nossas percepções educacionais.

É mister reconhecer as oportunidades tidas como intelectual orgânica e, posteriormente, trabalhar alinhada ao projeto de pesquisa sobre “outras educações”, pensando com Elizabeth Castillo Guszmán e José Antonio Caecedo Ortíz (2010). Em outros termos, fomos orientadas a pensar o impacto de pesquisas que desenvolvam iniciativas para fomentar o trabalho aqui apresentado. As instituições situadas no Rio de Janeiro nos dão pistas para o que acreditamos serem “pedagogias alternativas” que em grande medida, a sociedade tem dificuldade de reconhecer por serem sustentadas por um tipo de saber e por práticas que rompem com a colonialidade imposta. Nossa crítica inclui as práticas baseadas em um currículo “euro-dirigido.”.

Podemos supor que toda prática pedagógica é, em si mesma, uma prática educativa, e essa última se torna pedagógica quando passa a ser objeto de ação e reflexão nesse campo dialógico tornando-se relacional essas mediações dos sujeitos/os, saberes e conhecimentos envolvidos nesta prática (SEVERO, 2015, p.564). Acreditamos que, essas práticas pedagógicas realizadas pelas ONG’s de mulheres negras, são pedagogias decoloniais inseridas em outras possibilidades didáticas, argumentativas, formativas, emancipatórias, em grande medida, de insurgências, resistências e re-existência dos movimentos sociais e em especial ao movimento negro e o movimento de mulheres negras.

Como enfatiza Maria Eugenia Borsani (2014) “[...] não há possibilidade de um único desenho e/ou protocolo metodológico quando se trata de abordagens decoloniais” (2014, p.164). É imprescindível pensarmos, agirmos e investigarmos nossas pesquisas e, por isso, acreditarmos nessa construção epistêmica de disputa de sentidos. Foi possível entender, então, que, muitos dos aspectos centrais do que estudamos, podem ser localizados no que se entende por “*sentipensante*”. Para Orlando Fals Borda (2003, p. 9) “*sentipensante* é aquela pessoa que trata de combinar a mente com o coração, para guiar a vida a boa trilha e aguentar seus muitos tropeços”:

Um intelectual sentipensante é aquele que nem se guia somente pela razão rigorosa instrumental da ciência dominante, descomprometida ética e politicamente como o sofrimento dos oprimidos, nem age de forma meramente espontaneísta e impulsiva, sem recorrer a planos, a métodos e as estratégias. Um intelectual sentipensante, ao contrário, orienta-se pela somatória de uma razão rigorosa e crítica e de um vínculo orgânico, participativo e afetivo com as comunidades populares. Por sua relação umbilical com as camadas mais sofridas, o intelectual sentipensante não ignora suas emoções e sua indignação com a opressão, mas as transforma em fonte seminal que alimenta uma ética do cuidado e uma racionalidade emancipatória (FALS BORDA 2003, p.9).

Como *sentipensantes*, fomos guiadas por nossas coautoras, mulheres da caminhada e que aqui consolidam, com a autora, “narrativas orgânicas” algo definido como *saberes das práticas outras de aprender e des-aprender em espaços não formais de educação*.

Os objetivos da pesquisa

Com os sentidos alcançados a partir da entrada no campo, sustentamos nossos objetivos de:

- **Analisar** as práticas pedagógicas produzidas nas ONG’s de mulheres negras na perspectiva da interculturalidade crítica e a partir do pensamento decolonial;

Em termos práticos, foi possível:

- **Identificar** as experiências pedagógicas realizadas pelas Ong’s de mulheres negras bem como os currículos praticados (conteúdos e metodologias) nos seus espaços educativos não formais de aprendizagens;

Intencionamos dar ênfase para as experiências constitutivas das práticas pedagógicas produzidas nessas ONG’s:

- **Problematizar** aspectos da interseccionalidade como construção sócio-políticas. Investigar como estes têm documentado e disseminado, suas produções educacionais e socioculturais em gênero-raça sobre a perspectiva da interculturalidade crítica.

Dentre nossas **questões da pesquisa**, a proposta se vincula aos objetivos centrais acima enumerados para localizar os pressupostos filosóficos e pedagógicos das Organizações de Mulheres Negras, Coisa de Mulher e Criola, a partir da agenda antirracista, antihomofóbica, através das ambiências de aprendizagem. Algumas questões foram elencadas aqui:

1. Como as relações de gênero/raça e suas interseccionalidade se dão no campo da educação, através das práticas pedagógicas emancipatórias e revolucionárias nos espaços educativos não formais de aprendizagens nas Ong's?
2. De que forma as ong's de mulheres negras se voltam para ações educacionais legitimando sua agenda antirracista e antihomofóbica?

A partir dessas questões, vislumbramos entender outros espaços de aprendizagens e os seus modos de formulação filosófica, além de sua “*práxis insurgente*”, se assim pudermos considerar. Objetivamos interseções que são vistas como inadiáveis tendo em vista as contribuições dessas organizações para a formação do segmento historicamente deixado a margem como é o caso da população negra.

Localizamos vertentes do campo da Educação comprometidas com as críticas ao instituído e, nesse caso, chamam à atenção estudos no campo do currículo sobre diversidade, relações raciais e justiça curricular.

A **justificativa** desta proposta de pesquisa parte da compreensão do que tem sido a intervenção das organizações, Coisa de Mulher e CRIOLA, “*lugares outros*” tal como, outros espaços de aprendizagens, com outras possibilidades de conhecimentos e saberes. “Lugar outro” é um conceito geográfico e se relaciona com espaços demarcados por vivências, experiências cotidianas, significados particulares e relações humanas. Nas palavras de Milton Santos (1999, p.258) está a seguinte indicação: “no exercício do cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições-cooperações e conflitos são à base da vida em comum”.

A relevância da pesquisa, então, possui tripla dimensão: científica, social e pessoal. No que concerne ao conhecimento científico, qualquer estudo que se preocupe em estudar os possíveis mecanismos para a construção de uma Educação emancipatória, libertadora, ou que amplie as abordagens já existentes, são pertinentes. Sendo assim, precisamos entender esses lugares outros, como possibilidades pluriversais no sentido dado por Santos (2004); como espaços de “*brechas*” como considerou Catherine Walsh (2016). As brechas vistas como um lugar de assembleia, um lugar “outro” que convida, reúne, e convoca um lugar de des-aprendizagem e re-aprendizagem “com” “em” e através de uma pedagogia-político-prática baseada na relação (WALSH, 2016, p.73).

A pesquisa em questão justifica-se pelas urgências de estudos sobre processos de aprendizagens que se dão à margem da educação escolarizada e que são considerados, aqui, como *espaços educativos não formais de aprendizagens*, e que situamos como chave para o campo da pesquisa em Educação. Outro dado para nossa justificativa é a percepção alcançada com a experiência da autora. Ao passar por um processo de identificação como mulher negra, educadora, ativista/militante e oficinaira do Coisa de Mulher, coordenação de projetos sócio educacionais, foi inevitável questionar as formas de exclusão social vividas pela população alvo. Do mesmo modo, foi um ganho para a instituição e para a formação em geral de jovens mulheres estudantes universitárias que estiveram (e estão) contempladas em suas propostas de emancipação negra e feminina. O olhar como “oficineira”, e toda a inserção, nesse espaço, catapultou a pesquisa.

Consideramos que são esses “*lugares outros*” de aprendizagens e que auxiliam problematizações sobre “novos repertórios curriculares”, frente ao imposto pelas principais conquistas, sendo uma delas, a promulgação da Lei 10.639.

Helena Maria Marques Araújo (2012) considera que “a educação é uma prática social complexa, multiforme, permanente, por isso ela não acontece só na escola, mas também nas bibliotecas, nos museus, nos cinemas, com a televisão, a internet, na família, no clube, no bairro, com a vizinhança etc”. Com tais elementos, acreditamos que a pesquisa contribui para o campo educacional e pode ampliar as agendas dos fóruns sobre diretrizes curriculares, planos para a Educação das Relações étnico-raciais e as questões que incluem as desigualdades de gênero e raça.

Sobre os caminhos metodológicos, nosso intuito foi examinar linhas de ações ancoradas no pressuposto de pedagogias alternativas e assim trabalhamos a partir de uma perspectiva multidimensional de aprendizagens considerando outros lugares de enunciação, como é o caso das experiências possíveis no espaço das organizações,

Coisa de Mulher e CRIOLA. Com isso, importa destacar como se deu a escolha dessas instituições para o desenvolvimento da pesquisa.

Um desses fatores foi à inserção efetiva na Ong, Coisa de Mulher. O trabalho realizado garantiu uma experiência de dez anos em seus projetos, incluindo o *ponto de cultura*. Nesse percurso, o repertório profissional se consolidou com a presença na equipe de trabalho a qual acompanhamos a estruturação de práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, percebemos, de fato, a importância dessas organizações de mulheres negras e seu potencial para o campo da Educação. Outro dado para a pesquisa foi o vínculo já realizado via ativismo de base e as inúmeras etapas vividas e que favoreceram diálogos com a outra organização, CRIOLA, responsável por um trabalho definido pelo seu *ponto de cultura*.

Dedicamo-nos a uma composição de um quadro sobre o campo de atuação pelas razões expostas e será a partir dele que um “estudo decolonial” se desenha. Segundo Catherine Walsh (2013, p.67), devemos nos posicionar nessa prática e pensamento, para construir outros conhecimentos plurais vindos do *Sul*, baseados na vida de luta, movimento e mudança nos continentes e que essas conformações gerem lugares de compromisso e de enunciação. Tornou-se imprescindível realizar a entrada no campo, levando em consideração que esta pesquisa é inspirada nesse ideário. Assim, as interlocutoras são, ao mesmo tempo, coautoras.

Assumimos, então, o papel de pesquisadora, com comprometimento, ética, criatividade, coerência, persistência, disposição, argumentação, escuta sensível e o que consideramos ser crucial: uma etnopostura, na qual o/a sujeito/a se afeta pela pesquisa, se dispõe a dialogar, pensar, analisar, teorizar observando que esta ação está condizente com as “(...) atividades normais do profissional da educação [porque se aproxima] da vida diária do educador, em qualquer âmbito em que ele atue, tornando-a um instrumento de enriquecimento do seu trabalho” (LÜDKE e ANDRÉ, 2012, p. 2).

Ao descrevermos nossa perspectiva teórico-metodológica, assumimos uma concepção ética-política-epistemológica, através de uma visão de mundo dada pela tradição afro-latino-americano, mas, sem dúvida, uma tradição (re) elaborada pelo contato com outras visões de mundo, dentre elas, o feminismo negro. Verificamos nos processos metodológicos dessa pesquisa, o quanto é urgente garantirmos o compromisso, uma postura ética com a ação sociopolítica das sujeitas envolvidas nesse processo para transformação da sociedade e de ruptura e emancipação com a modernidade/colonialidade instituída. Traçamos etapas, inicialmente, organizando um

planejamento de como chegaríamos às organizações de mulheres negras para primeiramente entrevistar as gestoras/diretoras/o (dois responsáveis dos pontos de cultura) para entendermos seus processos constitutivos através dos seus campos de atuações, objetivos e missões institucionais (fase da qualificação). Posteriormente, entramos em contato com as sete professoras/o responsáveis para fazermos as entrevistas e analisarmos os objetivos propostos da pesquisa em busca de responder as questões da pesquisa, a partir das questões de gênero/raça, cultura no campo da educação no contexto da perspectiva decolonial, feminista negra.

A escolha de tais professoras/responsáveis levou em conta a possibilidade de refletirmos sobre as práticas pedagógicas, as didáticas, as trocas vivenciadas e estratégias metodológicas diferenciadas por essas experiências no período das vigências dos projetos em estudo, que são os pontos de culturas do Coisa de Mulher entre os anos de 2005 e 2015. Já da ONG CRIOLA começou em 2009 e está em atividade até o presente ano. Vale destacarmos as escolhas das interlocutoras da pesquisa, que se deram direcionadas por critérios qualitativos, como sugere Verena Alberti (1989, p.14), “a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência”.

Conduzimos, então, entrevistas com professoras, educadoras,icineira e coordenadoras para o reconhecimento e a valorização do trabalho de formadoras “facilitadoras/colaboradoras” nessas organizações. De acordo com Monica Rabelo de Castro, Giselle Ferreira e Wania Gonzalez (2013, p. 36): “uma total neutralidade na pesquisa é sempre impossível, mas é importante buscar a objetividade”.

Vislumbramos, portanto, um trabalho observando a ausência de estudos sobre organizações de mulheres negras e suas atuações no campo da Educação. Percebemos a possibilidade de contribuir e ampliar as discussões nesse campo e de dialogar com a linha de Práticas Educativas, Linguagens e Novas Tecnologias, na qual essa pesquisa se situa. Observamos nuances sobre as questões da Educação e as desigualdades de gênero e o campo de estudo da Educação para as Relações Étnico-raciais.

Outro passo para a nossa aproximação com o campo, foi estabelecer contato com um conjunto de professoras/oficineiras e enviar mensagens eletrônicas, para que pudessem entender a pesquisa e convidá-las para essa colaboração para a construção dos dados. Cabe ressaltar, que o e-mail e o “*whatsapp*” foram recursos de comunicação devido às constantes desistências e remarcações.

Foram sete entrevistadas. No percurso, enviamos sete convites, mas somente seis professoras/oficineiras/responsáveis responderam. Quatro aceitaram e duas aceitaram

prontamente e duas não responderam. As duas que aceitaram de imediato, entrevistamos, posteriormente, em diferentes períodos, e suas “narrativas orgânicas” foram essenciais para o começo dessa etapa. Temos como fonte primária, depoimentos que colocam em evidência elementos que possibilitam compreender as relações que se estabelecem entre quem narra, o seu trabalho, a prática nas comunidades e as expectativas para a vida em sociedade. Dessa maneira, gravamos oralmente e filmamos as diretoras das duas instituições envolvidas: Lúcia Xavier (2017) e Edmeire Exaltação (2017).

Nessa perspectiva, tratamos como aposta outras possibilidades investigativas, outros formatos pedagógicos, outras ações sociopolíticas, outros pensamentos e diálogos, a partir de conhecimentos produzidos por sujeitas subalternizadas, silenciadas pelo sistema moderno/colonial e eurocêntrico.

Agendamos outras entrevistas. Em dois casos, combinamos mais de uma vez, um “encontro virtual”, mas, não obtivemos sucesso, como é o caso de dois professores que atuaram no Coisa de Mulher. Ambos se recusaram a dar entrevistas, alegando dificuldades para acessar a *internet*. Não obstante, seguimos avançando e realizando as entrevistas aqui incluídas. Fizemos as entrevistas com a mesma etnopostura e dialogicidade, respeitando as sujeitas/partícipes nos seus contextos sociais.

A respeito das informações coletadas nesse campo e, nos diálogos propostos, o que difere da entrevista estruturada, na qual são feitas questões padronizadas e cuja finalidade, geralmente, é a obtenção de dados quantitativos, a entrevista semiestruturada possui maior grau de flexibilidade e se destina a compreensões de caráter qualitativo (OLIVEIRA, et al., 2010, p. 43).

Recorremos a uma abordagem que fornece sustentação para “outras expedições investigativas mais coletivas e mais ao Sul”, por assumirmos, como horizonte, as análises desenvolvidas nos grupos que se consolidaram nos países dos “mosaicos latino-americanos” (MIRANDA, 2017, p. 217). Tudo isso para valorizar uma pluralidade epistêmica e conceber pedagogias alternativas.

Entendemos que “[...] a pesquisa é a construção de um conhecimento e a revelação do contexto do objeto pesquisado” (CHIZZOTI, 2013, p. 92). Alinhadas ao pensamento de Carlos Rodrigues Brandão (2006), vimos que a pesquisa de campo que acreditamos é “participante não porque os atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mas sim porque ela se projeta, porque realiza desdobres através da participação ativa e crescente desses atores” (BRANDÃO, 2006, p.31).

I. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, DECOLONIALIDADE E FEMINISMO NEGRO LATINO-AMERICANO

Destacamos argumentos oriundos do Pensamento Decolonial e no Feminismo Negro Latino-americano e assumimos a relevância de tais vertentes com vistas a discorrer sobre propostas educacionais existentes nas Ong's de Mulheres Negras. Caberia afirmar que nosso campo de maior destaque é o educacional e isso sugere um exercício ímpar de interseção.

Inicialmente, gostaríamos de chamar a atenção para nossa identificação com o que Nilma Lino Gomes (1995) aponta quando analisa nossa realidade social:

Falar em relações raciais, de gênero e de classe, discutir as lutas da comunidade e das mulheres negras e dar visibilidade aos sujeitos sociais não implica em um trabalho a ser realizado esporadicamente. Implica em uma nova postura profissional, numa nova visão das relações que permeiam o cotidiano escolar e a carreira docente, e ainda, no respeito e no reconhecimento da diversidade étnico-cultural. Representa a inclusão nos currículos e nas análises sobre a escola desses processos constituintes da dinâmica social, da nossa escola e da prática social. Significa, também, a ampliação das análises sobre gênero, raça e classe que extrapole essa divisão rígida entre as mesmas. Na realidade social essas três categorias estão intimamente ligadas. Porém, elas não dão conta por si só de explicar a totalidade da vida social. É preciso discuti-las juntamente com outras dimensões presentes no processo de formação humana como a idade, a religião, a cultura, entre outros (GOMES, 1995, p.35).

A autora nos convida a valorizar o protagonismo do movimento das mulheres negras, do feminismo negro imprimindo, nesses espaços, de outras educações, aprendizagens decoloniais com uma pedagogia de (re) existência alinhadas à decolonialidade. Desse modo, gerando outros conhecimentos e novas possibilidades no campo da Educação vinda dos movimentos sociais. As mulheres negras produzem conhecimentos, saberes que vão evidenciar, analisar e tratar as problematizações que trazem nesse campo da educação. Argumenta, também, que “a mulher negra professora se defronta com muitos conflitos para a construção de sua identidade e o estabelecimento de sua condição de mulher e profissional”, provocando-nos a entender o contexto relatado por nossas interlocutoras que atuam nas Ong's de mulheres negras.

Parece-nos que tais percepções nos levam a desvelar o racismo e o sexismo camuflados em todas as instâncias da nossa sociedade moderna/colonial e, nesse sentido, o campo educacional tem em sua esfera distinta e neutra, esse contexto. Concordamos que:

Para além de intervir, o segmento feminino negro formado por intelectuais se posiciona como tal e se impõe para promover agendas que não abarcam puramente suas demandas específicas. Passa a ser imperativo enfrentar as

urgências relacionadas com processos mais interpenetrados pelas formas de desigualdade social. As idiossincrasias e as questões de fundo que perpassam os lugares de subalternização revelam as formas de ressignificação permanente dessas subjetividades, mas, ao mesmo tempo, exigem amplas visões sobre o que é ser, cotidianamente aprisionado/a como o Outro colonial. (MIRANDA, 2014, p.5).

Pensando com Claudia Miranda (2013, p.17), vimos que expedições investigativas implicam se movimentar, incluindo o ir e vir com as organizações e os coletivos localizados mais ao Sul. As movimentações curriculares e as dinâmicas garantidas nos espaços não formais de aprendizagens enfrentam as posições mais ao Norte, já que propõem atividades, como: cursos, seminários, palestras, oficinas, pesquisas, estudos, *workshops*, painéis, encontros, eventos culturais, publicações de livros e jornais, boletins e revistas. Tudo isso com a intenção de elucidar e garantir o direito à cidadania plena de mulheres através de seus programas e projetos. Podemos supor que tais propostas abarcam ferramentas de análises e de intervenções que cruzam categorias como o feminismo negro, as pedagogias feministas negras (e antirracistas), amefricanidade, bem como o *pretoguês*.

A partir desses desafios e dificuldades enfrentados pelas educadoras populares e especialistas das instituições aqui pesquisadas, buscamos entender suas construções identitárias. Nilma Lino Gomes (2003) sinaliza:

O entendimento desse contexto revela que o corpo, como suporte de construção da identidade negra, ainda não tem sido uma temática privilegiada pelo campo educacional, principalmente pelos estudos sobre formação de professores e diversidade étnico-cultural. E que esse campo, também, ao considerar tal diversidade, deverá se abrir para dialogar com outros espaços em que os negros constroem suas identidades (GOMES,2003,p.169).

Ainda discorrendo sobre a dimensão educacional, aprendemos com os Teóricos do Currículo e dos Estudos Culturais, (SILVA, 1999) que toda a cultura é pedagógica e toda pedagogia é cultural. Toda pedagogia está inserida num contexto histórico e cultural. Nesse sentido, percebemos o lugar das “outras propostas pedagógicas” e de como a educação e a cultura estão interligados por uma mesma espiral estruturalmente e andam lado a lado, confirmando a experiência educativa e/ou formativa para que seja desculturalizada.

Cabe ressaltar que as ações socioeducativas desenvolvidas nos espaços não formais de aprendizagens fazem parte de nossos interesses de estudo. No caso aqui em destaque, as instituições de organizações de mulheres negras, Coisa de Mulher e CRIOLA, em que encontramos as principais vias que possibilitam atuação e construção

de trocas de saberes outros, de reflexão e possibilidades de transformação social, de identidade no que concerne às relações de gênero, raça, classe e orientação sexual. Como colocado anteriormente, nossos objetivos ampliam as pesquisas sobre outras perspectivas educacionais. Também em sentido mais restrito, propor um quadro analítico para incluir o resultado multidimensional advindo das iniciativas do Movimento antirracista no Brasil.

Indagar sobre o papel das ações de instituições de mulheres negras trouxe alguns bons exercícios para pensarmos o que fazemos no Brasil e como colaboramos para conceber a diáspora africana presente na região da América latina. Portanto, entender as múltiplas experiências vivenciadas pelos coletivos historicamente em desvantagem no processo da dominação colonial/patriarcal, leva-nos a situar o debate decolonial e a perspectiva negra feminina. Convém ratificar quão robusto tem sido investigar a Educação em espaços não-formais de aprendizagens pela possibilidade de construção de conhecimento advinda dos movimentos sociais e, nesse caso, do Movimento de Mulheres Negras. Para alavancarmos essa proposta de pesquisa, é importante pontuar que as mulheres negras das organizações, com as quais estamos escrevendo essa dissertação, desenvolvem projetos e “práticas educativas que possibilitam a proposição de outros achados na perspectiva da pedagogia decolonial”, conforme aprendemos com Catherine Walsh (2013).

Se entendermos algo da produção existente sobre pedagogias decoloniais, a partir do levantamento já realizado, podemos assumir como relevantes esses aportes para analisar práticas pedagógicas nessas instituições. Ao mesmo tempo, promover outras interseções profícuas. No artigo, *Intelectuais afro-brasileiras e suas contribuições para uma crítica pós-colonial feminista*, Claudia Miranda (2014) faz a seguinte análise:

Caberia considerarmos que a construção da margem colonial/patriarcal experimentou seu maior êxito quando as instituições idealizadas no processo de expansão do domínio europeu sofisticaram as suas bases. E a configuração social refletida na experiência de distintos países incluídos neste desenho desenvolvido pela Europa – a colonização - é dependente de um fosso que separa miseráveis onde situamos, de um lado, um tipo de conformação social excludente que pode ser interpretada como uma África interna no Brasil e, de outro lado, elites, grupos herdeiros da branquidão da pele, sendo esta última, uma vantagem que resulta do acúmulo de bens públicos, da vigência de processos de patrimonialização unilateral engendrados por grupos que se beneficiaram com a cultura do estreitamento da noosfera estatal. As formas encobertas de subalternizar segmentos inteiros, por conseguinte, são ainda *tabus* sociais e, no bojo de uma análise mais decolonial sobre o Brasil, ganha relevo o modo sofisticado de desumanizar mulheres de ascendência africana em contextos como o brasileiro, que chegou, no século XXI, com mais de

50% da população negra, se autodeclarando como tal, conforme os dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (MIRANDA, 2014, p.12).

Essa visão parte da preocupação da autora, sendo esse um “aspecto que inspira nosso argumento sobre o papel de mulheres negras ativistas a partir de sua experiência como sujeito coletivo em espaços tais como as organizações do MN” (Idem, 2014, p.2).

A feminista negra norte-americana Patrícia Hill Collins (2000) argumenta que o pensamento feminista negro seria “[...] conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem”. A partir dessa reflexão, compreendemos as práticas pedagógicas realizadas por feministas negras de diferentes áreas de atuação. São intervenções baseadas em estratégias de aprendizagens, em experiências históricas de sujeitas que admitem a importância de uma visão interseccional para o trabalho concebido nas Ong’s. Caberia recuperar os seguintes dados:

[...] a forma de organização que eventualmente seria identificada como Ong em meados dos anos 80 nasceu no Brasil no final dos anos 60, um período difícil da história brasileira devido à ditadura militar, que causava impacto direto sobre o movimento social [...]. Várias décadas se passaram desde o surgimento das ONGs no país e na América Latina, contudo, estas continuam tendo papel fundamental no debate e na negociação entre Estado e sociedade civil – em níveis local, regional, nacional e global –, desenvolvimento de estratégias de enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero, sociais, e de orientação sexual (SANTOS, 2009, p. 280).

Ao tratar da perspectiva racial de gênero das Ong’s de mulheres negras, Sônia Beatriz dos Santos (2009) acrescentou:

A perspectiva racial de gênero está intimamente vinculada à natureza dos objetos de luta das ONGs de mulheres negras e se estabelece com a emergência e o desenvolvimento desse movimento no Brasil. Tal perspectiva tem demarcado um campo peculiar no que se refere à construção da identidade política e da estrutura social dessas organizações e ainda as tem distinguido de outros grupos da sociedade civil no país (SANTOS, 2009, p. 282).

Podemos supor que, as lutas antirracistas em todo o contexto latino-americano estão adornadas por um ideário que inspirou a resistência diaspórica. Ou seja: vimos reinventando nossas ações comunitariamente tendo como base as dimensões espirituais aprendidas com as famílias negras, com os quilombos e grupos que resistem, mesmo que nas favelas e morros. Nas grandes periferias do nosso país, por exemplo, mulheres pobres, negras se apoiam para criar seus filhos e netos e imprimem um modo de vida comunitária para sobrevivência de um todo que

comumente passam por desigualdades sociais e raciais. Por tudo isso, é mister admitir que as mulheres negras assumiram distintas posições de liderança e sustento de suas famílias. Por isso, garantiram dinâmicas e tecnologias de resistências e re-existência. São expressões de um modo criativo de sobreviver ao caos das heranças de dominação que desumanizaram o continente africano impondo essas conformações diaspóricas por todo o mundo.

O pensamento decolonial tem como sua maior contribuição a ruptura com a história única e a denúncia do eurocentrismo. Ao optarmos por essa interação, trabalhamos a partir de uma crítica central por considerar a modernidade instituída pela colonialidade. Os dados acima ratificam tal conformação e localiza as idiossincrasias com as quais somos desafiados dia a dia. Nesse sentido, estudos de Aníbal Quijano deixam marcas profundas pelas rupturas alcançadas por conceber vias de interseção com o pensamento de Frantz Fanon. Suas análises são indispensáveis na reflexão sobre as epistemologias em disputas e nessa pesquisa, aquelas advindas dos movimentos insurgentes no Brasil passam a importar.

Compreendemos, assim, as Organizações de Mulheres Negras brasileiras, inseridas nas disputas por outras epistemologias, tendo em vista que possibilitam a experiência com populações desumanizadas e colocadas à margem. Trata-se de instituições marcadas pelo ideário insurgente, presente no estudo de Aníbal Quijano . Além disso, podem ser entendidas como instâncias da sociedade civil que disputam, efetivamente, outras epistemologias.

Com o propósito, de analisar tais desdobramentos, alinhamos- nos com a pesquisadora afro-colombiana Betty Ruth Lozano Lerma (2012) quando argumenta:

Por eso, la propuesta más por el lado de fortalece r nuestras organizaciones de mujeres negras, tejer redes, movilizarnos por la construcción de una sociedad diferente. La organización nos dará la fuerza social y el poder necesarios para desafiar la economía neoliberal, enfrentar el racismo y el sexismo en la teoría y en la práctica y desarrollar enfoques y prácticas que nos permitan, junto a otras mujeres y otros hombres, transformar la realidad global y no solamente una pequeña parte de ella⁴ (LERMA,2012,p.724).

Pelo exposto, podemos entender que as organizações de mulheres negras têm focado na sua participação para a transformação social. Visam a enfrentar o racismo e o

⁴ Tradução: Portanto, a proposta mais do lado de fortalecer nossas organizações de mulheres negras, tecendo redes, mobilizando para a construção de uma sociedade diferente. A organização nos dará a força e o poder social necessários para desafiar a economia neoliberal, confrontar o racismo e o sexismo na teoria e na prática e desenvolver abordagens e práticas que nos permitam, junto com outras mulheres e homens, transformar a realidade global e não apenas uma pequena parte dele (LERMA, 2012, p.724).

sexismo. A nosso ver, reconhecem outros caminhos de ações interculturais garantindo a diversidade de experiências para segmentos subalternizados. Em *Mujeres negras (sirvientas, putas, matronas): una aproximación à la mujer negra de Colômbia*, Betty Lerma (2010) assume a seguinte análise:

Abordar las diferencias podría ser políticamente fragmentador. Hablar de las mujeres en plural y no de la mujer e intentar profundizar en las diferencias ha sido un camino difícil para las mujeres negras dentro del feminismo. Pero también lo ha sido dentro del movimiento social de comunidades negras en donde, todavía, un gran número de mujeres se resisten a cuestionar prácticas patriarcales ancestrales que las subordinan y oprimen por temor a la acusación de los compañeros de estar dividiendo el movimiento. Es que las esencias pesan y pesan mucho; exigen a los sujetos tratar de responder a un determinado modelo, a una forma de ser preconcebida, fuera de la cual no se es nada, lo cual, implica que no se existe para nadie. Ser mujer negra desde determinadas organizaciones del movimiento, significa asumir una estética africana fuera de la cual se cuestiona el nivel de consciencia étnica⁵ (LERMA, 2010, p.3).

São esses alguns aspectos urgentes que ganharam foco em nosso estudo. Vale ressaltar, também, quão novo é para o campo educacional discutir questões de gênero, com a ênfase no tema das Mulheres Negras e suas organizações. Não obstante, fizemos opções por entender interseções agudas que se colocaram no decorrer de nossas distintas etapas.

Chama à atenção o argumento de Patrícia Hill Collins (2000), quando considera que as mulheres negras são integrantes de grupo de oprimidos e detêm a “vantagem epistêmica” de conhecer e compreender as ações e comportamentos de ambos - dominantes e oprimidos. Além de o fato de terem conhecimento das práticas tanto de seus próprios contextos, quanto daqueles de seus opressores podem coloca-las em uma posição privilegiada para avaliar a sociedade e propor alternativas, a partir de um ponto de vista e de uma posição formada por esta dupla visão.

Ana Cláudia Jaquetto Pereira (2016) contribui com essa assertiva sobre as organizações de mulheres negras afirmando o seguinte:

Todos os elementos desembocam na conclusão de que as organizações de mulheres negras contribuíram, nas últimas décadas, para transformar a vida

⁵ Abordar as diferenças pode ser politicamente fragmentado. Falar sobre as mulheres no plural e não sobre as mulheres e tentar aprofundar as diferenças tem sido um caminho difícil para as mulheres negras dentro do feminismo. Mas também tem estado dentro do movimento social das comunidades negras onde, ainda, um grande número de mulheres se recusa a questionar práticas patriarcais ancestrais que as subjugam e oprimem por medo da acusação dos companheiros de dividir o movimento. É que as essências pesam e pesam muito; eles exigem que os sujeitos tentem responder a um determinado modelo, a um modo preconcebido de ser, fora do qual eles não são nada, o que implica que eles não existem para ninguém. Ser mulher negra de certas organizações do movimento significa assumir uma estética africana que questiona o nível de consciência étnica (LERMA, 2010, p.3).

de parte da sociedade a partir do impulso à agência de integrantes de um grupo socialmente marginalizado e, também, da conquista de políticas e programas específicos para a população negra em geral. (PEREIRA, 2016, p.56).

De certo, os recursos garantidos não são suficientes para resolver os diferentes aspectos ligados aos programas desempenhados por tais organizações. A nosso ver, as perspectivas filosóficas das Ong's, aqui em destaque, geram experiências comunitárias e uma dinâmica própria. Notadamente, promovem ambiências de conformação de outras posturas frente ao que se experimentam em comunidade, tanto para as jovens, mulheres, quanto para profissionais que atuam como oficinairas e dinamizadoras deste trabalho pedagógico. Uma das hipóteses que levantamos é as organizações são espaços de comprometimento político com a crítica ao colonialismo e com a desconstrução de uma visão unívoca de existência, conforme ressalta Frantz Fanon (2008, p.25). É também uma referência fundamental e, nesse caminho, incluímos: “a descolonização é sempre um fenômeno violento”.

Nesse contexto, entendemos a continuidade da colonialidade, após os estudos críticos pós-coloniais, como relações coloniais de dominação que se insere na colonialidade sobre diversas situações de opressão e desigualdades estabelecidas na globalização sobre margens e/ou fronteiras e hierarquização de gênero, raça, classe social e orientação sexual.

Assim, temos, no “outro colonial”, uma invenção presente na narrativa do “eu colonial” e, nesse sentido, as organizações de mulheres negras, nesses espaços de outras educações, assumem esse pensamento-*outro*. Pensamento que sugere outras ações educativas e currículos praticados, a partir de suas práticas pedagógicas e experiências constitutivas desse processo, através de uma perspectiva decolonial, feminista negra e de interculturalidade crítica, com práticas curriculares apoiada na interseccionalidade.

Claudia Pons Cardoso (2017, p.4) sinaliza que os temas da “interseccionalidade” vem da contribuição do Feminismo Negro. Isso permitiu expor os processos de vulnerabilidade, exclusões de mulheres negras em situações específicas, e a compreensão de que a opressão é experimentada a partir de um lugar configurado pela forma como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam, em diferentes pontos.

Nessa sociedade, que guarda o “ranço colonial” (MIRANDA, 2006), percebemos mecanismos de desumanização mediante a diferença inventada nesse processo em que a Europa propôs violentamente. Em tal modelo, as relações de poder,

de autoritarismo vigente, fixaram alguns segmentos pela racialização imposta.

Para Aníbal Quijano (2007), “raça é um constructo ideológico (social) sem qualquer relação com a estrutura biológica do ser humano, e está totalmente relacionada com as relações de poder do capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado/patriarcal”. E conforme entende:

[...] mostra-se profunda, perdurável e virtualmente universal, a admissão de que raça é um fenômeno da biologia humana que tem implicações necessárias na história natural da espécie e, em consequência, na história das relações de poder entre as pessoas. Nisto se radica, sem dúvida, a excepcional eficácia deste moderno instrumento de dominação social. Não obstante, trata-se de um evidente constructo ideológico que não tem, literalmente, nada a ver com nada na estrutura biológica da espécie humana – e tudo a ver, por outro lado, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado (QUIJANO, 2007, p.45).

Assim, pensa a classificação social e universal da população mundial a partir da ideia de raça e demonstra a centralidade dessa classificação para o capitalismo global e para a colonialidade. Aníbal Quijano (2000) é enfático em sua avaliação sobre o modo como *raça* engendrou e se tornou o resultado da dominação colonial moderna, constituindo todos os âmbitos do poder mundial capitalista. O racismo, conforme o autor, não é a única manifestação da colonialidade do poder, mas, com certeza, nas relações sociais cotidianas, é a mais perceptível e onipresente. Justificando-se, assim, ser esse o principal campo de conflito. Pensar nas questões interseccionais, levou-nos a perceber como os processos hierárquicos resultam distintos marcadores sociais, e nos remetem a interseccionalidade, onde se percebe importante contribuição dos aportes da perspectiva decolonial, feminista negra e antirracista.

Chama a atenção o argumento desenvolvido por Ramón Grosfoguel (2008):

Indo um passo além de Quijano, conceptualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-americanas de Terceiro Mundo como uma interseccionalidade [...] de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (‘hierarquias’) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não europeu reconfigura transversalmente todas as estruturas globais de poder. O que a perspectiva da ‘colonialidade do poder’ tem de novo é o modo como à ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador (GROSGOUEL, 2008, p. 134).

Estudos que conjugam análises de gênero e raça têm evidenciado a condição singular das mulheres negras e revelam a complexidade dos efeitos provocados pelo

entrecruzamento entre discriminação racial, sexual, classe e de gênero tanto na sociedade brasileira, como em outras regiões da diáspora africana. Em outro espaço de proposição seria fundamental dar ênfase aos aspectos pouco explorados para análises acerca da presença das mulheres negras nos movimentos sociais, como um todo.

O Movimento Negro Brasileiro (MNB) é constituído de diferentes organizações, associações, instituições, grupos, clubes negros, lideranças comunitárias entre outros/as formas de associações. Notadamente, a dinâmica dessas esferas não foi marcada pela presença masculina, apenas. Reivindica-se, hoje, a análise sobre o papel dessas personagens nas etapas vivenciadas nos distintos espaços de identificação coletiva. Até aqui, vimos que esses grupos têm como características abordagens múltiplas que são marcantes pelas interligações pouco estudadas. Seriam fundamentais estudos que pudessem promover tais análises, já que as mulheres negras atravessam todas essas agremiações.

O trabalho e a importância do Movimento Negro (MN) já foram expostos em inúmeros estudos e a elaboração do manifesto do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), por exemplo, serviria de impulso para tratarmos da diversidade existente, quando o mote é pensar a luta antirracista. O ato realizado em São Paulo foi de fundamental importância para o ressurgimento do Movimento Negro contemporâneo. Naquele momento, havia dificuldades impostas pela política brasileira, pois o período foi marcado pela ditadura militar. Momento no qual os movimentos sociais que afloraram receberam o estigma de inimigos do Estado. Em muitos casos, isso se deu por terem como particularidade discursos considerados radicais e de contestação. Sendo assim, o Movimento Negro Unificado se expandiu dando destaque a uma nova militância negra, de política contra o racismo e a discriminação racial. Para Carlos Hasenbalg (1996):

O renascimento do movimento tem sido associado à formação do segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado seu projeto de mobilidade social. A isso deve ser acrescentado o impacto nesse grupo de novas configurações no cenário internacional, que funcionaram como fonte de inspiração ideológica: a campanha pelos direitos civis e o movimento do poder negro nos Estados Unidos e as lutas de libertação nacional das colônias portuguesas na África (HASENBALG, 1996, p.238).

Desse modo, os grupos de ativistas eram constituídos de uma classe média e formados/as por intelectuais orgânicos/as, universitários/as, lideranças sindicais,

partidárias, artistas (grupos de dança, capoeira, teatro, poesia), entidades religiosas (comunidades-terreiro), recreativas (clubes de negros), culturais (como os diversos “centros de pesquisa”), políticas (organizações do movimento negro) e ONGs que visam à promoção da igualdade étnico-racial e de gênero, entre outros/as partícipes. Todas tinham como objetivos organizar politicamente com seus pares, lutar contra o racismo e as instituições ligadas a educação, conquistar a inclusão da História da África e, também, a História do Negro brasileiro nos currículos escolares. Também nesse sentido, é importante ressaltar a contribuição de Nilma Lino Gomes (2017), que nos inspira “para que se construa uma sociedade justa e igualitária, capaz de respeitar e valorizar a identidade cultural, extinguindo a desigualdade racial presente na educação” (GOMES, 2017, p.29). Como contribuição dessas ações do MN, podemos apontar a ressignificação de símbolos negros e releituras históricas, culturais, estéticas e religiosas com destaque as ações políticas em prol da educação, as quais têm conseguido provocar mudanças na esfera do Estado brasileiro.

Caberia, porém, observar que, a nosso ver, os coletivos e organizações do MN não deram a devida importância para a presença feminina em sua dinâmica institucional. De certo, estamos reivindicando essa ênfase, sobretudo, pela aprendizagem que esta pesquisa nos brinda. Em todo o histórico de avanços e conquistas políticas, as mulheres estiveram em posição de extrema relevância indicando outras formas de negociar políticas públicas, em sentido mais amplo.

II. INTELLECTUAIS NEGRAS, ONG's E NARRATIVAS ORGÂNICAS

“Coisa de Mulher” e “CRIOLA” figuram como grandes referências em nossa busca por compreensão de perspectivas filosóficas e educacionais nas organizações de mulheres negras.

A noção de “narrativas orgânicas⁶” está sendo adotada como um termo que reflete as narrativas das partícipes entrevistadas e nos ajudam a marcar o que representou esse processo de viver as histórias e episódios aqui em relevo. Tal conceito tem inspiração no conceito de “intelectual orgânico” presente nos estudos de Antonio Gramsci (1891-1937).

Passamos a observar as táticas de re-existência adotadas frente à histórica desvantagem enfrentada ao longo da agenda antirracista no Rio de Janeiro. Torna-se, relevante ampliar nossas concepções acerca das outras aprendizagens possíveis pelas hipóteses apresentada inicialmente.

2.1 - Coisa de Mulher

A ONG *Coisa de Mulher* (CEDOICOM - Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher) foi fundada em 04 de Dezembro de 1994 por mulheres negras feministas, de movimentos sociais e em especial do campo da educacional, verberando ações majoritariamente ligadas ao processo de formação, fortalecimento e empoderamento de mulheres- principalmente aquelas que têm maior probabilidade de serem discriminadas e socialmente excluídas como são as mulheres negras, pobres, lésbicas, encarceradas, recém-libertas, meninas e adolescentes em situação de desvantagem social.

Sendo assim, teve-se o ímpeto de se construir uma organização de mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro, onde fosse possível criar uma organização reconhecida como um centro de documentação e informação pulsante de saberes de meninas e mulheres negras, em que se pudesse entrecruzar informações sobre histórias, experiências e vivências enquanto mulher negra. Essas proposições eram uma das perspectivas idealizada por uma de suas interlocutoras, fundadoras e presidenta da instituição, Neusa das Dores Pereira (2016).

⁶ “Narrativas orgânicas” estão sendo adotada como um termo que reflete as narrativas das entrevistadas e nos ajudam marcar o que representou esse processo de viver as histórias e episódios aqui em relevo. Tal conceito tem inspiração “intelectual orgânico” de Antonio Gramsci (1891-1937).

Consequentemente, a ideia de se criar uma organização de mulheres negras, como um centro de saberes, surge a partir das experiências vividas por essa ativista, o que aconteceu em uma de suas viagens para outro continente ao norte, numa época de muitas lutas sociopolíticas e redemocratização do nosso país. Desse modo, conhecendo outro país, conhece-se, também, um centro de documentação de mulheres com outros formatos informacionais e pedagógicos em relação às práticas e ações a favor das mulheres daquele território. Nesse sentido, Neusa das Dores (2016) nos relata o seguinte:

Eu havia feito um curso na Alemanha e vim de lá com uma ideia muito boa, de um centro de documentação que eu conheci lá chamado Bela Dona e que me encantou a forma como era aquele centro de documentação, não era uma coisa estática, parada só cheia de livros e documentos. Era um centro de documentação pulsante era um centro de documentação e informação, onde elas traziam as informações mais novas das mulheres e ali debatiam e aquilo ia pra fora da instituição (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.2).

Como podemos observar, há um entusiasmo e vontade, a partir de uma unidade coletiva de pensamentos e de desejos dessas mulheres negras ativistas, feministas. Vontade de se concretizar o nascimento do Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher, que têm em suas ações e atuações pautadas pela participação no interior do campo feminista e no movimento negro, o que a leva a rotular suas ativistas como “feministas negras” (PEREIRA, 2016, p.47) Assim, seguindo, portanto, com tais referenciais e com outras interpretações educacionais, filosóficas, epistemológicas, culturais sobre novos conhecimentos e saberes técnicos, ativistas, acadêmicos, populares e alternativos entre outros.

A organização tem por finalidade promover e propiciar outras produções de conhecimento via programas e projetos que possibilitem influir em ações de políticas públicas que pudesse haver mudanças nas políticas sociais para as sujeitas envolvidas nesse processo de formação e fortalecimento, independentemente de sua vinculação, estando entre essas mulheres ativistas ou não, visto que a proposta inicial era de se trabalhar com pequenos grupos, com uma didática e prática que permitissem o amadurecimento dos caminhos possíveis na garantia de direito e cidadania plena de mulheres negras e pobres.

Percebemos, de certa forma, uma intersecção que inclui “gênero” e “raça”, “pobreza”, “sexualidade” e assim, a instituição nasce com ações que propõe a garantia dos *Direitos Humanos das Mulheres* indicando como missão norteadora de seus objetivos estatutários, conforme é atestado a seguir:

[...] Criar condições estruturais para eliminação da forte combinação existente entre gênero, raça e pobreza na sociedade brasileira; Contribuir para a diminuição dos níveis de pobreza e para uma justa distribuição de oportunidades socioeconômicas para meninas e mulheres pobres e negras; • Contribuir para a reinserção social assim como prevenir a reincidência das egressas do sistema penal; Prevenir a violência sistemática contra mulheres e meninas assegurando respeito e igualdade no tratamento entre homens e mulheres, meninos e meninas, Constituir um espaço de reflexão e ação política para as adolescentes, priorizando as discussões sobre as múltiplas formas de discriminação: raciais, socioeconômicas; Fornecer assistência técnica ao governo na incorporação de práticas integradas, respeitando a especificidade das/dos jovens, a equidade de gênero e raça, cultura da paz, diálogo entre gerações, orientação sexual e identidade de gênero prevenção do HIV/AIDS e IST; Contribuir com a realização de estudos, documentos, pesquisas, assessorias, cursos, treinamentos, atendimentos, atividades socioeducativas que atendam aos interesses das mulheres de áreas empobrecidas; Promover a inserção e intercâmbio com outros centros de documentação e redes de mulheres em nível nacional e internacional, através da participação em atividades direcionadas às questões sobre sexo, raça, gênero e classe (Site institucional, 2017).

Pelo exposto, compreendemos as organizações de mulheres negras alinhadas por um tipo de insurgência e que indicam possibilidades de resistir (re) existir e (re) viver como sinaliza Catherine Walsh (2013). Isso nos convoca a examinar experiências de grupos sociais subalternizados, que através das pedagogias alternativas estruturam plataformas interventivas. Elas rompem com a visão essencialista das culturas e das identidades culturais, concebendo-as, tendo como escopo processos de construção, desestabilização e reconstrução. A interculturalidade que almejamos é: “em última instância, um sonho, mas um sonho que se sonha na insônia da práxis” (WALSH, 2009, p. 28).

Também nessa direção acreditamos que os princípios dessas esferas se coadunam com o pensamento da pesquisadora afro-dominicana Ochy Curiel (2010, p.72), quando problematiza os espaços e os corpos de enunciação através de suas aprendizagens e práticas. Dessa maneira, isso nos ajuda compreender como o corpo político de enunciação, produzindo conhecimento a partir de diferentes experiências, vivências, narrativas e contextos podem nos permitir problematizar, transformar, criar outros processos de resistências e re-existências sobre outros paradigmas com novas pedagogias e expedições investigativas⁷.

Hoje fazem parte da “Coisa de Mulher” lideranças de diferentes movimentos comunitários e acadêmicos. Sueli Carneiro (2002, p.182), por seu turno, tratando do feminismo negro e do movimento de mulheres negras, ressalta que “esse novo olhar

⁷, Ver o artigo “O debate pós-colonial na América Latina: contribuições de Silvia Cusicanqui e Santiago Castro-Gomez” (Miranda, 2017).

feminista e antirracista, afirma a nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher e negra”. Dessa forma, a instituição está interligada a diferentes redes sociopolíticas como conselhos, fóruns e associações comunitárias que tem sido marcada por ações singulares no exercício de práticas insurgentes além de estabelecer parcerias nacionais e internacionais, com instituições públicas e privadas. É parte de uma agenda que visa a promover a cultura de povos que foram silenciados e subalternizados desde a experiência colonial.

Nesse cenário, dando ênfase aos papéis dos movimentos sociais, e em especial ao movimento de mulheres negras, Nilma Lino Gomes (2011) nos chama a atenção para alguns aspectos relacionados com o que estudamos:

As mulheres negras, hoje, ocupam um espaço na militância política, atuando nas comunidades de terreiro, na articulação política, nos partidos, nas ONG's, nos projetos educacionais. Podemos dizer que a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas de saúde, emprego e educação que contemplem articulação entre raça e gênero (GOMES, 2011, p.41).

“Coisa de Mulher” se fortaleceu pelas suas reivindicações e agendas propositivas e por uma mobilização que inclui interesses específicos sobre resultados das ações políticas para a comunidade negra. O espaço de militância política mencionado acima inclui as propostas dessas instituições. Vimos que lutar por garantir esferas e espaço de conformação de saberes, a partir das intersecções já mencionadas, as mulheres envolvidas nos contextos de combate ao racismo, ao sexismo, atuam efetivamente em consonância com o que apontou Gomes (2011) e, com o qual concordamos, quando afirma que “a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras”.

Caberia ressaltar que a participação das mulheres negras ativistas nas lutas políticas, sociais, culturais, educacionais e religiosas contribui para reconhecimento de outras identidades, para a formação de novos quadros no ativismo de base, e no ingresso nos cursos superiores. Vê-se, portanto, outros processos de identificação racial em diferentes espaços educativos, formais e não formais de aprendizagens, conforme acentua Miranda (2013).

Nessa aproximação, faz-se necessário considerar que instituição fortalece sujeitas tratadas, historicamente, como “antimusas”, conforme a análise de Sueli Carneiro (2003). Notadamente, essa autora seguiu uma linha visando a recuperar, registrar e

disseminar produções de conhecimentos e saberes de meninas, jovens e mulheres negras, como criadoras, fundadoras de projetos em suas diversas dimensões proporcionando abordagens descolonizadoras e emancipatórias. Destaca-se, abaixo, um quadro de atuações e objetivos da instituição.

2.1.1 – Quadro I- Atuação da ONG-Coisa de Mulher

Organização	Áreas de atuação	Objetivos
Coisa de Mulher	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos Humanos das Mulheres Negras; • Gênero, Raça, Mulher & Juventude; • Saúde Feminina, Orientação Sexual; • Cultura, Documentação e Pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o empoderamento e a cidadania de mulheres que estão em processo de marginalização na sociedade brasileira; • O CEDOICOM prioriza desenvolver suas ações de fortalecimento e empoderamento das mulheres, principalmente, aquelas que têm maior probabilidade de serem discriminadas e socialmente excluídas como são as mulheres negras, pobres, lésbicas, encarceradas, recém-libertas, meninas-adolescentes em situação de desvantagem social.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

2.2 - CRIOLA

A história do nascimento de instituição, “CRIOLA”, diz respeito às insuficiências reconhecidas por um segmento de mulheres negras (mulheres acadêmicas, dos diretórios estudantis, proponentes de trabalhos com crianças e adolescente das periferias de diferentes áreas), que desejava garantir um espaço de atuação, defesa e promoção dos seus direitos com o intuito de problematizar as razões da desumanização dos seguimentos racializados e do sexo feminino. Ao longo dos seus 25 anos, tem se constituído como uma esfera da sociedade civil de grande importância e vem disputando espaços de proposição sendo “a saúde da população negra” uma de suas maiores bandeiras.

CRIOLA foi fundada em 02 de setembro de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, e é conduzida para a promoção de direitos que envolvem experiências das mulheres negras. Surge no interior de um Programa de Mulheres do Centro de Apoio às Populações Marginalizadas (CEAP), em meio a uma campanha contra esterilização em massa encampada pelo Fórum Itinerante de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Já são, portanto, 25 anos de trabalho na perspectiva antirracista e antihomofóbica.

A respeito dessa dinâmica de consolidação, é crucial destacar o debate situado no fim da década de 1980 (e início dos anos 1990) sobre esterilização em massa afetando, sobretudo, à saúde de mulheres negras e pobres em território nacional. Foram discussões públicas, denúncias e ações visando a interromper as práticas de esterilização e se fortaleceram no âmbito da saúde dos direitos reprodutivos. Intelectuais negras engajadas politicamente nas pautas sobre as políticas para a saúde, educação, juventude, cultura e que denunciam tais ilegalidades contra os segmentos formados por mulheres negras e pobres. Foram reações que se desdobraram em propostas efetivas como a fundação dessa organização denominada CRIOLA.

Alinhada a distintas outras propostas de intervenção social, a Ong esteve como partícipe em outras esferas de fomento de políticas sociais e antirracistas. Pedagogicamente, suas reflexões se materializaram nas oficinas, nos debates e nos caminhos de denúncias em relação à saúde reprodutiva - entre outros temas direcionados à população negra - em especial às mulheres. Seu surgimento se dá em um momento de lutas e empenho por partes das ativistas nas suas pautas reivindicatórias. Vai ao encontro de outras instituições e organizações existentes no âmbito da militância no estado do Rio de Janeiro.

Na década de 1980, já estavam funcionando outras instituições de grande expressão, no Rio de Janeiro e entre essas o IPCN⁸, CEAP⁹ e as Associações de Moradores de favelas. Também localizamos, no período, grupos de mulheres negras que já trabalhavam com algumas dessas demandas. Sabemos que essas distintas organizações e coletivos organizados, não davam conta das inúmeras demandas existentes.

Assim, questões específicas das mulheres negras passam a figurar com maior densidade e a inauguração dessa organização catapultou uma agenda que saiu na frente e ganhou contornos nunca antes vistos. Vale ressaltar que organizações não governamentais como CRIOLA têm em seu formato, diretrizes e orientações próprias de gestão e funcionamento para atuar sociopoliticamente e posicionar seus objetivos, valores e missão de acordo com seu ideário filosófico.

Observamos que sua agenda institucional tem como escopo modos de pensar e agir baseados no acúmulo de suas lideranças. Toma para si, outros debates e “engrossa” a formação do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro. A esse respeito, Sônia Beatriz dos Santos (2009) aponta:

Uma análise acurada sobre a história contemporânea do movimento de mulheres negras brasileiras nos permite identificar a complexidade desses objetos de lutas, originados a partir de questões sociais, políticas e econômicas. São também esses objetos de lutas os motivos que levariam na década de 1970 uma grande parte das mulheres negras a emancipar-se dos movimentos feminista e negro, fundando o feminismo negro no país (SANTOS, 2009, p.276).

A autora indica aspectos chaves e afirma ser “de suma importância resgatar os principais entraves das mulheres negras em relação ao movimento negro, que, eventualmente, levaram-nas a constituir suas próprias organizações negras” (Ibidem).

Podemos considerar como parte da linha de atuação institucional que a CRIOLA apresenta uma plataforma interventiva de vanguarda, além de se forjar pelas questões antes pouco defendidas como ocorre com o tema da “saúde da população negra”. Cria oportunidades de intercâmbios e capacitação garantindo “vínculos educadores”. Sua visão de vanguarda seria de cunhar conceitos sobre as questões da saúde da população negra, mas no âmbito político nacional e suscitar discussões em

⁸ Instituto e Pesquisa das Culturas Negras nasce dia 8 de Julho de 1975, com sede na Avenida Men de Sá, nº 208, Centro da cidade do Rio de Janeiro. Disponível: <http://institutodepesquisadasculturasnegras.blogspot.com.br/> Acesso: 22/out/2017.

⁹ CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas-Foi fundado no Rio de Janeiro em 1989 por ex-internos da FUNABEM, membros da comunidade negra e do Movimento de Mulheres. Disponível: <http://ceapRJ.org.br/trajetorias-e-lutas> Acesso: 22/out/2017.

espaços distintos sobre interseccionalidade e deslocamento das ações e projetos do Estado nessa direção.

Do mesmo modo, o tema do “racismo ambiental” aparece na promoção desse diálogo público em espaços de proposição de políticas para a sociedade como um todo. A organização é, portanto, como destacou sua coordenadora geral, Lúcia Xavier (2017), em sua entrevista para nossa pesquisa, “nasce da intenção de algumas mulheres de formar um espaço político, na verdade uma casa para mulheres negras, uma casa que tinha desde lugar para cozinhar até lugar para dormir” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.3). Percebemos, com isso, que a organização vai além de suas diretrizes iniciais e sua plataforma atravessa barreiras para dar conta de uma agenda propositiva com orientações para se alcançar resultados para as suas ações e projetos sociais, culturais e educacionais.

Cabe ressaltar, também, que o reconhecimento se dá na medida em que estabelece parcerias construídas com outros coletivos dos movimentos sociais. Faz parte da rede de Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB¹⁰) que fomentou a rede de diversas organizações visando à promoção de direitos humanos, geração de oportunidades no mundo do trabalho na sua variedade regional. Constatamos um quadro funcional qualificado em relação à formação escolar/acadêmica de sua equipe, formada por mulheres de nível superior e, em alguns casos, com pós-graduação completa. Apresentam como visão do processo vivido um comprometimento com essas redes de cooperação. Ao longo dos anos, CRIOLA estabelece uma série de parcerias nacionais e internacionais, com instituições públicas e privadas, a fim da manutenção de seus projetos e atuações políticas no cenário nacional e internacional, propondo iniciativas de combate ao racismo, sexismo, lesbofobia e a transfobia. Destacamos, abaixo, um quadro de sua dinâmica de trabalho.

¹⁰ AMNB- A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras tem como missão institucional promover a ação política articulada de ONGS de mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, o sexismo, a opressão de classe, a lesbofobia e outras formas de discriminação, contribuindo assim para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime). Disponível: <http://www.amnb.org.br>_Acesso: 22/out/2017.

2.2.1 - Quadro II- Atuação da Organização Não Governamental CRIOLA

Organização	Áreas de atuação	Objetivos
CRIOLA	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde da Mulher Negra e da População Negra; Direitos Humanos; • Ação Política e Articulações; • Multidiversidade Criola; <p>Monitoramento Avaliação e Comunicação .</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e aplicar novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras; produzir conhecimento qualificado por meio de pesquisa e seleção de dados específicos sobre o contexto atual do acesso aos direitos; • Apoiar lideranças negras oferecendo suporte e qualificação para suas ações políticas e condução de processos de interlocução com gestores públicos; incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual.

Fonte: Elaborado pela autora- 2017.

2.3 - Os Pontos de Cultura

O Brasil, assim como outros países latino-americanos, foi desafiado a promover outros modos de participação da sociedade civil denominada *Organização Não-Governamental* (ONGs), essas esferas estão marcadas pelo protagonismo dos movimentos sociais e propostas de atuação e proposição de políticas públicas. Nesse processo, as ONGs surgiram para motivar políticas de inclusão, de ações de fortalecimento, de emancipação social e de estratégias de confronto para examinar modos de interrupção de processos de desigualdades existentes.

Assim, o surgimento das organizações não governamentais de mulheres negras, no fim da década de 1980/1990, acontece sobre discussão pública de fim de ditadura militar em nosso país, o que teve como consequência a reorganização da sociedade civil como um todo e ascensão de movimentos populares, como o movimento negro, sindicais, gays, estudantis, feministas e o próprio Movimento de Mulheres Negras.

Essas instituições se fortaleceram pelas suas reivindicações e agendas propostas, mobilizando-se na defesa de seus interesses específicos sobre resultados de ações políticas coletivas de vários grupos autônomos e institucionalizados. As instituições aqui em destaque, as Organizações de Mulheres Negras Coisa de Mulher e CRIOLA nos dão inspiração para identificarmos e problematizarmos as suas práticas pedagógicas nessa arena política com dilemas, desafios e dificuldades como é o campo da Educação antirracista e anti-homofóbica, com pensamento decolonial e na perspectiva da interculturalidade crítica.

Como já destacamos, as mulheres negras encontram-se organizadas em diversos espaços, como movimentos sociais, grupos culturais, religiosos, partidos políticos, sindicatos, associações, organizações de mulheres entre outras formas de se aglutinar. Com estas estratégias, percebemos que estavam de alguma forma organizada para suas ações educacionais, sociopolíticas, mas, só foi a partir das últimas décadas do século XX que passaram a ter maior visibilidade pública e desfraldar reivindicações específicas (DOMINGUES, 2009, p.19). Além disso, é interessante notarmos as experiências pedagógicas desenvolvidas por essas instituições, nas quais é possível analisarmos e entendermos outras formas de pedagogia para ampliação de novos repertórios com outras abordagens epistemológicas desconstruindo um conhecimento contra hegemônico (GROSGOUEL, 2009).

De certa forma, essas organizações são comprometidas com a história de um grupo socialmente subordinado e “invisibilizado” pela sociedade dominante, mas que tem confrontado historicamente poderes estabelecidos, nos mais diferentes espaços, com altivez, inteligência e perspicácia (CARDOSO, 2012, p.24). Notadamente, os *pontos de cultura*, dirigidos pelas instituições, Coisa de Mulher e CRIOLA, assemelham-se pelas propostas dinamizadas e pelo enfoque dado prioritariamente aos grupos de meninas, de jovens e mulheres negras. Em ambos os casos, as ações estão marcadas por uma intencionalidade que impacta positivamente as partícipes de seus respectivos trabalhos. Correlacionamos essas propostas às temáticas alcançadas pela Lei 10.639/03 e/ou 11.645/08, nas quais se situam: as identidades raciais, as questões da autoestima e em grande medida, outros formatos pedagógicos, incluindo a pluralidade de saberes de diferentes grupos socioculturais.

Sendo assim, entendemos que os pontos de cultura abarcam ações múltiplas espalhadas em todo território nacional consolidada como política pública, como afirma Célio Turino¹¹ (2010). Conforme o especialista, *ponto de cultura* é mais que uma política pública em construção, é um conceito e talvez uma teoria iniciada a partir da gestão do 1º governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi criado o Programa Cultura Viva¹², cujo objetivo era de articular e impulsionar as ações que já existiam nas comunidades, favelas, clubes, quilombos, Ong’s, igrejas, terreiros e movimentos sociais. Em outros termos, são organizações da sociedade civil que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado.

Compreendemos que os *pontos de cultura* dessas instituições foram pensados e articulados, a partir a constatação da força da luta e proposição do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras. Nos casos aqui incluídos, as Ong’s possuem pontos que se reconhecem e se identificam a partir da perspectiva de gênero e raça por promoverem fóruns temáticos e proposições de políticas públicas para esse contingente.

Por definição, são grupos que debatem o cotidiano, as relações familiares e/ou privadas, as relações institucionais da economia, da política e da cultura e suas dimensões objetivas e subjetivas simultaneamente. Este grupo de trabalho reúne os

¹¹ Célio Turino foi Secretário de Cultura e Cidadania (2003) do 1º Governo Lula e o mentor dos pontos de cultura, um programa de democratização e acesso à cultura através de políticas culturais e populares pelo Brasil.

¹² O Programa Cultura Viva solicita que as ações das suas práticas possam dialogar com os conceitos de “empoderamento”, “autonomia” e “protagonismo social”.

pontos de cultura que atuam na perspectiva da emancipação feminina, na luta contra a opressão e a violência contra mulheres, pela afirmação da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Além disso, inserem-se na discussão de poder para as mulheres diante de uma sociedade machista, racista e sexista. Propõem em ter um marco emancipatório para a participação das mulheres, tendo-as como sujeitas ativas e políticas. Esses pontos de cultura, entretanto, são diferentes em relação às questões relacionadas à esfera pública de relacionamento institucional e aos seus financiamentos oficiais.

O *ponto de cultura*, Coisa de Mulher¹³, inicia-se em 2004/2005 depois de participar de um edital público de âmbito federal, sendo selecionado como outros projetos, ganhou a chancela de ponto de cultura e desse modo, firmou convênio com o extinto Ministério da Cultura (MINC). Já o *ponto de cultura* da ONG-CRIOLA,¹⁴ Mulheres Negras na História, é um ponto estadual vinculado à Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro desde 2009, o qual tem como procedimentos administrativos, formulações e cumprimento do seu projeto, similaridades ao Ponto de Cultura de Coisa de Mulher.

Verificamos que, a partir de 2008, Célio Turino (2010, p.46) considerou que “a seleção ou renovação dos Pontos de Cultura começa a ser descentralizada, incorporando governos estaduais e prefeituras de grandes municípios, ampliando, assim, para mais de três mil pontos de cultura até 2010”. Nesse intuito, apontamos que as políticas públicas disponibilizadas através dos *pontos de cultura*, aqui pesquisados, ganham outras dimensões políticas, culturais, educacionais em escalas territoriais diversas, possibilitando outros diálogos possíveis com as questões de gênero, de raça, classe, orientação sexual ganhando destaque por se tratar de interseccionalidade referente a sujeitas invisibilizadas e subalternizada no sistema moderno-colonial.

Nessa experiência de observarmos as opções feitas no âmbito das Ong's, destacamos os processos vivenciados por uma comunidade de aprendizes - professoras/oficineiras e as partícipes desses projetos, dando-nos pistas sobre os modos de pensar a Educação para sua população alvo. Pensar propostas educacionais a partir dessas instituições tendo como base uma perspectiva intercultural crítica, permite-nos colocar

¹³ Disponível em: <http://www.coisademulher.org.br>. Acessado em 20 de setembro de 2017.

¹⁴ Disponível em: <http://www.criola.org.br> Acessado em 20 de setembro de 2017.

em discussão as práticas pedagógicas “eurodirigidas”, das quais somos herdeiras no Brasil e na Diáspora.

Uma perspectiva intercultural crítica, ao mesmo tempo em que promove a desconstrução de certeza, dá-nos suporte para uma prática pedagógica transformadora, alternativa, que afirma as diferenças como riqueza dessas sujeitas. Isso porque “se assenta na concepção de uma educação emancipatória que [...] tem as ações fundamentais de desconstruir preconceitos e discriminações, articular igualdade e diferença, resgatar no nível individual e coletivo processos de construção das nossas identidades culturais” (CANDAUI *apud* SILVA, 2015, p. 176). Entendemos, porém, que nem sempre essa proposta no âmbito educacional oficial é considerada, tendo em vista o legado colonial que interrompe as outras formas de existência, pois, ainda se baseia nas experiências entrelaçadas e vividas da escravidão (WALSH, 2014, p.36).

Neste sentido, as organizações de mulheres negras passaram a ser analisadas como lugares de outras aprendizagens, comprometidas com o *lócus* privilegiado na mudança dos estigmas direcionados as/os subalternizadas/os. Compreendemos a importância da atuação para uma efetiva experiência de mudança de foco. As referidas instituições indicam alternativas relevantes para um trabalho pertinente e possível como as oficinas temáticas, as rodas de conversas, grandes achados dessas imersões e que foram realizadas nesses projetos. Tais práticas pedagógicas são entendidas como outras educações que impactam positivamente a vida de meninas, jovens e mulheres negras, por terem em seus projetos ético-político pedagógico pautado nas relações étnico-raciais, de gênero/racial, sobre os direitos humanos das mulheres com a especificidade nas partícipes dos projetos, a partir de outras metodologias, filosofias e conteúdos.

Os estratos que vivem situações de vulnerabilidade social de alto risco fazem parte das ações e das propostas abraçadas nessas esferas da sociedade civil, marcadamente, engajada na luta antirracista. Consideramos que os *pontos de cultura* se revelam fecundos, pois parecem assimilar o sentido de sustentabilidade cultural. Ao deslocar, no entanto, a cultura de uma posição subalterna para outro ponto de enunciação, é possível desenvolver outras representações sobre o *lócus* da periferia e de suas/es sujeitas/os. Acreditamos que esses são exemplos de “outras educações”, e com outros repertórios das experiências vivenciadas. Trata-se de uma dinâmica de reconstrução das assimetrias de poder a partir dos grupos insurgentes. Essas instituições caminham sobre outras propostas, ações, práticas e narrativas orgânicas que vão em

direção à descolonização do conhecimento, do poder, do ser e da natureza rompendo com a colonialidade.

III. PEDAGOGIAS OUTRAS NAS ONG's DE MULHERES NEGRAS

O quadro analítico apresentado nesta dissertação é composto pelas/o nossas/o interlocutoras/o que nos ajudaram a alcançar apreensões pertinentes em relação aos seus modos de atuar via as práticas pedagógicas nos Pontos de Cultura. As recorrências presentes nas chamadas “narrativas orgânicas” incluem:

- Outras movimentações curriculares como Pedagogia Feminista Negra;
- Movimento de mulheres negras e Feminismo Negro;
- Saúde da População Negra;
- Formação das professoras e Ativismo das ONG's;
- Fortalecimento de identidades com outros conteúdos, metodologias e estratégias;
- Espaço de outros conhecimentos, Desafios e Dificuldades.

Esses são temas presentes nos diálogos e, notadamente, com traços comuns nas instituições pesquisadas proporcionando a confecção de um quadro marcado por categorias reveladoras e com possibilidades de análises, a partir do que acreditamos ser “espaços outros de aprendizagens”.

A partir dessas práticas pedagógicas, permeadas pelas questões de gênero/raça, e atravessadas pelos seus conteúdos, estratégias e metodologias outras, com sensibilidade, afetos e vivências, foi possível entrecruzar o debate onde a busca por igualdade racial e a luta por maior mobilidade socioeducativa são traços presentes nas “narrativas orgânicas”. Sob esse escopo, desenvolvemos uma análise dos dados construídos. A nossa intenção foi realizar aproximações profícuas que pudessem fomentar o campo de estudos da Educação em “espaços educativos não formais de aprendizagens”, no sentido dado por Araújo (2012).

3.1. Outras movimentações curriculares e Pedagogia Feminista Negra

A entrada no campo revela especificidades desconhecidas até então. Problematizar nuances das narrativas das interlocutoras/o professoras/oficineiras /responsáveis pelas práticas pedagógicas foi um trabalho que gerou outras aprendizagens e outras movimentações curriculares. “Práticas pedagógicas” e “Pedagogia feminista negra” emergiram como recorrência fundamental para o conjunto aqui apresentado. “Coisa de Mulher” e “CRIOLA” foram reveladas a partir de tais

categorias emergentes. Nesse percurso, vimos como suas propostas são permeadas pela perspectiva intercultural crítica de educação como forma de intervir.

Essa perspectiva se aproxima de um ideário compreendido a partir das pedagogias alternativas (MIRANDA,2013) que nos parecem relevantes por apresentarem novos conteúdos, outras metodologias e aprendizagens, sobretudo quando se trata de temas que aglutinam educação, gênero e raça. Os *pontos de cultura* das referidas Ong's nos encaminham a problematizar as aprendizagens possíveis nos processos em que a população alvo é composta por meninas adolescentes, jovens, mulheres negras. Conforme a interlocução alcançada, pensar múltiplas visões educativas, destacando, as pedagogias feminista, negra e decolonial. Desse modo, rompendo e produzindo no contexto de resistências e re-existências por grupos de mulheres subalternizadas, no contexto da colonialidade, dependerá da observação etnográfica do trabalho desenvolvido por instituições como “Coisa de Mulher” e “CRIOLA”.

Observamos que as professoras/oficineiras/responsáveis dessas ONG's de mulheres negras são sujeitas comprometidas/o com saberes construídos horizontalmente, com leituras críticas de mundo e com interlocuções diretas com as meninas, jovens e mulheres atendidas pelos seus pontos de cultura. A partir dessa construção, temos nas práticas pedagógicas possibilidades de diálogos interculturais, de outros saberes, com outras movimentações curriculares que se retroalimentam pelo seu reconhecimento do fazer pedagógico em compreensão entendidas como dialógicas, democráticas e de escuta sensível das urgências.

Nesse contexto, Paulo Freire (2008, p.78) nos ajuda a pensar e a compreender os diálogos como substrato da existência e do caminho pelo qual é possível a humanização do mundo e das pessoas, logo, um fenômeno fundamentalmente político.

Podemos supor, então, que as práticas pedagógicas dessas organizações percorrem e constroem diálogos interculturais, reflexivos e participativos na perspectiva da criticidade. Configurando, assim, o que entendemos como uma prática decolonial e intercultural crítica. Nessa perspectiva, as professoras/oficineiras do *ponto de cultura*, Coisa de Mulher, Isabel Flauzino (professora de canto) e Isabela Vieira (professora de teoria musical) nos relatam, respectivamente, como é possível essa possibilidade de diálogo e parceria:

[...] sim, com certeza, porque assim, eu gosto de pensar, eu não estou pensando aqui só na minha oficina que era canto, né!. Eu to pensando também nas outras oficinas.[...] é! A gente trabalhava muito integrada. Eu

adorava trabalhar com a Prof.^a Aline Valentim. Várias vezes a gente fez aula juntas e que deu muito certo né!, Assim, que as meninas cantavam , dançavam, e isso foi muito rico e eu acho que a arte tem que ter esse papel, não é uma coisa, como se fala...?(CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.17).

E também:

A gente trabalhava muito maracatu, que é trabalhado inclusive na oficina de percussão, então a gente tentava trazer um pouco para isso também. Canto coral, eu lembro que eu fiz com elas uma cantiga de roda, que eu trabalhei, que foi lua branca, eu acho. Sempre era voltada, como era aula de teoria, sempre era voltada muito para isso, ritmo e afinação, para que as outras professoras, era uma complementação, teoria para que na percussão elas tivessem mais ritmo, para que na aula de canto elas tivessem um canto melhor. Então era sempre uma coisa ligada à outra. (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.8).

Vimos, aí, o reconhecimento de propostas que se entrelaçam com outras roupagens pedagógicas e metodológicas para o fortalecimento das identidades femininas negras e com entusiasmo gerado pelo esforço coletivo (bell hooks, 2017, p.18) criado pelas professoras/oficineiras mediante ao processo do fazer comunitário. Sendo assim, uma construção político-pedagógica fortalecida por processos pautados nas relações étnico-raciais, sobre os direitos humanos das mulheres e das meninas negras.

As abordagens adotadas no Coisa de Mulher, são via rodas de conversas sobre o enfrentamento do racismo, machismo, homofobia, lesbofobia, intolerância religiosa, juventude negra, com oficinas de teatro, dança (afro, hip hop, jongo, maracatu, coco), com teoria musical, canto-coral (músicas afro-brasileiras) e percussão afro-feminina. Em vista disso, verificamos nessas práticas pedagógicas uma perspectiva emancipatória e crítica nos revelando como o movimento negro e o movimento de mulheres negras tem e teve influências consideráveis nessas novas pedagogias e epistemologias.

É importante salientar que, o que pontua Sônia Beatriz dos Santos (2008) acerca das organizações de mulheres negras e suas distintas formas de atuação em sua tese de doutorado *Brazilian Black Women's NOG's and Their Struggles in the Area of Sexual and Reproductive Health: Experiences, Resistance, and Politics*. Para a autora, o que de fato diferencia a atuação dessas organizações de mulheres negras de outros grupos é a experiência particular de opressão e sua perspectiva racial de gênero. Nesse sentido, dá-se ênfase para as parcerias estabelecidas entre as organizações de mulheres negras e outras instituições negras – estando nesse processo organizações apartidárias e/ou religiosas. Essa ênfase revela que tais práticas (sobre nosso entendimento) formam sujeitas na sua identidade individual e coletiva na perspectiva da identidade racial, e nas

formas de acessar e propor políticas para mulheres negras. São resultados materializados via as parcerias, também, com os grupos comunitários para a promoção de rodas de conversa, oficinas e treinamentos, cujo objetivo é impulsionar a conscientização sobre discriminação de gênero e raça, violência e desigualdade.

Destacamos as *parcerias* em práticas pedagógicas entre as professoras/oficineiras/ responsáveis da ONG's proporcionam outros fazeres pedagógicos, através dos outros conteúdos e metodologias promovendo *outros* processos de aprendizagens. Desse modo, reconfigurando esses espaços outros de aprendizagens, via os projetos de *pontos de cultura* independentemente da organização de mulheres negras aqui pesquisadas. Presumimos, então, que essas partícipes envolvidas nessas aprendizagens possam ter seu direito de fala, de se expressar, de se posicionar, refletindo e superando toda forma de opressão, discriminação, silenciamentos impostos pela sociedade machista, sexista, racista, homofóbica e patriarcal.

A nosso ver as práticas pedagógicas dos *pontos de culturas* das ONG's estão marcadas por uma intencionalidade que impactam e apostam em outras formas de produções de saberes, conhecimentos, pensamentos, representações e pedagogias como coloca o coordenador do *ponto de cultura*, de CRIOLA José Marmo da Silva¹⁵ (2016) dentista formado pela UFRJ (*in memoriam*):

O que é o nosso Ponto de Cultura? Ele é um espaço estratégico de debates sobre representação, cultura, pensamento das mulheres, produção das mulheres na arte, na saúde, na política, e também, ao mesmo tempo um espaço onde a gente junta saberes colonizado e descolonizados, mas saberes que estão nos livros, nas produções das mulheres. Eles se constituem em oficinas, uma biblioteca, e uma produção sobre a história das mulheres negras. Nesse sentido nós estamos utilizando o Ponto de Cultura como parte do nosso processo político (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016, p.1).

Localizamos, portanto, estratégias políticas de um espaço possível de diálogos interculturais, construções de novas imagens, pensamentos e conhecimentos exercidos nessa prática pedagógica. Sobre esse panorama, pensamos com Nilma Lino Gomes (2017, p.54): “as epistemologias criadas nos levam a radicalidade sobre o avanço e compreensão do pensamento pedagógico e ações e saberes emancipatórios produzidos e sistematizados pelo movimento de mulheres negras”.

¹⁵ José Marmo da Silva “Marmo” (**grifo nosso**) infelizmente faleceu por motivos de doença em setembro de 2017, e o projeto do ponto de cultura, hoje se encontra se restabelecendo e se reconstruindo por tais fatos, e também pela morte da presidenta de honra da ONG-Criola, a Mãe Beata de Iemanjá (Beatriz Moreira), e, portanto, são situações difíceis para a organização neste momento, contudo, a coordenadora Lúcia Xavier e suas colaboradoras passam a se reestabelecer à medida que nada possa desestimular os objetivos e perspectivas futuras da organização respeitando esse momento.

Constata-se que CRIOLA, via seu ponto de cultura Mulheres Negras na História, tem como escopo alguns objetivos institucionais que nos chamam atenção. Dentre seus princípios norteadores estão o comprometimento com as questões da educação antirracista, anti-homofóbica. Podemos ver seus desdobramentos na organização e da publicização do acervo bibliográfico e iconográfico da Biblioteca Gésia de Oliveira; em realizar encontros de produção de conhecimento e reflexão a respeito de temas sobre as mulheres negras e da cultura afro-brasileira, além de editar/ distribuir livros, “Negras na História”, biografias de mulheres negras do Rio de Janeiro, e publicar revistas com informações sobre temas relacionadas à mulher negra e a cultura afro-brasileira.

José Marmo (2016), o único homem dessa pesquisa e coordenador do ponto de cultura de CRIOLA, em sua narrativa completa e orgânica, formalizando a ideia de que o ponto de cultura não era só ter a biblioteca em si, mas também, “qualificar a biblioteca de CRIOLA, que receber um e outro, passa a ser a biblioteca de Gésia Oliveira por causa da figura de Gésia de Oliveira, mulher negra importante e que trabalhava inclusive com a religiosidade afro-brasileira” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016).

Desse modo, avaliamos que os espaços das Ong’s Coisa de Mulher e CRIOLA, são espaços de outras aprendizagens de “outros saberes”, de “outras imagens”, de “outros pensamentos e epistemologias” criados e proposto por mulheres negras, ativistas. Dispõe-se, em suas essências, a perspectiva de juntar saberes colonizados (e transformá-los) e descolonizados a fim de produzir livros, bibliografias, cartilhas, folders, panfletos, vídeos, revistas, sites (plataformas), palestras, minicursos, workshops, canais do *You Tube*, blogs, páginas de *Facebook*, álbuns, projeto de extensão, ciclos de debates, como materiais informativos na função de compartilhar saberes produzidos por mulheres negras, abordando a temática racial para a superação do racismo, e na perspectiva de gênero/racial. Assim sendo, essas organizações são oriundas do movimento negro, e passam acreditar e propor suas pedagogias e seus saberes de forma didática e epistemológica (GOMES, 2017, p.89).

Nesse empenho, percebemos a criação desses outros espaços de representação, com novos conhecimentos políticos, educacionais, sociais, culturais, onde a identidade negra brasileira e da diáspora africana, proporcionam-nos um comprometimento ético-político para a educação étnico-racial, de gênero/racial das questões referente à diversidade brasileira. Dessa maneira, constatamos nessas práticas pedagógicas insurgentes, uma dimensão de como podemos estabelecer no campo das ciências humanas e sociais, e de como temos que estabelecer de forma construtiva nesses outros

espaços de aprendizagens tratando-se, assim, de novas estratégias políticas, com novas epistemologias e pedagogias outras sobre a criação de mulheres negras intelectuais ativistas orgânicas através de ações dinâmicas, de rupturas com o instituído no campo educacional.

Sobre identificarmos as práticas pedagógicas com as jovens e mulheres negras envolvidas nos projetos de *pontos de cultura*, as responsáveis das Ong's Edmeire Exaltação (2017), do Coisa de Mulher e Lúcia Xavier (2017), do CRIOLA, confirmam-nos o seguinte:

[...] as jovens através das práticas pedagógicas realizadas aqui, mudam seus comportamentos e se empoderam com o tempo no projeto e a gente tem exemplos até hoje, temos relatos [...], isso é uma prática pedagógica nossa também, na discussão da violência, fazer com que ela perceba que, o fato de ela ser mulher negra, essa violência aumenta, não é só porque ela é mulher, é porque ela é mulher e negra. Tem um impacto muito positivo, e isso é uma coisa que nos deixa, acho que não nos deixou ainda cair, a instituição ainda não fechou, por conta dessa força. As mulheres que passam por aqui estão sempre voltando, e sempre dizendo que não são mais as mesmas depois que passaram por aqui. (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.6).

[...] O Ponto de Cultura é o único que vai fugir um pouquinho desse escopo da nossa prática pedagógica. Qual é a nossa prática pedagógica? É sempre o trabalho em oficinas como dinâmicas, como reflexão. O ponto de cultura de Criola tem outra prática pedagógica em relação aos seus projetos e trabalham na escuta de histórias de mulheres negras onde elas trazem seu conteúdo, vivências conhecimento e ancestralidade. (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.3).

Cabe ressaltar, ainda, que José Marmo (2016) enfatiza a importância dessas práticas e das pedagogias outras, as pedagogias organizadas pelas mulheres de terreiro para o ponto de cultura de CRIOLA:

Eu sou muito ligado com as mulheres de terreiro porque sempre vi as mulheres de terreiro como fonte de sabedoria e que elas dominavam o pedaço mesmo quando tinha homens como pai de santo ou ogans. Elas eram e é uma tradição que tinha tudo a ver com as mulheres dos pontos de cultura, e aí fui trabalhando com isso (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.12).

A esse respeito e entendimento, Lúcia Xavier (2017), coordenadora geral do *ponto de cultura*, do CRIOLA, destaca a prática pedagógica que se pauta na ancestralidade de diferentes grupos de mulheres negras e de maneira diferenciada e concernentes com as questões das religiões de matrizes africanas:

Porque nós não somos uma instituição religiosa, então não admitimos práticas religiosas, nem político partidárias, mas, por exemplo, as religiões nos ensinam muito isso, quando nós estamos em conjunto com essa rede e sabemos das parcerias, as nossas parceiras sabem que nós somos parte dessa rede, o que o ocorre é que, se elas estão à gente evidencia que elas estão, e que é preciso reconhecer a fala delas os sentimentos que elas têm, por exemplo, quando nós lançamos o ponto de cultura, nós lançamos em uma atividade de religiões de matriz africana, e lá tinham outras que não eram dessas religiões e tiveram o espaço para falar, para se expuser, para dizer das

suas ideias e for compreendidas como tal, porque se não também não vale a pena, só pode ser a mulher que eu gostaria que fosse (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017,p.13).

Destacamos, aqui, a importância de José Marmo (2016) nesse processo de construção do ponto de cultura de CRIOLA porque era ligado às religiões de matrizes africanas além de uma trajetória profissional ligada ao candomblé. Trouxe para o ponto com maestria e vigor em convidar mulheres (mães de santo) ou Yalorixás do Candomblé, consideradas eruditas senhoras guardiãs dos saberes tradicionais de matrizes africanas, baseados nos valores civilizatórios da cultura afro-brasileira (RUSSO, 2016, ALMEIDA, 2016).

José Marmo (2016) acreditava, também, que essas são mulheres de saberes ancestral e de vivências ligadas ao que chamamos de pedagogia ancestral, e de outros formatos pedagógicos, como a pedagogia quilombola, a decolonial. São importantes para entendermos os processos diferenciados de pensamentos e saberes proporcionados através do seu espaço sagrado. Fortalecendo, desse modo, as contra-narrativas e privilegiando outros espaços de conformação de saberes ancestral. Observamos então, que descolonizar as práticas pedagógicas passa ser imperativo para quem deseja entender os caminhos em prol de uma maior justiça epistêmica sobre concepções feministas, antirracistas, antihomofóbicas, pelos direitos humanos das mulheres e pela cultura afro-brasileira e “*ancestralidade*” vindas das mulheres negras.

Somado a esse contexto, como apontam Aníbal Quijano (2005) e Catherine Walsh (2013), a partir dessas experiências, formam-se um *pensamento outro* que promove a afirmação da diversidade, uma história “outra” e que fomenta a desconstrução de uma visão unívoca de existência, determinando a reconstrução dos espaços de convivência para garantir a mobilidade de grupos historicamente subalternizados através de um pensamento decolonial. Práticas pedagógicas essas realizadas e refletidas nas Ong’s de mulheres negras nos trazem muitas mudanças comportamentais, de aceitação de si e de empoderamento das mulheres frequentadoras desses espaços criados sobre orientação de mulheres negras intelectuais, ativistas orgânicas que rompem com o lugar social subalternizado enfrentando o racismo, o machismo e o sexismo. Acreditamos que essas intelectuais negras insurgentes (HOOKS & WEST, 1991, p.84) são especialmente aquelas vinculadas ao movimento negro e ao movimento de mulheres negras, e há questões ligadas à construção de sua individualidade à opção pela militância, e sua ligação com as comunidades e culturas

negras, como também, a continuidade de suas trajetórias enquanto acadêmicas e intelectuais (RATTS, 2009, p. 3).

Cabe ressaltarmos, a importância das aprendizagens vivenciadas mutuamente entre as professoras/oficineiras e as meninas, jovens e mulheres que passaram pelos *pontos de cultura* das instituições, aqui, privilegiadas. A professora de dança afro, Aline Valentim (2017), da ONG - Coisa de Mulher, argumenta o seguinte em relação à sua formação nesse processo pedagógico de trocas e experiências vividas:

Eu acho que essa minha passagem pela Ong, pela Coisa de Mulher me formou também, não fui só eu que formei as meninas, eu fui formada. A vida é bonita também por isso, a gente faz certas buscas, igual ser mãe, te colocam naquele lugar e agora você vai ter que melhorar isso em você, não por você, pelo outro, mas você foi colocada nesse lugar. Então eu, já tinha aquele desejo, já tinha uma consciência muito maior, já estava na universidade, já tava tentando pautar também, porque na universidade tinha um movimento, não tinha nenhum pensamento negro lá muito sendo falado, mas eu já tava nessa consciência. Então eu fui para o front, que é estar com as meninas e fui-me empretecendo também para isso, como eu trago essa referência para elas? Eu trazia para mim. Ao mesmo tempo em que eu estava formando elas eu tava me formando, cada vez que eu tinha que levar as questões, e estando junto com a Neusa, quando eu via as ações da Neusa no Coisa de Mulher e, enfim, me empoderando nisso, e continuo, considero que eu continuo (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.5).

Lúcia Xavier (2017), sobre as contribuições vindas do projeto de sua instituição e os processos de formação das mulheres negras e de sua construção pedagógica, salienta:

[...] eu acho que um dos nossos principais aspectos que eu destacaria nesse campo pedagógico foi admitir os diferentes conhecimentos das mulheres negras, que é muito difícil, eu explico por que. Porque nós somos forjadas em uma concepção marxista, progressista, de esquerda, cujas concepções eliminam os outros. É, por exemplo, admitir que seja uma doméstica, que mal temo 1º grau ou 2º grau, é uma pessoa que fala por mim, é uma dinâmica que você não pode executar só com a razão, dizer “somos todas mulheres negras”, você tem que executar com o coração, você tem que compreender o processo e estabelecer que o seu modo de pensar seja ruim, e para fazer isso, você tem que abrir mão desses processos colonizadores, para não dizer “eu que preciso falar para a doméstica”, então, quando há uma ação política que uma doméstica fale, ela fala por mim, se ela não puder falar por mim eu não posso falar por ela. A gente precisa quebrar os paradigmas dessas concepções que nos levam a acreditar que uma doméstica só poderá falar por mim depois que ela passar pelo meu curso de formação, porque ela não fala o que eu falo, mas é o contrário, ela só fala o que eu falo. Aliás, ela fala até mais do que eu, porque ela tem a capacidade de trazer uma experiência de vida complexa àquela que eu já não tenho mais, e isso, por exemplo, isso nos obriga a abrir mão dessas concepções que forjam uma identidade intelectual ou política, polida, que estabelece uma hierarquia entre os saberes, e nos obriga a repensar uma prática pedagógica. Por isso é tão primoroso, e às vezes difícil de compreender o que é chamado de pedagogias outras, entendeu? (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.9).

Nesse contexto, reconhecer as falas das meninas, jovens e das mulheres negras, que passaram pelo projeto (e que elas possam nos representar como sujeitas políticas, ativas pelo seus direitos e com afirmação do fortalecimento de suas identidades), é um ganho para o que acreditamos ser outros espaços de aprendizagens e que, por unanimidade todas interlocutoras/o da pesquisa através, de suas narrativas, disseram que os projetos fortalecem todas as identidades femininas inseridas nesse processo pedagógico. Vale evidenciar a importância das questões de gênero e raça nessas práticas pedagógicas em relação às duas instituições e Lúcia Xavier (2017) e Edmeire Exaltação (2017) nos relatam respectivamente:

Completamente, ela é a base, não diria de gênero, mas da mulher negra. Em determinados momentos de gênero, porque, assim, cada vez mais a gente assume uma postura, uma pauta trans, e também cada vez mais o debate. Por exemplo, se discute violência doméstica, contra a mulher, ou contra familiar, passa por essa discussão de gênero, cada vez mais essa disputa de participação das mulheres em diferentes frentes retoma o debate de gênero, mas daquilo que a gente trata de mulher. [...] Então, na verdade, nós fortalecemos a identidade feminina [.]
(CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.8-9).

É impossível pensar um projeto no Coisa de Mulher sem que a gente perpassa pelas discussões de gênero. Não tem como, o foco já é a mulher negra, e a gente vai pensar, sempre procura direcionar o projeto, atendendo às exigências do edital, para aquilo que vá, primeiro, trabalhar a auto estima da mulher negra, trabalhar o seu conteúdo intelectual, preocupações atuais nossas, fazer com que o Ponto de Cultura, agora através da Casa das Pretas, seja um espaço de saber e do saber da mulher negra, a gente produzir ideias, produzir discussão, produzir incômodos. Que às vezes muitas chegam aqui sem nem saber que é mulher negra, e esse é um dos nossos objetivos, também provocar esse incômodo, passando pela questão de gênero e raça, sempre.
(CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.6.7).

Notamos a importância dos saberes construído nesses espaços de aprendizagem permeados pelas questões de gênero racial e delineado pelas “as mais jovens, as mais experientes, as mais velhas, as de candomblé e de outras religiões” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.12). Também mulheres negras diversas, com outras pedagogias, pedagogia ancestral (de geração a geração), pedagogias alternativas, entre outras. Destacamos por consequência outras metodologias, outros currículos praticados através das experiências-vividas (COLLINS, 2016, p.32) e outros conhecimentos colaborando, portanto, o acolhimento e formação das envolvidas nessas instituições e de como elas vão se fortalecendo através dessas novas didáticas e estratégias, outras epistemologias e novas aprendizagens.

Com isso, nossa percepção em relação às práticas pedagógicas inseridas nessa pesquisa, trazemos no que concordamos ser uma pedagogia alternativa, crítica, feminista, decolonial na perspectiva de visibilizar sujeitas subalternizadas pela sua classe, raça, sexualidade, idade entre outros marcadores. Assim, nessa abrangência bell hooks (2017, p.20), nos aponta o seguinte: “minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialistas, críticas e feministas, cada uma das quais ilumina as outras”.

Dessa forma, encontramos pistas nos argumentos de Walsh (2013) para analisar aspectos das pedagogias adotadas nas instituições aqui em relevo. A autora propõe considerarmos as pedagogias que proporcionem uma forma diferente de perceber, compreender, experimentar a realidade. As pedagogias decoloniais, feministas negras, a nosso ver, rompem com a colonialidade e com essas opções institucionais, compreende-se a renovação e criação de outras práticas, a partir de novas epistemologias, a fim de valorizar todas as partícipes nesses processos de aprendizagens.

bell hooks (2017, p.20) menciona processos que incluem questões educacionais nessa mesma vertente, observando a força de pedagogias que podem estabelecer diálogos de compreensão e interação com as práticas que questionam parcialidades. Essas, por sua vez, reforçam os sistemas de denominação (como o racismo e sexismo) e sendo assim, questionamos como são estabelecidas as pedagogias realizadas nas organizações de mulheres negras.

Nossa primeira impressão é de que suas opções partem de uma perspectiva decolonial e de reconhecimento das diferenças - seja ela pela classe social, racial, da identidade sexual entre outros marcadores. Nesse mosaico, destaca-se a visão acentuada por Lúcia Xavier (2017), de como CRIOLA se forja “através de uma pedagogia feminista, uma pedagogia antirracista, antihomofóbicas [...]” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.4).

A partir dessa narrativa, percebemos a admissão de diferentes conhecimentos das mulheres negras em suas ações e realizações dentro dessas organizações, a partir de pedagogias decoloniais, feministas com práticas insurgentes, alternativas, trazem-nos, em si, outras experiências metodológicas como afirma Lúcia Xavier (2017):

[...] cria uma nova pedagogia, por exemplo, talvez crie, mas ela é basicamente a evidência de uma experiência que as mulheres vão produzindo, de como ensinar a fazer política, de como ensinar a estratégia de atuação em diferentes campos, de como fazer com que você revitalize e revigore uma cultura como a nossa, que está todo tempo se experimentando,

se reatualizando, e ao mesmo tempo sendo viva, está no dia a dia da vida das mulheres (CADERNO DE ATIVIDADES, 2017, p.3).

Averiguamos nas pedagogias exercidas pelas organizações de mulheres negras em suas ações sociopolíticas, culturais, educacionais pautadas na ancestralidade, solidariedade, acolhimento, reflexão, sensibilidade que através das culturas estabelecidas, fortalecem outras identidades em seus espaços de aprendizagens. Identificamos, portanto, aspectos relevantes, realizados a partir dessas práticas pedagógicas dos *pontos de cultura*, admitindo então, diferentes pedagogias e outras movimentações curriculares.

Desse modo, as instituições, Coisa de Mulher e CRIOLA, confirmam seus compromissos com a história de um grupo socialmente subordinado, invisibilizado pela sociedade dominante, mas que tem confrontado historicamente poderes estabelecidos, nos mais diferentes espaços, com altivez, inteligência e perspicácia (CARDOSO, 2012, p.24). Indagamos aqui novas pedagogias que nos mostram práticas alternativas do que está instituído. Em vista disso, Lúcia Xavier (2017) insistiu em sua narrativa sobre o aspecto pedagógico dessas intervenções, depois de vinte e cinco anos de existência de CRIOLA: “somos forjadas em uma concepção marxista, progressista, de esquerda, cujas concepções eliminam as outras” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.9).

Examinando essa perspectiva, a filósofa argentina Linda Alcoff (2015, p.2), nos ajuda a entender essas concepções em sua temporalidade, a partir de outras proposições, para encontrar novas reformulações pedagógicas e epistemológicas, “a lição que podemos tirar disso é que as questões epistemológicas devem ser tratadas explicitamente na próxima era do pensamento e das práticas revolucionárias”. Dando, assim, um panorama outro, dialético, possibilitando quebras de paradigmas epistemológicos possíveis e rompimentos estabelecidos pelo o instituído.

Avaliamos que precisamos problematizar conhecimentos hegemônicos enquanto universalizantes através de rupturas, com novas (re) aprendizagens e (des) aprendizagens no sentido dado por Catherine Walsh (2013) na possibilidade de outras pedagogias como a pedagogia decolonial, feminista negra em prol de uma educação antirracista, na perspectiva da intercultural crítica.

Para nossa pesquisa, pensamos a interculturalidade crítica, a partir de Catherine Walsh (2005), que significa:

“(re) construção de um pensamento crítico-outro - um pensamento crítico de/desde outro modo -, precisamente por três razões principais: primeiro porque está vivido e pensado desde a experiência vivida da colonialidade

(...); segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade e, em terceiro, porque tem sua origem no sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global” (WALSH, 2005, p.25).

Nesse contexto, visamos a recuperar as versões da história no plural, das nossas culturas e saberes promovendo uma reorganização das relações sociais e da sociedade como um todo a partir das distintas culturas que as constitui, o que significa trazer o protagonismo de outros saberes, pensamentos, conhecimentos e modos de pensar, agir e ser, dando visibilidade à sujeitas/o subalternizados na sociedade moderna/colonial. Além disso, é interessante notarmos essas experiências pedagógicas, em que é possível entender outras formas de pedagogias, para ampliação de novos repertórios com outras abordagens epistemológicas desconstruindo um conhecimento contra hegemônico (FIGUEIREDO & GROSGOUEL, 2009).

A pedagogia feminista negra, *decolonial*, utiliza, nas suas práticas pedagógicas, referenciais filosóficos educacionais de práxis diárias nos espaços de aprendizagens, que correspondem às expectativas dessas instituições, como nos revela Lúcia Xavier. Esses os materiais bibliográficos publicados, utilizados como livros, apostilas, revistas e feitos pela ONG, CRIOLA, tem a proposta dessa pedagogia feminista, “nós trabalhamos assim, com os textos que a gente produz, com essa pedagogia feminista, com o que está descrito como ação antirracista e sexista, inclusive escrita por nós mesmas, e por uma produção feminista” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.8).

Nessa perspectiva, julgamos que as abordagens descritas sobre a pedagogia feminista negra e decolonial, essencialmente construída nos movimentos de resistências e insurgências e dirigida por mulheres negras, vão “entretecendo caminhos” orientados para o decolonial (WALSH, 2013, p.20). Trazemos a definição da pedagogia feminista negra de Barbara Omolade (1994) que amplia o entendimento educacional em relação aos movimentos antirracistas e sexistas e das práticas pedagógicas das Ong’s Coisa de Mulher e CRIOLA dizendo o seguinte:

A pedagogia feminista negra não se preocupa simplesmente com princípios de instrução de mulheres negras por mulheres negras e sobre mulheres negras; ela apresenta estratégias de aprendizagens informadas pelas experiências históricas de mulheres negras com discriminação de raça/gênero/classe e as consequências de marginalização e isolamento. A pedagogia feminista negra visa desenvolver uma perspectiva de inclusão intelectual e expansão que contesta a tradição intelectual ocidental de exclusividade e o machismo. Oferece à estudante, à professora e a instituição uma metodologia que promove a igualdade e visões múltiplas e perspectivas que paralela às tentativas de mulheres negras de serem reconhecidas como seres humanos e cidadãs e não como objetos e vítimas (OMOLADE, 1995, p.129).

Dessa maneira, apreciamos a decolonialidade, nessa perspectiva, pedagógica feminista negra, por entendermos os desafios e o reconhecimento das diversidades encontradas na sociedade moderna/colonial. Silva & Silva (2014) define a decolonialidade como entendemos:

A decolonialidade desafia o parecer eurocêntrico colonial em função da construção de novas tessituras políticas, sociais e epistêmicas fomentadas nas culturas que sofreram com a ferida colonial. Neste sentido, questionam o processo de desumanização que balizou a exploração material e subjetiva empreendida pelos colonizadores sob a denominação de modernidade (SILVA, 2014, p.164).

Acreditamos nas pedagogias decoloniais como práticas insurgentes que interrompem o silêncio e na perspectiva intercultural da educação nessas ambiências pensadas a partir de “de outras iniciativas que podem servir de escopo para projetos de (des) integração e (re) integração de si, levando-se em conta as vivências comunitárias reinventadas no cotidiano” (MIRANDA, 2014, p.559).

Desse modo, contemplamos o fortalecimento dessas pedagogias via estratégias e metodologias que valorizam as identidades femininas inseridas nesses pontos de cultura, como afirma Lúcia Xavier (2017): “tem mulheres evangélicas, mulheres do candomblé, mulheres que não tem religião nenhuma” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.12). Temos a clareza de outras práticas pedagógicas construídas pela pedagogia feminista negra decolonial, que não deixa de ser efetivada, por compreender e ajudar no acesso à informação, ao conhecimento, e a novos processos de aprendizagens, a fim da descolonização e mobilização política de uma porção da população historicamente isolada e excluída (PERRY, 2006, p.169).

Buscamos a reflexão do feminismo negro como complementação da pedagogia feminista negra decolonial, a partir do campo de atuação das referidas instituições, por entendermos que as organizações de mulheres negras aqui inseridas, são referências nesse debate e nas formulações de pensamentos e conhecimentos sobre o tema em questão. Nesse caminhar, Neusa das Dores Pereira (2016) segue o seu pensamento e postura política reforçando seu lugar de fala: “sou feminista negra, lésbica, e venho da fundação de várias instituições de mulheres e de mulheres negras no Brasil” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.1).

Lúcia Xavier (2017) se coloca em relação ao debate do feminismo, como nunca ter se furtado desse debate:

Olha, nós não somos defensoras desses debates, mas também não são algo que a gente se negue a fazer, ao contrário. Tem muitas organizações e muitos grupos que acham que nós somos uma organização de feministas negras. Ao longo do tempo a marca do

feminismo foi uma marca também da Criola, mas hoje eu diria que ela é uma marca da mulher negra. Por isso a gente, quando fala, a gente nunca diz “movimento feminista de mulheres negras”, a gente diz “movimento de mulheres negras”, porque isso significa a expressão do que somos em relação a outros movimentos (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017. p.4).

Apoiamo-nos o pensamento feminista negro que não é um aditivo de outros feminismos e, sim, um feminismo construído, a partir das necessidades, conhecimentos e formas de atuações políticas próprias das mulheres negras e na conexão na defesa dos direitos humanos da população negra devido à desumanização vivenciado por essa parcela social. Há, como principal característica, porém, a interseccionalidade, que evoca as diferenças e desigualdades existentes via os marcadores da diferença.

bell hooks (2003) explicita sobre o pensamento feminista negro, trazendo “uma crítica global e sistêmica do conjunto das opressões em jogo e, ao interseccioná-las, jamais prescinde da crítica à dominação classista, racista e machista”. Reconhecemos, portanto, a pedagogia feminista negra decolonial, encontrada nesta pesquisa, organizada a partir de princípios, práxis e filosofias educacionais com outros movimentos curriculares, conhecimentos, pensamentos, metodologias, e de formação cidadã na valorização de outros formatos pedagógicos.

Consideramos necessário, o que nos propõe Nilma Lino Gomes (2017) sobre outras educações e aprendizagens que: “não existe conhecimento sem práticas e atores sociais”. Isso posto, observamos que as Ong’s de mulheres negras Coisa de Mulher e CRIOLA, têm outras interpretações de conhecimentos, provocando outras possibilidades de pensamentos e educações possíveis. Assim, incorporar outras narrativas, ou melhor, contra-narrativas insurgentes (MIRANDA, 2006), sobre outras práxis sociais, em que as interlocuções estabelecidas são reinvenções pedagógicas e ações metodológicas capazes de atuar contra formas de opressões, racismo, machismo, sexismo, e lesbofobia e transfobia.

Por fim, conduzimos a perspectiva de Patrícia Hill Collins (2000) sobre a produção feminista negra, que implica ver o mundo como um lugar dinâmico, no qual o objetivo não é meramente sobreviver ou se adequar. Ao contrário, torna-se um local onde sentimos proprietárias e responsáveis (COLLINS, 2000, p.237). Então, a pedagogia feminista negra decolonial, tem, na sua intencionalidade, outras narrativas, outras aprendizagens e formações que apostam no desenvolvimento de métodos e ações baseadas em ações sociopolíticas, educacionais, culturais, como práticas insurgentes de (re) existir e de (re) viver nessas organizações de mulheres negras.

3.2 - Movimento de Mulheres Negras e Feminismo Negro

A partir das análises das narrativas realizadas com as interlocutoras/o dessa dissertação, trazemos o “Movimento de Mulheres Negras e o Feminismo Negro” como ponto fundante para se discutir as organizações de mulheres negras e suas práticas pedagógicas através de suas ações sociopolíticas, culturais, educacionais no âmbito das suas vivências. Nesse sentido, faz-se necessário, contextualizarmos tais movimentos e a partir deles, observarmos novos caminhos possíveis para que as mulheres negras constituíssem a base para produção do conhecimento e pensamento feminista negro, pois o conhecimento é situado e, socialmente construído, a partir de determinada posição social. Em outras palavras, é decorrente do lugar que ocupamos no gênero, na raça, na classe, na sexualidade (CARDOSO, 2017, p.1), é como as Ong’s de mulheres negras se apresentaram no campo da educação.

As organizações de mulheres negras Coisa de Mulher e CRIOLA foram influenciadas pelo período efervescente da década de 1980/1990, como nos aponta Petrônio Domingues (2009, p.40), pois, “depois da redemocratização política do país, em meados da década de 1980, entraram em cena diversos grupos de mulheres negras, independentes ou coligados às entidades negras”. Vale destacar algumas instituições e organizações de mulheres negras do nosso país, mas, especificamente, do Rio de Janeiro, como a REUNIMA (Reunião de Mulheres Negras Aqualtune-1978), Luiza Mahin (1980), Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras (1983), Centro de Mulheres Negras de Favela e Periferia (1986), entre outras entidades dirigidas por mulheres, para incentivo e promoção de políticas públicas e, em especial, para as mulheres negras.

Nesse contexto, as décadas de 1980/1990 foram marcadas por muita excitação e apontadas por um “período que representou um marco no avanço da luta das mulheres negras, as organizações de mulheres negras passaram a ter uma maior intervenção no cenário político nacional” (ALMEIDA, 2010, p.3).

Logo, o surgimento do Movimento de Mulheres Negras no final da década de 1980 marca uma nova fase do ativismo político que passa a superar as lutas por justiça racial e de gênero no Brasil. Nesse processo de mudanças sociopolíticas, em território nacional, Célia Regina Pinto (2006) enfatiza os esforços dos movimentos sociais envolvidos:

São faces desse fenômeno, as disputas que o Movimento de Mulheres e o Movimento Negro travaram e, não obstante os avanços, ainda travam explicitamente com partidos e sindicatos, desde os anos 1980, pelo direito de existir como sujeitos políticos autônomos e, por este caminho, incluir, na

agenda democrática, mecanismos capazes de responder às suas questões. Os esforços empreendidos nesse sentido, até hoje, esclarecem que a grande barreira para o encaminhamento de soluções mais abrangentes, frente à problemática opressão de sexo e de raça, reside na manutenção do pensamento que categoriza essas opressões como apêndices de uma realidade ou como resultantes, apenas, das desigualdades socioeconômicas. Isso, desconsiderando-se os seus significados como elementos constitutivos da formação e reprodução da realidade de desigualdades no Brasil. Portanto, nesses casos, as ONGs dedicadas às questões de gênero e raça vão trazer, através de suas práticas, referências para uma releitura dessa problemática, forçando o Estado e a sociedade civil a redefinirem algumas políticas públicas no Brasil (PINTO, 2006, p.657).

Dessa maneira, percebemos a atuação de mulheres negras intelectuais ativistas se organizando por necessidade das demandas sociais, e ao mesmo tempo, buscando articulações possíveis nos diversos espaços de atuações, sejam públicos, privados, sindicatos, Ong's, partidos, associações, a fim de se construir em políticas públicas algo que contemplassem suas demandas. Nesta perspectiva, as ONG's Coisa de Mulher e CRIOLA passam a lutar e levantar bandeiras contra o racismo, sexismo e contra os mecanismos de opressão estabelecidos em nossa sociedade brasileira.

É interessante notarmos que parte das narrativas orgânicas das professoras/ oficinas/ responsáveis das Ong's, envolvidas nesta pesquisa, estabelecem algum envolvimento com movimentos sociais, como movimento negro, LGBTI, criança e juventude, coletivos de mulheres, feministas, redes de violência contra a mulher. Também, religião de matriz africana e afro-brasileira, intolerância religiosa, saúde da população negra, hip hop, danças afro-brasileiras (maracatu, jongo, coco), canto-coral, e o mais explicitado foi o Movimento de mulheres e o de mulheres negras. Destacamos, então, a relevância desse movimento e suas implicações sobre as mulheres negras e suas atuações, a partir do que defende Patrícia Hill Collins (2000, p.327), ou seja, que o “empoderamento individual é muito importante, mas apenas a ação coletiva, pode efetivamente gerar uma duradoura transformação política, social e econômica”.

Uma de nossas interlocutoras, Edmeire Exaltação (2017), coordenadora de projetos da ONG, Coisa de Mulher, contextualizando tal situação e dos vínculos estabelecidos para fortalecimento da sua instituição, apontou o seguinte:

“O Movimento de Mulheres Negras, principalmente, o movimento LGBT, o que mais? Tantos outros. Saúde da mulher negra, criança, movimento de juventude, já fizemos parte do Conselho da Juventude entre outros conselhos” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.3).

A importância desses movimentos, dessas redes descritas, e os vínculos estabelecidos por essas instituições e das interlocutoras, com suas dimensionalidades na possibilidade de diálogo, na construção de políticas e articulações propositivas em áreas

sociopolíticas, educacionais, culturais, religiosas e de reconhecimento de grupos subalternizados e silenciados. Cabe salientar, que o movimento de mulheres negras surge através das rupturas de dois movimentos sociais.

Em primeiro momento se deu o movimento negro, constituído por homens e mulheres negras em busca da transformação da sociedade brasileira, vivencia a crise interna oriunda da reprodução das desigualdades de gênero nos movimentos sociais, situação que resulta na organização independente das mulheres negras, principalmente, a partir dos anos 80 (CARNEIRO. A.S, 2015, p.132). Sendo o outro, o movimento feminista brasileiro, que fora denunciado pelas feministas negras como racista, pelos seus discursos homogêneos que invisibilizava a diversidade das mulheres negras até então consolidado.

Nesse sentido, discursos proferidos pelo movimento negro e pelo movimento feminista acabam por não agregar, especificamente, as demandas das mulheres negras. Assim, as rupturas estabelecidas por tais movimentos tornam-se importantes para (re) organização desse novo movimento de mulheres que tratará em suas agendas políticas, as opressões inseridas nas questões de gênero e raça como constituintes do fosso das desigualdades em detrimento da mulher negra frente ao homem branco, a mulher branca, e o homem negro (MARCELINO, 2015, p.342).

Cabe destaque sobre o Movimento de Mulheres Negras, a partir da pesquisadora Joselina da Silva (2014). Ela defende que a formação de tal grupo se dá, em sua concepção, muito além das questões de gênero discutidas no movimento negro e/ ou sobre as reflexões das questões raciais no movimento feminista. A pesquisadora acredita ser a partir do IENMN¹⁶, e não somente pelos movimentos (Movimento Negro e Movimento Feminista), sobretudo, que esse debate ocorre e que acontece em momentos anteriores ao IENMN via encontros feministas e do próprio movimento negro, ocorrido em nosso país. Essa discussão se dá para além das questões de gênero e raça, e do sexismo em consonância com outros fatores discriminatórios e opressivos, atuantes ainda hoje. Compreendemos, portanto, a análise de Joselina da Silva (2014) por assimilar outras propostas de diálogos sobre o movimento de mulheres negras e sua razão histórica.

¹⁶ I Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceu na cidade de Valença no Rio de Janeiro em dezembro de 1988 em torno de 400 mulheres negras de todo país, que no ano de 2018 completa 30 anos desse encontro histórico para a história do movimento negro contemporâneo. Ver em Silva & Pereira (2014).

Sobre o Movimento de Mulheres Negras acreditamos ser um grupo, um coletivo no mesmo sentido adotado por Rodrigues (2010):

Formado por um grupo heterogêneo, de integrantes com concepções diferentes, e às vezes divergentes, de política, de sociedade, de democracia, e de direcionamento do movimento. Surge na transversalidade das reivindicações dos movimentos negro e feminista, reclamando pelo reconhecimento da história de subordinação de afrodescendentes e mulheres dentro da sociedade, desvelando um *lócus* de antagonismo e disputas em torno da opressão estabelecida pelo racismo e sexismo (RODRIGUES, 2010, p.36).

Nessa perspectiva, compreendemos as instituições dessa pesquisa como parte de um movimento que se fortaleceram pelas suas reivindicações e agendas propositivas, mobilizando-se na defesa de seus interesses específicos, sobre resultados de ações políticas coletivas de vários grupos, sejam eles autônomos, institucionalizadas como as organizações de mulheres negras. Núbia Moreira (2007) apresenta a seguinte argumentação sobre tais conquistas:

A conquista da representação no campo político é uma possibilidade para que então feministas negras formulem políticas que atendam às suas demandas. Nesse sentido essa conquista encerra parte do processo- da identidade e representação do feminismo negro frente ao feminismo tradicional e o Movimento Negro- ao mesmo tempo em que se inicia no interior do feminismo negro uma luta para compreensão das singularidades que se inserem na identidade das mulheres negra (MOREIRA, 2007, p.96).

Edmeire Exaltação (2017) ainda nos revela através de sua narrativa orgânica, o que entende sobre o seu ativismo político e sua ligação com o feminismo negro além do lugar ocupado em sua trajetória como mulher negra, ativista, acadêmica tendo a militância social como projeto pessoal, político e profissional:

Eu sou mulher negra, ativista desde os 18 anos. Não consigo desassociar a minha profissão do meu ativismo. Na verdade, eu crio o meu percurso nessa direção, talvez até daí eu tenha dificuldade de me enquadrar em padrões profissionais muito rígidos, e isso eu exercito diariamente no Coisa de Mulher, é onde eu tiro parte do meu sustento, porque, quando eu faço o projeto, eu também faço uma previsão daquilo que eu tenho que ganhar, na proporção que o projeto pode pagar, e ao mesmo tempo é uma militância dentro do feminismo negro, não consigo desassociar. Como também não consigo desassociar da minha vida acadêmica, tudo que eu faço na academia traz a discussão da mulher negra, o meu tema é mulher negra (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.3).

A análise de Célia Regina Pinto (2006) chama a atenção pelo aspecto valorizado e que aparece na ênfase dada para a dimensão profissional:

Desta forma, a relação das ONGs com o movimento social é sempre no sentido profissional de dar instrumentos ao movimento. A interferência da organização tem sempre um componente técnico, muitas vezes um saber específico, atestado pela qualificação de seus membros, o que permite criar um distanciamento do caráter mais imediatista, militante e muitas vezes ideológico do movimento social. Isto ocorre com muitas ONGs que tratam

com questões de gênero ou de mulheres negras: as integrantes destas organizações se reconhecem como integrantes do movimento social, mas ao mesmo tempo colocam-se fora dele, em uma posição que poderia ser vista como de promotoras ou de vanguarda intelectual dos mesmos (PINTO, 2006, p.662).

Mais que buscar a profissionalização, o entendimento aqui apresentado é de que existe um ganho em termos do compromisso político e social. A Ong-CRIOLA, em consonância com o depoimento de Lúcia Xavier (2017) dimensiona a atuação institucional e o modo como se forja tendo como escopo a formação do movimento de mulheres negras:

Na verdade, a necessidade de abrir um espaço de atuação, reflexão e suporte às mulheres negras, nasce daquele contexto, mas nasce, sobretudo de um vazio institucional, que não permitia que a gente se debruçasse sobre a nossa temática, a partir do nosso modo de pensar e viver. Isso quer dizer que o Criola também nasce em contexto dos movimentos de mulheres negras, da formação desse movimento (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.4).

São apontamentos necessários para entendermos um pouco de cada instituição e suas configurações sociais, políticas para seu estabelecimento. Sônia Beatriz dos Santos (2014) discorre sobre a atuação do movimento de mulheres negras e suas reivindicações por direitos visando às áreas da educação, da saúde, da cultura, dos direitos humanos, e sinaliza: “as mulheres negras sempre tiveram participação expressiva e decisiva nos movimentos de mulheres negras, somando com o conjunto e simultaneamente também procurando estabelecer seus próprios caminhos no enfrentamento da discriminação e das desigualdades na área da saúde” (SANTOS, 2014, p.182).

Ainda sobre essa perspectiva do feminismo negro, e, algumas questões sobre o movimento feminista de mulheres negras *versus* movimento de mulheres negras, destacamos a seguinte argumentação de Lúcia Xavier (2017):

Tem muitas organizações e muitos grupos que acham que nós somos uma organização de feministas negras. Ao longo do tempo a marca do feminismo foi uma marca também da Criola, mas hoje eu diria que ela é uma marca da mulher negra. Por isso a gente, quando fala, a gente nunca diz “movimento feminista de mulheres negras”, a gente diz “movimento de mulheres negras”, porque isso significa a expressão do que somos em relação a outros movimentos, em que pese que está aqui forjada uma pedagogia feminista, uma pedagogia antirracista, antihomofóbicas, mas isso não é um conceito contrário para nós, ao contrário, é um conceito que ajuda a pensar as dinâmicas do racismo e sexismo, que a gente chama aqui de racismo patriarcal, não quer dizer necessariamente que a gente se qualifica como feministas negras (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.5).

A posição revela o valor dado para a história da luta das mulheres negras e chama atenção para a diversidade intragrupal para que possamos entender o movimento de mulheres negras na sua totalidade e nas suas especificidades. Com essas contribuições,

acreditamos que, independentemente, de suas filiações sociais, culturais e políticas, as Ong's, Coisa de Mulher e CRIOLA, são criadoras e responsáveis de novas epistemologias descolonizadoras através de tais perspectivas no campo da Educação.

A partir desse ponto de vista, entendemos as considerações sobre o feminismo negro de Sueli Carneiro (2011) justamente quando enfatiza que “é possível afirmar que o feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas - como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo patriarcal heteronormativo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2011, p.2).

É importante frisarmos que essas proposições e experiências ganharam evidências e notoriedade para sujeitas subalternizadas e invisibilizadas nesse sistema moderno/colonial que produz a diferença de gênero e raça e entre outros marcadores sociais, estabelecendo a dominação, a opressão, o racismo e a inferioridade, atribuídos aos considerados “*outros*” e “*outras*”. Sendo assim, Sueli Carneiro (2003) nos aponta:

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p.49).

Dessa maneira, entendemos o feminismo negro como ação política de mulheres negras para transformar as hierarquias e relações de poder desiguais, em espaços de atuações, cuja agenda propõe o enegrecimento do feminismo:

[...] É possível afirmar que o feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas- como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2013, p.2).

Com tais demandas, mulheres negras passam a adotar como perspectiva de atuação o “feminismo antirracista”, enriquecendo tanto as discussões relativas às questões raciais, como as questões de gênero na sociedade brasileira - entre outros marcadores. As mulheres negras visam a privilegiar a perspectiva de gênero, que é utilizada nas suas interfaces com as questões de raça, de classe social e orientação sexual (PEREIRA, 2016, p.63).

Neusa das Dores Pereira (2016), presidenta do Coisa de Mulher, relata-nos algumas questões relacionadas ao gênero e à raça dentro dos movimentos de mulheres negras e do movimento negro. Além de ressaltar como foi ter sido formada por esses dois movimentos sociais mesmo que, muitas das vezes, suas pautas fossem antagônicas:

As questões de raça, eu costumo dizer que sou formada por duas escolas? O que eu aprendi, aprendi muita coisa de raça. E, quem me deu essa caneta foi o movimento negro! De raça? Foi o movimento negro! Mas de gênero? Foi o movimento feminista. É? Eu sei que tem agora, um grupo muito grande, que diz que não deve nada ao feminismo. Mas eu tenho certeza que eu devo muito! Não posso dizer não agora? Né! Devo muito ao movimento feminista! Foi com o movimento que a gente aprendeu, discutiu, trocou, bateu, brigou, esperneou. Não foi nada fácil! (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.3).

Nossa interlocutora continua a colocar em sua narrativa sobre questões do movimento feminista como peça fundamental na sua formação como professora/ativista, a partir das trocas de conhecimentos e saberes naquele espaço-temporal enquanto mulher negra, e da importância do movimento negro na sua vida, enquanto mulher negra, lésbica e de como lutar contra o racismo e o sexismo nessa sociedade. Ainda, nessa contribuição e complementação sobre a construção política da Ong, Coisa de Mulher, em relação ao feminismo negro e seus reflexos na instituição, e dela como sujeita política nesse processo:

Sou Feminista Negra, isso não tenho menor dúvida. Duas mulheres do nosso grupo, que não tinha muita consciência, nem do feminismo negro, nem da negritude. E foram aprendendo durante o processo e foram se encantando e começando a buscar e estudar e as muitas são safas que participaram desse processo (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.4).

Desse modo, pensamos alinhadas ao que nos diz bell hooks (1982) em que “os feminismos negros tiveram traços próprios, pois as mulheres que faziam parte deste movimento possuíam poucas chances de desenvolver estratégias para lutar contra o racismo e ao mesmo tempo contra o sexismo”. Diante dessa perspectiva, enaltecemos a expressão “enegrecendo o feminismo” de Sueli Carneiro (2003), que designa muito do que entendemos como outras possibilidades de se compreender a luta das mulheres negras contra opressão de gênero e de raça traçando novas compreensões de ações políticas feministas, antirracistas e anti-homofóbicas. Ocorrendo, assim, debates, discussões sobre a questão racial e de gênero na sociedade brasileira.

Enegrecer o movimento negro feminista negro brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir uma agenda do movimento de mulheres negras o peso que a questão racial tem na sua configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como determinantes das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca (CARNEIRO, 2003, p3).

Compreendemos, assim, que as feministas negras brasileiras nos seus espaços não-formais de aprendizagens têm percorrido caminhos, em busca de novos conhecimentos, pensamentos, outras educações, formulando novas epistemologias coletivas, através de suas pedagogias decoloniais, feminista negra. A partir, também, de projetos educacionais, culturais e políticos que nos dão outras rotas *coletivas* de leitura de mundo e “nadir filosofias veneradoras de otras educacionais y outros sujeitos políticos” como nos sinaliza Claudia Miranda (2017, p.181).

Nesse contexto, Sônia Beatriz dos Santos (2007, p.16) aponta o seguinte: “pensamento e ação estão conectados entre si, e precisam ser desenvolvidos de forma dialética e reflexiva”. Para as feministas negras, “o pensamento e ação, ou a teoria e a prática, constituem parte do mesmo processo”. Sobre o tema, Movimento de Mulheres Negras, ações e práticas feministas negras, Neusa das Dores (2016) aponta o panorama desse campo de atuação das Ong’s com sujeitas/os subalternizadas/os, invisibilizadas/os e silenciadas/os pelo processo colonial:

Então, trabalhar com essas pessoas era um nicho que o movimento de mulheres negras e movimento negro pegava. Porque era trabalhar com essas pessoas mais vulnerabilizadas, mais marginalizadas. E tivemos um trabalho muito grande também com as prostitutas, por causa do HIV na época, era época de 1990 (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.4).

Para além das proposições relatadas por essa interlocutora em relação às ações dos movimentos feminista e negro e seus modos de intervir. É importante sinalizarmos a denúncia dessas mulheres, por meio das feministas negras, em relação ao racismo, e também sobre os privilégios que usufruíram muitas mulheres brancas em decorrência das prerrogativas da branquidade. Com essa atuação, as feministas negras, desnudaram aspectos-chaves do racismo na constituição de gêneros subalternizados, que coloca em patamares sociais hierarquizantes (CARNEIRO, 2003).

Segundo Patrícia Hill Collins (2000), a produção feminista negra implica ver o mundo como um lugar dinâmico, no qual o objetivo não é meramente sobreviver ou se adequar, e sim, torna-se um local onde sentimos proprietárias e responsáveis (COLLINS, 2000, p.237). Acreditamos que são outras aprendizagens e pensamentos decoloniais presentes nas Ong’s, Coisa de Mulher e CRIOLA, por meio de suas “práxis sociopolíticas”. Uma visão interseccional de fatores ligados à raça, gênero, classe, sexualidade entre outros marcadores da diferença. Lúcia Xavier (2017) contribui com esse debate, a partir das experiências e a construção de novos conceitos e discussões acerca da interseccionalidade realizadas por CRIOLA:

Não só Criola, mas outras organizações, nós fizemos parte desse processo de cunhar esses conceitos, que são hoje utilizados por todo mundo, na academia, nos serviços de saúde. O conceito sobre violência contra a mulher negra, esse ainda a gente não ganhou muito esforço, mas na parte da saúde a gente avançou bastante. Nós também somos percussoras em trazer novos conceitos, como da interseccionalidade, para a leitura de violação de direitos, nós trabalhamos bastante o tema da migração, e de como o racismo produz deslocamento, produz expulsão das pessoas dos territórios e como isso se combina, se coaduna com a questão do racismo (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.13).

É importante percebermos o lugar de importância para o conceito de interseccionalidade definido por Jurema Werneck (2004) como o “cruzamento dinâmico de múltiplos fatores”. Isso representa um elemento-chave no delineamento da linha de saúde da mulher negra, pois irá nos permitir “determinar o grau de vulnerabilidades de mulheres e homens, negros ou não, na sociedade brasileira”. Sendo assim, podemos afirmar que o amadurecimento da ação política das mulheres negras, na área da saúde da população negra, e das mulheres negras, dá-se em especial partir das décadas de 1980 e 1990 (SANTOS, 2014).

Vale destacar que a interseccionalidade já era um conceito discutido pela intelectual negra Lélia Gonzalez (1935-1994), através de suas proposições em seus textos, como: as categorias de análise raça, sexo, classe, opressões e discriminações raciais e sexistas nos movimentos negros, feministas e LGBTI. Gonzalez (1988), por exemplo, chega a propor um feminismo afrolatinamericano¹⁷. Apontamos que Lélia Gonzalez antecipou tais conceitos como base para várias/os teóricas/os sobre a perspectiva interseccional (sendo esse nome ou não), para os feminismos existentes que, de alguma forma, representam as “experiências de resistências, lutas, conquistas de espaços políticos desenvolvidos desde as margens [...], desde posições subalternas, [a partir] de lugares de enunciação de identidades estratégicas e políticas opostas à exploração da colonialidade e as ideologias e práticas racistas, patriarcais e heteronormativas” (CARDOSO, 2012, p.263).

¹⁷ Sobre isso é importante destacar que Lélia Gonzalez (1935-1994) foi defensora de um feminismo afrolatinoamericano, comprometido com a recuperação dos processos de resistência e insurgência aos poderes hegemônicos estabelecidos.

Julgamos relevante o movimento de mulheres negras e suas ações sociopolíticas realizadas pelas feministas negras brasileiras, a fim de denunciar o machismo, racismo, sexismo vivenciado por elas, a partir das suas intersecções, Sueli Carneiro (2002) afirma:

Vem sendo construído um movimento específico cuja originalidade reside no fato dele surgir determinado pela ação política de dois outros movimentos sociais, o Movimento Negro e o Movimento Feminista, e busca redefinir a ação política destes dois movimentos em função da especificidade que o inspira: o ser negra. Assim, o Movimento de Mulheres Negras nasce marcado pela contradição que advém da necessidade de demarcar uma identidade política em relação a esses dois movimentos sociais de cujas temáticas e propostas gerais também partilha e que, em última instância, determinam a sua existência e ambiguidades (CARNEIRO, 2002, p.14).

Verificamos, portanto, que essas organizações de mulheres negras, feministas através de seus processos de mobilizações e práticas enfrentam lutas no combate ao racismo, machismo, sexismo, lesbofobia, transfobia para que se restabeleça a igualdade dos direitos humanos das mulheres negras e da população negra. É necessário enfatizarmos que nem todas as mulheres negras ativistas se identificavam como feministas (RATTS, 2009, p.97).

Sobre tais proposições, Lúcia Xavier (2017) corrobora com a colocação de práticas feministas negras em dizer, “mas as concepções que geram a dimensão da igualdade, é essa que vai gerenciar o processo feminista, mas nós aplicamos a ela as dimensões da ancestralidade, da equidade, todos os outros valores de direitos humanos” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p, 8).

Analisamos algumas implicações a respeito da interseccionalidade, a partir de Maria Lugones (2008) afirma: “ Reconceitualizar a lógica da intersecção para, dessa forma, evitar a separabilidade das categorias dadas e o pensamento categorial” (LUGONES, 2008). Em vista disso, como sugere a autora, gênero como categoria, também foi construída pelo colonialismo, introduziu múltiplos gêneros, e o próprio sistema de gênero, como fundamental nas relações existentes de produções da nossa sociedade como um todo, e assim, as categorias homem e mulher recebem significados diferentes em corpos colonizados e não colonizados. Decorrendo, então, a colonialidade de gênero. Dessa, maneira, então, resgatando o gênero como categoria de constituição da diferença colonial, e precisamos assim problematizar, e sendo necessário a sua descolonização (LUGONES, 2014, p.942).

As duas organizações de mulheres negras dessa pesquisa, a despeito das questões de gênero, assinalam através de suas narrativas orgânicas que tinham e têm, como base primordial, essas questões, para a construção de suas práticas pedagógicas e

ações feministas negras e decolonial, no fortalecimento das suas identidades femininas e seu empoderamento como corrobora Lúcia Xavier (2017), para esse princípio;

Completamente, ela é a base. Não diria de gênero, mas da mulher negra. Em determinados momentos de gênero, porque, assim, cada vez mais a gente assume uma postura, uma pauta trans, e também cada vez mais o debate. Por exemplo, se discute violência doméstica, contra a mulher, ou contra familiar, passa por essa discussão de gênero, cada vez mais essa disputa de participação das mulheres em diferentes frentes retoma o debate de gênero, mas daquilo que a gente trata de mulher. [...] amplia e fortalece outra identidade. Vou te dar seu exemplo, você não é a Bia que você era antes, por tudo que você passou. Então, na verdade, nós não fortalecemos a sua identidade feminina. Você tem outra identidade, você tem outros valores, outra maneira de vestir, de experiências as relações com as pessoas, você tem outro cabelo, outra maneira de viver constrói esse processo pedagógico (CADERNO DE ATIVIDADES, 2017, p.8).

Edmeire Exaltação (2017) continua sobre a mesma perspectiva em questões relacionadas ao gênero e raça e sobre ações de fortalecimento das sujeitas/partícipes do seu espaço de aprendizagem:

As questões de gênero são questões intrínsecas ao estatuto do Coisa de Mulher. Então não tem como a gente, nenhum projeto é criado dentro da instituição sem que perpassa pela questão de gênero. [...]É impossível pensar um projeto no Coisa de Mulher sem que a gente perpassa pelas discussões de gênero, Olha, eu acho que o principal mesmo é essa associação gênero e raça. Porque aqui não é só o espaço da mulher, é o espaço da mulher negra. E são duas questões muito impactantes para a mulher negra” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.5).

São pensamentos e construções focadas nas questões de gênero e em outros marcadores sociais de desigualdades como raça, gênero, classe, sexualidade. Assim, essas mulheres negras são acionadas para mobilizar situações de agenciamento e empoderamento nos questionamentos das estruturas de opressão (CARDOSO, 2016, p.3).

Nesse sentido, as reflexões tiradas a respeito do movimento de mulheres negras e do feminismo negro, através das nossas interlocutoras, remetem-nos a caminhos estabelecidos e trilhados por elas que foram de denunciar o racismo, o machismo, o sexismo, a lesbofobia. Dessa feita, muitas das vezes, foram localizadas em lugares sociais subalternizados provocados “por estruturas hierárquicas e relações de poder, não reduzimos, portanto, os marcadores de desigualdade a marcadores da diferença, simples categorias descritivas das identidades dos indivíduos” (CARDOSO, 2016, p.4).

Por fim, as feministas negras inseridas nesses outros espaços de aprendizagens acabam formulando ambiências de denúncias, de críticas, de resistências e re-existências, e de outras enunciações; fazendo com que os questionamentos sobre as bases

epistemológicas eurocêntricas impostas pudessem ser menos ao “Norte e mais ao sul”, baseada no pensamento decolonial.

Diante disso, as organizações de mulheres negras, Coisa de Mulher e CRIOLA, acabam por incorporar, através de suas práticas, ações e mobilizações sociopolíticas outros formatos epistemológicos e políticos, na perspectiva decolonial, com contra-narrativas hegemônicas, necessárias para pensarmos em outras agendas possíveis a superação do racismo, sexismo, machismo, lesbofobia, violência contra a mulher, extermínio da juventude negra, intolerância religiosa e desigualdades existentes na sociedade brasileira.

3.3- Saúde da População Negra

A partir das narrativas orgânicas com nossas interlocutoras/o, temos, nas Ong, CRIOLA e Coisa de Mulher, o surgimento de um diálogo profundo sobre o tema da “saúde da população negra” de forma relevante e de maneira propositiva, no sentido dado a importância do tema para as referidas instituições, para sua formação e construção de ações sociopolíticas, de suas identidades e fortalecimentos para seus ativismos e militância. E por falar em saúde e suas configurações e disparidades, Fernanda Carneiro (2006) destaca que “falar de saúde é dar expressão ao corpo. É escutá-lo como corpo expressivo, sensível, vulnerável, transcendente” (CARNEIRO, 2006, p.22).

A ONG, CRIOLA, tem destaque, referência, protagonismo, nessa pauta sobre o conceito da saúde da população negra. Como percussora de alguns conceitos e debates públicos sobre tal tema, como coloca Lúcia Xavier (2017):

[...] sobre a saúde da população negra. Nós somos os primeiros grupos a fundar esses conceitos de saúde da mulher negra, da população negra, escrever sobre isso, somos o primeiro grupo a falar sobre HIV/AIDS, a saúde para nós é um processo muito forte (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.4).

Na Ong, Coisa de Mulher, através de sua fundadora, Neusa das Dores Pereira (2016), adiciona esse entrecruzamento de informações sobre questões da saúde da população negra e as pertinentes relacionadas ao HIV/AIDS e as DST's, naquele espaço-tempo, na década de 1990, com muita discussão pública e acaba nos relatando o seguinte:

É? Trabalhamos muito, tanto com nosso primeiro evento chamava-se “AIDS feminização e Pobreza”, ou seja, 1º seminário nosso grande é o nome dele é “AIDS feminização e pobreza”. E apanhei muito por causa deste seminário, apanhei porque diziam que eu queria dizer que as mulheres negras tinha AIDS. Mas, Enfim. Hoje tem um projeto dentro do ministério da saúde

chamado “AIDS, feminização e pobreza”[...] Olha era época de grande discussão de doenças sexualmente transmissíveis, DST’s?, Its Infecções sexualmente transmissíveis. Essa época era época do grande boom, e eu não sei por que parece até acabou. Ninguém mais se infecta com nada, mais era esta época das grandes infecções. E a época dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, que é violência contra a mulher são os três temas que a gente mais foca das Its, direitos sexuais e reprodutivos, que estão inseridos os direitos sexuais e reprodutivos, e a violência contra a mulher, e na verdade tudo cai junto, e racismo e sexismo (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016,p.4).

Cabe destacarmos, porém, que algumas conferências mundiais convocadas pela ONU. A partir da década de 1990 e os fóruns internacionais para que as mulheres negras organizadas considerassem palcos importantes de luta. Para desenvolver, a partir disso, tais acordos, difusão de conceitos, discussão de políticas, ampliação de debates com os governos locais e com a própria sociedade civil sob perspectiva antirracista, e de respeito à diversidade em todos os temas em particular a saúde da população negra. Sueli Carneiro (2011) nos aponta a seguinte questão:

A partir dessa perspectiva, atuamos junto a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, em relação à qual as mulheres negras operaram partir da ideia de que em tempos de difusão do conceito de populações supérfluas, liberdade reprodutiva é essencial para as etnias discriminadas para barrar as políticas controladoras e racistas (CARNEIRO, 2011, p.4-5).

Percebemos que a presença do movimento de mulheres negras nesses espaços de conferências mundiais como a de Viena (Áustria, 1993), de Beijing (China,1995) e a própria Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), ocorrida no Brasil, na cidade, do Rio de Janeiro no ano de 1992, só mostrou o fortalecimento dessas intelectuais ativistas e, como esses espaços não-formais de aprendizagens, que são as Ong’s de mulheres negras, foram importantes brechas para a divulgação e crescimento da temática racial e, sobretudo assumir as violações dos direitos das mulheres subalternizadas espalhadas pelo mundo e também. Também foram nesses espaços que tiveram recomendações de políticas públicas para o Estado brasileiro e quiçá para o mundo.

As ações públicas em saúde tomam suas dimensões, a partir da problemática das desigualdades raciais, em início no Brasil na década de 1990, quando ativistas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras incluem essa temática nos âmbitos dos seus estados e municípios, provocando vários encontros, seminários, congressos, marcha com essa urgente pauta a fim da exposição do tema e da sua denúncia. Destacamos, ainda, a III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a

Xenofobia, Formas Relacionadas de Intolerância (CMCR) que foi realizada em Durban, África do Sul em 2001, com a presença de ativistas negras (inclusive das organizações dessa pesquisa), intelectuais, governos, sociedade civil entre outros ativistas do mundo. Ampliou-se, com isso, discussões e implementações de políticas públicas de saúde da população negra e, também, relacionadas às questões do HIV/AIDS, a partir desse debate.

Tais debates formulou-se uma agenda antirracista de forma local e global e incluiu de maneira propositiva ações de intolerância, de gênero/racial na política pública relacionada à saúde da população negra. Com esse tema saúde da população negra, as referidas instituições tornaram-se pioneiras nessa discussão e nas questões específicas da saúde e sobre as relações da perspectiva de raça e gênero nesse contexto. Cabe lembrarmos que no caso da população negra brasileira (53% pelo IBGE, 2010) é a que mais sofre pela iniquidade na saúde e na segmentação das diferenças com base na classe, gênero, raça/etnia, entre outros marcadores da diferença, e que se apresentam como determinantes da saúde e da doença. Neste sentido, conforme Fernanda Lopes e Jurema Werneck (2010):

A saúde da população negra, enquanto campo de produção de conhecimento e saberes, atitudes, práticas e estratégias de gestão, são construídos e aprimorados a partir da necessidade de compreender e intervir nos impactos do racismo sobre a saúde das pessoas, em particular de negros e negras, de confrontá-los e superá-los como pressuposto para a consecução de uma sociedade efetivamente democrática, menos desigual e injusta (LOPES & WERNECK, 2010, p.22)

A partir dessa proposição, observamos que a população negra brasileira é a que sofre com um acúmulo de desigualdades sociais, econômicas e raciais reforçadas pelo racismo institucional. Situação que foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Saúde em 2007. Compreendemos, portanto, que o racismo institucional abrange e afeta muitas dimensões do corpo, da saúde, da existência em si dessa população, provocada por formas de discriminações, opressões, exclusões de sujeitas/os subalternizadas/os. Além disso, acaba por colocá-lo em situação de vulnerabilidade e de agravos com a sua saúde.

O tema da saúde da população negra, entretanto, ganha força no cenário político. Nesse espaço-tempo na década de 1990, algumas pesquisadoras/es passam a investigar, de forma considerável e profunda, a saúde da população negra. Nesse sentido, as ativistas, feministas negras dessas organizações e de outras instituições negras, suspeitavam que as mulheres negras tivessem sido submetidas à esterilização, incluindo esterilizações forçadas, em maior número que as mulheres brancas (ROLAND,1999).

Com essa discussão, Lúcia Xavier (2017) nos revela sobre um dos motivos do surgimento da instituição:

Então, quando Criola é fundada, a ideia original, era um espaço de acolhida de mulheres negras, onde a gente fazia oficinas, debates, oferecia apoio às denúncias, às questões, mas ela vinha também de uma dinâmica de atuação política que tinha a ver com a saúde reprodutiva.[...] E a gente tinha feito uma grande frente, e a maior parte dessas mulheres tinham participado dessa frente contra a esterilização em massa das mulheres negras. Isso tudo foi gerando a necessidade de espaços como esse (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.4).

Confirma-se, portanto, que a maior divulgação e ênfase na saúde da população negra ocorrem nos últimos anos. Nossa interlocutora continua a nos relatar: “Então, por exemplo, o Caderno Criola vai tratar de saúde da mulher, vai tratar de HIV, de violência, vai tratar de conceitos como equidade, cultura, história, vai tratar de benefícios no campo da saúde, técnicas de trabalho com as mulheres, dados com as mulheres, reflexões sobre políticas para as mulheres” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.5).

Temos outras agências que merecem destaque como o protagonismos de outras organizações de mulheres negras espalhadas por todo país, como Maria Mulher-RS (1987), Geledés-SP (1988), Associação Cultural de Mulheres Negras-RS (ACMUN), Fala Preta!, SP (1997), entre outras instituições. Fica evidente que essas impulsionam fóruns e debates para pressionar a elaboração de políticas ligadas à saúde da população negra, que por sua vez, “são políticas existentes e advém de um processo histórico reforçado por atuações de diversas organizações sociais, em especial dos movimentos negros” (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a importância dessas intelectuais negras ativistas orgânicas nesse processo de construção de políticas da saúde da população negra, Lúcia Xavier (2017) nos chama atenção para a relação do engajamento político de CRIOLA com os movimentos sociais, grupos como o movimento negro, movimento de mulheres negras, movimento da saúde, cultura, educação, meio ambiente, deslozamento, LGBTI, e das redes contra a violência doméstica e em defesa dos direitos humanos por todo Brasil e América Latina. Dando-nos, então, a dimensão das articulações sociopolíticas e ativismo da instituição e a sua capacidade de construir conceitos e protagonizar atuações em defesa das mulheres negras e da população negra:

[...] Mas também, somos fomentadoras de diferentes redes, de mulheres negras contra a violência, que é formada pelas mais velhas, rede de violência, rede de ativistas, a própria articulação de mulheres negras, fomentadas por nós e outras organizações. Então, a nossa capacidade institucional está

voltada para formar as mulheres, quer dizer, o que significa esse formar? Significa dar a elas os instrumentos que faltam para a ação política. Ao mesmo tempo incidir politicamente em diferentes contextos, quer seja dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, quer seja dos direitos civis e políticos, mas, sobretudo atuar contra processos de opressão, que passa pelo racismo, pelo sexismo, pela lesbofobia (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.4).

Diante de tais informações, nossa interlocutora Lúcia Xavier (2017) sobre a capacidade institucional de formar mulheres, produzir publicações de livros, revistas, boletins informativos relativos à saúde da população negra, e demais temas relacionados às questões de gênero/racial. Nossa interlocutora, nos mostra como os instrumentos pedagógicos feitos pela ONG, CRIOLA, referentes à formação das mulheres negras, envolvidas em seus projetos, são também instrumentos para ações sociopolíticas, de amadurecimento, fortalecimento de identidade, autoestima de suas partícipes. Ademais, considerando que parte desse processo de aprendizagem, ter sido capaz de inseri-las em diversos espaços de atuações e de poder, os quais as mulheres negras possam reivindicar seus direitos, sejam eles na área da saúde da população negra, direitos humanos, educação, cultura. Além de atuar contra todas as formas de opressão relativas às desigualdades de gênero e de raça e suas interseções.

A *práxis* política das mulheres negras ativistas no campo da saúde reflete uma visão interseccional incluindo raça, gênero, classe, e sexualidade. São dimensões determinantes e inseparáveis e mutuamente constituídos das identidades sociais e experiências de mulheres negras (CRENSHAW, 2002). É evidente, nesse panorama de desigualdades existentes, a importância das perspectivas de gênero, raça, classe e sexualidade em relação à saúde do segmento negro e feminino.

Esse quadro situacional nos fez considerar problemas de saúde que afetam as mulheres negras em números alarmantes: a incidência dos miomas, a esterilização e a mortalidade materna ganham destaque. Dessa forma, a perspectiva interseccional, enfatizada pelas intelectuais ativistas negras (e orgânicas) dessas instituições, propõe o que temos como instituído de fato na sociedade brasileira, que “as disparidades étnico-raciais, na saúde, são as piores para mulheres afrodescendentes por causa das condições e das doenças femininas específicas” (CALDWELL, 2014, p.92).

Sobre essa análise, percebemos que a interseccionalidade nos permite reconhecer que as questões de classe, do sexismo e do racismo se impõem nas práticas de dominação e de manutenção das desigualdades existentes em nossa sociedade. Soma-

se, a esse contexto, o que Sueli Carneiro (2011) analisa sobre o descaso com mulheres negras no sistema de saúde:

Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde (CARNEIRO, 2011, p.2).

Diante disso, a forma pela qual as denúncias e as informações dadas sobre a saúde da população negra, por essas organizações e pelo Movimento de Mulheres Negras, têm grande relevância nessa arena de disputa política no campo da saúde no Brasil. A partir dessa assertiva, constatou-se através da narrativa orgânica de Lúcia Xavier (2017) em relação à recorrência discutida, a dimensão da sensibilidade, experiências, vivências e a práxis social de CRIOLA:

Eu digo para você que toda essa parte da saúde da população negra, saúde da mulher negra foi cunhada aqui. Não só Criola, mas outras organizações, nós fizemos parte desse processo de cunhar esses conceitos, que são hoje utilizados por todo mundo, na academia, nos serviços de saúde. O conceito sobre violência contra a mulher negra, esse ainda a gente não ganhou muito esforço, mas na parte da saúde a gente avançou bastante. Nós também somos percussoras em trazer novos conceitos, como da interseccionalidade, para a leitura de violação de direitos (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.13).

Compreendemos que o tema em questão faz parte de uma agenda de luta dessas ativistas negras através de suas organizações. De fato, já se percebe mudanças nesse início de século XXI, tendo em vista a implementação de políticas públicas de saúde racializadas e de um trabalho realizado a partir do reconhecimento das interseccionalidade entre o gênero, raça, classe - dentre outros marcadores da diferença. É necessário forçar e fiscalizar o Estado brasileiro a conceber uma política pública, em consonância com o SUS: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com vistas à promoção da equidade racial em saúde.

3.4 - Formação das professoras e Ativismo nas ONG's

Pretendemos a partir da categoria “formação das professoras e ativismo nas ONG's” encontrarmos aspectos relacionados à formação profissional como: qualificação e ativismo das professoras/oficineiras/responsáveis das ONG's, Coisa de Mulher e CRIOLA. Isso no sentido de identificar outras educações, novas aprendizagens, saberes que desvendem a colonialidade epistêmica, a partir de outros

lugares de enunciação. Buscamos, portanto, reconhecer o papel dessas professoras/oficineiras/responsáveis como de fundamental importância nesse processo de aprendizagem, observando construções de outras fontes de saberes, conhecimentos e pensamentos, a partir de uma agenda antirracista, anti-homofóbica no campo da Educação, sob a perspectiva da decolonialidade e da interculturalidade crítica.

Dessa maneira, destacamos alguns aspectos relevantes através das narrativas orgânicas das professoras/oficineiras/responsáveis em relação às suas histórias de vida, qualificações profissionais e seus ativismos sociopolíticos, culturais, educacionais, acerca das experiências e vivências delas que nos inspiram. Esse outro lugar de aprendizagem que são as Ong's de mulheres negras. Ganha importância, então, o que a pesquisadora em educação étnico-racial, Yolanda Oliveira (2006, p.128) nos chama atenção : “as/os licenciadas/os em educação, tenham condições de alterar o quadro de desigualdades decorrentes da equivocada inferiorização das características fenotípicas e culturais dos negros”.

Assim, a despeito das licenciadas do nosso projeto e seus comprometimentos ético-político-epistemológico com outros currículos praticados, temos a partir da narrativa orgânica da Professora de teoria musical Isabela Vieira (2017) e *do ponto de cultura*, do Coisa de Mulher, feminista e ativista de grupos musicais na cidade do Rio de Janeiro. Ela sinaliza de como foi estar se formando na universidade e se qualificar no projeto enquanto era aluna da licenciatura em música pela UFRJ. Explícita, também, como foi esse processo de estar num ambiente formado por mulheres negras e com repertório curricular diferenciado do que estava posto em sua universidade:

[...] Eu fazia faculdade, na época eu tava ainda na faculdade e alguém da faculdade, acho que foi alguma coisa assim, alguém da faculdade me conhecia e falou desse projeto, que estavam precisando de uma professora de música. Leandro, professor de percussão que me chamou.. Então, eu acho que foi na faculdade, eu não lembro mesmo, mas foi alguém na faculdade que me falou do projeto. Eu fui lá fazer uma entrevista para conhecer, e na época estava precisando de uma professora de musicalização, de teoria de música, que acaba sendo um pouco de musicalização, já que a gente trabalhava muito com criança, tinha adolescente também, mas era bem mais com criança, então era mais na parte de musicalização. Acho que foi isso! Foi quase um dos primeiros empregos que eu tive. E a organização do projeto sendo de mulheres, eu achava incrível. Eu acho que existe uma dívida histórica, existe muita coisa que deve ser resolvida, e eu acho incrível ter um projeto que luta tanto em relação ao gênero quanto a raça. [...] exatamente. Eu acho que é incrível todos os dois. Existe uma dívida tanto de mulheres quanto da questão dos negros (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.3).

Percebemos nos desafios de romper com os currículos eurocêntricos, estabelecidos pela modernidade/colonialidade, no campo da Educação, fez com que o

ponto de cultura, Coisa de Mulher, passasse a promover outras movimentações curriculares, através de novas epistemologias e práticas pedagógicas feministas negras decolonial. Rompendo, desse modo, com o que está instituído e promovendo pedagogias decoloniais, emancipatórias e alternativas com configurações interculturais da sociedade.

Entendemos que é imperativo discutirmos as questões étnico-raciais, de gênero e cultura em todos os espaços educativos existentes na formação de professoras/es. Tendo como possibilidade a descolonização do saber e dos currículos pré-estabelecidos, e de se pensar em uma justiça cognitiva na Educação, sobretudo, que essa seja antirracista para todas/os as/os sujeitas/os envolvidas/os nessa formação docente.

Nessa aproximação, a formação das professoras e os ativismos nesses espaços educativos não formais de aprendizagens nos revelam que as professoras /oficineiras /responsáveis precisam de habilidades, didáticas e compreensão de temas relacionados às diferenças, desigualdades, identidades, gênero, raça e cultura para que possam ser profissionais qualificadas. Para, além disso, uma profissional de formação humana com comprometimento ético-político-epistemológico das relações sociais e humanas. Temos a compreensão das dificuldades nas abordagens sobre as questões relacionadas ao gênero e raça em espaços educativos seja ele a escola, ong's entre outros espaços formativos. Desse modo, revelando-nos o peso do imaginário e dos valores racistas e sexistas em nossa sociedade.

Nos anos de 1990, Nilma Lino Gomes (1995) privilegiou temas no campo da Educação e das Relações étnico-raciais. Viu que eles revelavam “lacunas lamentáveis em nossa formação profissional: o despreparo profissional para lidar, como educadores/as, com sujeitos socioculturais diversos” (GOMES, 1995, p.65). Nessa perspectiva, o antropólogo Kabengele Munanga (1996) contribuiu para pensarmos sobre as questões étnico-raciais em todos os segmentos da sociedade e aponta tais preposições: “os preconceitos são transformados em armas ideológicas para legitimar e justificar a exterminação, a exploração e a exclusão de segmentos importantes para sociedade” (MUNANGA, 1996, p.213).

Pensar a educação como um processo restrito ao espaço escolar é deixar de considerar sua ilimitada multiplicidade, que a faz ser sempre presente em todas as sociedades. Pois, como coloca Carlos Brandão (1985), a educação é a fração do modo de vida de grupos sociais que são criadas e recriadas a partir de sua cultura, de trocas

com a natureza, de geração em geração, com o objetivo de estar sempre se reinventando e em movimento. Com ênfase nessa colocação observamos o seguinte:

A educação existe onde não há escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada à sombra de algum modelo de ensino formal e centralizada (BRANDÃO, 1985, p. 13).

Assim, a perspectiva educacional presente nas Organizações de Mulheres Negras pode ser vista e reconhecida a partir das pedagogias decoloniais, feministas negras, emancipatórias e alternativas elaboradas sobre reformulações de conhecimentos plurais, próprios de comunidades negras com conexões com suas ancestralidades. Lúcia Xavier (2017) discorre sobre a formação de outras aprendizagens e concepções ancestrais e/ou familiares:

[...] para tratar qual a questão no campo pedagógico, tanto o que significa a relação de formação mais conservadora, oficial, aquela da formação escolar, com aquela da formação política, porque todo mundo diz assim: “tem que voltar para a base, educar”, o que as pessoas tão pensando disso? Nós pensamos de outro jeito, mas como é esse pensamento? Como a gente olha esse sujeito para dizer que falta nele coisas? E, ao mesmo tempo, essa proposta pedagógica tem uma base, que base é essa? As concepções feministas, antirracistas, antihomofóbicas, direitos humanos, e da própria dinâmica da cultura afro brasileira. Então por isso ela chama ancestralidade como um processo de formação, não ancestralidade do tipo “estamos aqui invocando os orixás, não é bem isso”, mas é da ancestralidade entendida como as concepções que construíram as mulheres negras até aqui. Então, Bia, tem uma ancestralidade cunhada nas práticas familiares, que passam de geração em geração, que foram herdadas de outras mulheres em outras regiões, em outras ocasiões, e que espelham aquelas práticas africanas, mas também espelham as práticas que essas mulheres construíram aqui. Então parte do seu aprendizado vem daí! (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.5).

Notadamente, a narrativa da nossa interlocutora nos revela alguns apontamentos sobre o campo pedagógico institucional e se alinha com que acreditamos serem outras educações, outras pedagogias cunhadas no cerne dessa organização. São aspectos multidimensionais revelados para entender o acúmulo das experiências comunitárias e “quilombola”, em termos de filosofia interventiva.

Na ONG, Coisa de Mulher, Edmeire Exaltação (2017) socióloga, professora da rede estadual, Mestre em Ciências Sociais (UERJ) e Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), feminista negra, atuante de movimento de mulheres negras, do movimento LGBTI, dá-nos ênfase às propostas pedagógicas e concepções definidas nos contextos sociopolíticos dessa instituição:

[...] E quando eu entrei no Coisa de Mulher, eu meio que, talvez pela minha formação, já tinha feito sociologia, gosto muito da área social, do movimento social. Já tinha estudado algumas questões sobre ONGs de mulheres. Quando eu chego ao Coisa de Mulher, eu meio que começo a fazer projetos de longa

duração. Antes o Coisa de Mulher só fazia projetos de eventos, tipo seminários, encontros. No que eu vou para o Coisa de Mulher eu começo a olhar alguns editais que atendessem às questões de gêneros, de mulheres ou, se não, atendessem eu meio que direcionava, já que a ONG era só de mulheres. E o Ponto de Cultura vem dessa minha vivência, dessa minha discussão, dessa minha ideia de fazer uma atividade, um projeto longo com as meninas que a gente já trabalhava na prevenção à HIV, mas um projeto só com atividades culturais (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.1).

A partir dessas experiências, vivências e discussões atreladas aos temas pertinentes como gênero, raça e cultura, nossa interlocutora sinaliza as funcionalidades e direcionamentos do seu ponto de cultura e de como influenciaram suas partícipes quanto às professoras/oficineiras/responsáveis. A professora de canto Isabel Flauzino do *ponto de cultura*, Coisa de Mulher, é formada pela UFMG e UNIRIO em música e canto. Ela destaca os caminhos trilhados na instituição e, também, problematizou as especificidades relacionadas às questões de gênero e raça e a interdisciplinaridade (parcerias) das propostas pedagógicas do projeto:

Conheci o Coisa de mulher através de uma amiga minha, que me apresentou e tudo. Ela me falou que vocês estavam organizando um projeto e estava precisando de uma professora de canto e eu já tinha dado aula num projeto da refinaria de Manguinhos, e aí fui pra lá para ser professora de canto e trabalhar com meninas nesse projeto, que eram só meninas [...] mas o que eu achei interessante do projeto, a maioria eram meninas negras, mas tinha essa abertura para, não necessariamente tinha que ser só negras né! E isso eu achei muito bacana, porque essa força da mulher mesmo né! De unir essa coisa! Eu achei muito interessante do projeto né! E aí bacana também, porque o que a gente conseguiu fazer de juntar as linguagens que se tinha, através das professoras de música, dança, teatro para o bem comum do projeto de formar as meninas! (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.5).

É interessante notar que nossa interlocutora Izabel Flauzino (2017) nos conduz sobre sua trajetória até chegar à instituição. Narra sua felicidade em poder trabalhar com as meninas negras e as linguagens artísticas, trabalhadas em parcerias com outras professoras/oficineiras. Em relação ao seu ativismo e vínculos estabelecidos com os movimentos sociais, sinaliza nos dizendo: “não! Eu não tenho vínculo com nenhum movimento social, mas assim, isso foi engraçado, né? Eu nunca participei do movimento negro, mas sempre senti isso muito, assim? A minha negritude sempre foi aflorada! Exatamente! E de certa forma, eu levo isso para dentro da escola! ” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.5).

Através dessa narrativa orgânica e potente, percebemos o comprometimento ético-político-epistemológico independentemente, de sua ligação com os movimentos sociais e ativismos, já que a escola também é um campo de disputas e cenário para outras propostas de diálogos, debates e currículos praticados. Desse modo,

possibilitando outras recomposições epistêmicas, assumindo outras retóricas e estéticas nos fornecendo pistas para projetos interculturais de currículo e de Educação. Sendo assim, a partir dessa narrativa, entendemos que as Ong's de mulheres negras se alinham com Catherine Walsh (2009, p.37), e “constroem uma pedagogia, práxis de libertação e um humanismo novo fundamentado em uma razão outra”.

Nesse percurso, as professoras/oficineiras/responsáveis das ONG's de mulheres negras experimentam pedagogias que integram o questionamento, com rupturas e de ação social transformadora promovendo insurgências e intervenção nos campos de poder, do ser e do saber. Nessa proposição, a pesquisadora Claudia Miranda (2013) nos aproxima de algumas questões relevantes e propositais para nossa pesquisa,

Quando aproximamos os descritores “Relações Raciais” e “Educação”, encontramos, notadamente, como pano de fundo, uma preocupação com as questões sobre a seleção de conhecimentos, a formação a partir da perspectiva da pluralidade cultural e temas sobre as desigualdades na forma de representação dos/as negros/as nos objetos adotados pela administração do sistema educacional (MIRANDA, 2013, p. 111).

A esse respeito, as questões abordadas no contexto das práticas pedagógicas feministas negras, emancipatórias, alternativas, decoloniais. Faz-se necessário pensarmos, especialmente, a formação dessas professoras/oficineiras, a partir de fundamentações basilares sobre as questões de gênero, raça, e suas interseccionalidade norteadoras dessas instituições, entretanto, o *ponto de cultura*, Coisa de Mulher, incorpora essas concepções interligadas a cultura afrodiaspórica e afro-brasileira, possibilitando uma perspectiva de empoderamento, fortalecimento das identidades femininas negras encontradas naquele espaço de aprendizagem como confirma Edmeire Exaltação (2017):

O nosso objetivo era trabalhar as atividades culturais, associadas às questões de gênero e usar a cultura, ou traços da nossa cultura, com a tecnologia de empoderamento feminino, de empoderamento das meninas negras, é esse, na verdade, o objetivo do nosso Ponto de Cultura (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.2).

Nessa discussão, Vítor Paro (2011) defende a ideia de cultura como elemento central do currículo e, segundo ele, o termo engloba não apenas os bens materiais como também, as formas de conduta, os valores, as crenças, e, nesse sentido, as *formas de ensinar* seriam os primeiros elementos do currículo. Dessa maneira, há nos currículos praticados, nessas instituições, pontos fundantes para adesão do que se pretende, através dos seus pontos de culturas, que são, tanto na arte de dialogar com as diferenças de gênero e raça, e suas interseccionalidade, em que a cultura se torna o recurso principal

de conscientização de cidadania das meninas, jovens e mulheres negras em seus papéis na sociedade. Também como o resgate e fortalecimento das identidades femininas negras através de suas histórias de luta, resistências e crescimento pessoal.

A partir dessa formação cultural nos espaços das ONG's de mulheres negras, com as professoras/oficineiras/responsáveis, cremos que esses *lugares outros* possam ser incorporados a traços de outras formas de aprendizagens e experiências, a partir de uma perspectiva pluriétnica e heterogênea, em que- “nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas” (HALL, 2009, p.30).

De acordo com a assistente social e coordenadora geral da ONG, CRIOLA, Lúcia Xavier (2017), ativista do Movimento de Mulheres Negras do Brasil, dos direitos humanos das mulheres, da saúde da população negra e ligada a várias redes sociopolíticas, nos informa que CRIOLA através do seu espaço de formação, reconhece-se no resgate das diferentes culturas, na multi, pluri, diversidade de pensamentos e saberes das mulheres negras. Considerando, então, nas suas histórias e pensamentos femininos, como potência para dinamização de outros saberes em seu *ponto de cultura*, CRIOLA, Mulheres Negras na História, no qual se trabalham “a divulgação, o que pensam as muitas mulheres com importância do mundo do samba, na mídia, na cultura, nos “ecos” da Marcha das Mulheres Negras” (MARMO, 2016, p.2).

A partir desse outro espaço de conhecimentos e, assim, outro espaço do saber das mulheres negras, espaço de ação, criação e de vazão de outras formas de artes e linguagens e com o intuito do fortalecimento de suas práticas pedagógicas, além de formações enquanto sujeitas sociopolíticas dessa organização, nossa interlocutora Lúcia Xavier (2017), ratifica o seguinte:

Então, o Ponto de Cultura é um pouco isso. Ele reflete dinâmicas da cultura em todas as ações do Criola. Então ele também é Multiversidade, exatamente porque ele vai dar sustentação, todas as fontes que você possa imaginar em relação à produção das mulheres, então a gente está melhorando a nossa biblioteca virtual, pode entrar lá, “eu queria esse livro tal”, vou passar no Criola e vou pegar”, ele também vai aportar textos que você não vai ver no mundo acadêmico, mas que foram escritos por outra mulher sobre os diferentes temas. [...] Como o Ponto de Cultura congrega isso tudo? Justamente com todas as outras áreas. Quando nós pensamos no resgate da história das mulheres negras, isso também se transforma em material didático que permite que as pessoas consigam entender as estratégias de lutas, mas também os saberes que essas mulheres produziram (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.2).

É relevante pensarmos nas *formas de ensinar* desses espaços de aprendizagens relacionando o ensinoaprendizagem¹⁸, como um ato político, de transformação e de outras perspectivas, como a perspectiva da interculturalidade crítica se encontra entrelaçada como uma pedagogia e práxis orientadas aos questionamentos, transformação, intervenção, ação e criação de condições radicalmente distintas da sociedade, que assume a perspectiva da decolonialidade (WALSH, 2016, p.72).

Dessa maneira, analisamos esse posicionamento através dessas intervenções como político-pedagógico em favor da garantia e legitimidade dos direitos humanos das mulheres sobre as questões de gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outros marcadores da diferença. Seja ele em nossas Ong's ou escolas, ou em outros lugares de aprendizagens, com interesse da formação de todas as sujeitas envolvidas nesses processos de aprendizagens.

A narrativa orgânica da professora de teatro Flávia Souza (2017), do Ponto de Cultura Coisa de Mulher, Bacharel em dança (UFRJ), pós-graduada em Educação pela Universidade Cândido Mendes, feminista negra, ativista, atriz, cantora, *rapper*, participante de vários coletivos de Mulheres Negras como: Aqualtune, Coletivo Madalena Anastácia, e mulheres do hip-hop, tem a seguinte percepção sobre práticas pedagógicas ligadas às experiências de outras mulheres negras mais experientes, como nos informa:

Trabalhar só com a questão do feminino, só com meninas e a Neusa (diretora da ONG- Coisa de Mulher) sempre orientava a esse respeito, tinha que ter essa questão! Já naquela época né! Que é uma coisa que se fala muito hoje que os jovens isso e aquilo, mas ela já falava a questão do acolhimento, pra ter cuidado pra falar com as meninas, sempre tentar saber o que estava acontecendo internamente por ser meninas de comunidade, a gente sabe que tem muitas coisas veladas, né?[...] Então, a educação perpassa por essas questões! Não só pelo aprendizado da gente levar a informação [...] mas, é a parte educacional que é a parte que você vê o interior que você mexe no caráter, né da pessoa! (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.5).

Percebemos a formação das professoras/oficineiras/responsáveis a partir dos ensinamentos, orientações, ancestralidade e do respeito “*as mais velhas*” e sensibilidade da escuta atenta em aprender, e passar de forma cuidadosa e gentil, tornando, portanto, outras aprendizagens através de outras didáticas e com a qualificação. Ação que aconte-

¹⁸ Utilizamos os termos “ensino” e “aprendizagem” juntos, por estarmos alinhadas às perspectivas adotadas por Freire (2014) de maneira que percebemos estes dois processos como indissociáveis através das suas relações pedagógicas e cognitivas no reconhecimento do *Outro* em toda sua especificidade, como as questões sociais, culturais, biológicas, afetivas e linguísticas.

ce de forma temporal e consequências positivas potentes para todas as envolvidas nesses projetos de pontos de cultura das Ong's de mulheres negras.

Sendo assim, o desenvolvimento de outras educações, com outras movimentações curriculares e novas aprendizagens, entendemos que são práticas pedagógicas feministas negras, decoloniais, como nos inspira Betty Lozano Lerma (2010):

Este caminho de revisión y adaptación permitiría enriquecer el feminismo con categorías nuevas, surgidas de las experiencias locales y del reconocimiento de las múltiples estructuras de poder que actúan sobre las mujeres negras, indígenas, campesinas, populares, no heterosexuales. Las mujeres negras pertenecientes a comunidades negras o grupos étnicos no pueden construir un feminismo al margen de las luchas por la defensa de sus derechos colectivos. Es en el marco de esas luchas en donde se expresa y consolida su feminismo. Para estas mujeres, sus derechos como tales están inextricablemente ligados a la defensa del territorio y la naturaleza como posibilidades de la reproducción de la vida y de la comunidad. A la defensa de tradiciones construidas en resistencia a la cultura hegemónica, si bien no se niega y más bien se reconoce que la tradición debe ser releída a la luz de cada sujeto específico (LERMA, 2010, p.22).

Observamos, portanto, que a “educação como prática da liberdade” de práxis sociopolítica transformadora, emancipada, revolucionária dessas instituições nos fazem apostar em outros formatos pedagógicos capazes de superar o eurocentrismo, a colonialidade imposta nos currículos e metodologias adotadas. Além disso, com reconhecimento de outras aprendizagens.

Dessa maneira, através de outra narrativa orgânica da professora de dança-afro Aline Valentim (2017), do Ponto de Cultura Coisa de Mulher, graduada em Ciências Sociais e Mestre em sociologia pela UERJ e, também, formada em Dança (Faculdade Cândido Mendes), feminista negra, ativista dos direitos humanos das mulheres, participante de vários coletivos de mulheres, ligadas às performances negras, cultura afro-diaspórica na cidade do Rio de Janeiro. Nossa interlocutora nos reserva algumas nuances, de sua formação, identidade e fortalecimento de si:

Como eu cheguei na universidade. Na verdade, muito pautada pela questão social e negra, eu busquei na dança afro uma forma de fortalecer minha identidade, e eu descobri que a transformação social que eu queria trabalhar através das ciências sociais eu ia ter mais efetivamente através da dança, porque ali eu conseguia a maior expressão, eu conseguia atingir as pessoas e ao mesmo tempo articular saberes através do corpo. Então eu fui para dança, fiquei na dança, e durante a faculdade eu comecei, eu fazia aula e foi justamente quando eu comecei a dar aula no projeto do Coisa de Mulher. Então foi quando começou essa trajetória aí (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.1).

Por meio dessa narrativa, entendemos a importância sobre questões ligadas ao fortalecimento das identidades femininas negras, nessas instituições. Narrativas essas pautadas pela pedagogia feminista negra e decolonial, que reconhece outros formatos

curriculares, outros conteúdos, estratégias e metodologias em suas práxis configurando outro cenário pedagógico vigente. A partir desse formato pedagógico de ensinoaprendizagem de experiências vividas, apoiadas em outras narrativas instituídas e através de estratégias transgressoras, insurgentes na sua criticidade, vindas dos movimentos sociais, movimento negro, movimento de mulheres negras, é possível compreendermos as formações das professoras e seus ativismos nessa pesquisa.

bell hooks (2013), influenciada por Paulo Freire (1921-1997), ajuda-nos a refletir a combinação do “feminismo negro com as teorias da pedagogia para fazer-nos repensar o papel da sala de aula nos movimentos sociais”, e, portanto, pensarmos nas organizações de mulheres negras que são parte dos movimentos sociais e devem, sim, revisar suas performances, já que têm nas suas bases princípios norteadores de combate ao racismo, sexismo, machismo, lesbofobia, transfobia na luta por outra Educação antirracista e anti-homofóbica. São formações pedagógicas imbricadas com o comprometimento-ético-político-epistêmico, com a ideia da insurgência e da rebeldia através dessas novas proposições educativas.

A partir dessa reflexão, verificamos a respeito do papel da Educação nesse campo de disputas, com a pesquisadora norte-americana Rebeca Coulter (1992, p.249) propõe: “o feminismo reconhece a educação tanto como um lugar de luta quanto uma ferramenta que produz mudanças (change-making)”. Esta relação fica evidenciada à luz de bell hooks (2016), quando a autora aponta:

É imperativo que a educação seja trabalhada com a ação política [...] e os atos de ensinar e educar são processos fundamentalmente políticos, pois estes têm suas raízes na luta antirracistas. Para a comunidade negra, ensinar, aprender e fazer política são processos simultâneos (HOOKS, 2016, p.2).

Nesse contexto da formação das professoras/oficineiras/responsáveis como formadoras e ativistas, faz-nos entender a relevância dessas organizações de mulheres negras no contexto nacional e internacional como importantes espaços de decisões sociais, políticas, culturais, educacionais, conforme sinaliza a pesquisadora Sônia Beatriz dos Santos (2009) “essas organizações estão inseridas no contexto mais amplo do movimento social de ONG’S no Brasil e na região da América Latina”.

Dentro dessas prerrogativas, a coordenadora de campo do *ponto de cultura*, Coisa de Mulher, Leidimar Machado (2017), mulher, branca, técnica de laboratório, ativista da área de juventude, arte-cultura (*ponto de cultura*), justifica a importância das ações, práticas pedagógicas e dos ativismos proporcionados pelo projeto *ponto de cultura*, sobretudo, por estimular meninas e jovens negras nessa discussão sobre suas

identidades, movimentos sociais, para além do debate da educação e nos informa o seguinte:

Então, por estar trabalhando com a juventude, né? [...] a gente só trabalhava com meninas especificamente. Então, todos os movimentos de juventude que a gente pudesse estar participando e integrando as meninas, eu sempre acompanhei e levei as meninas para esse tipo de ação, até pra que elas pudessem se empoderar mais na sua posição dentro do movimento, da cultura, no que elas estavam participando, no que elas estavam sendo... do que a gente oferecia pra elas, então a gente começou, eu comecei a levar elas para todos esses movimentos, inclusive as meninas que participaram do ENJUNE, viajaram foram pra Bahia, foram pra Brasília participando desses movimentos. [...]O Coisa de Mulher sempre inseriu esses debates, essa consciência, né! no grupo que a gente trabalhava e aí, eu na verdade que entrei de gaiata nesse navio, tudo que era oferecido, eu estava participando pra que eu pudesse-me empoderar desse movimento também, porque também não era uma coisa que eu fazia parte, não era uma dinâmica minha. A partir daí eu comecei a me inserir. E os vínculos que se cria é o que a gente vem até hoje discutindo e trabalhando, essa questão de se aceitar enquanto negra, enquanto moradora de comunidade pobre sem perspectiva e sem possibilidade de quase nada. Então é isso se assumir enquanto negra, sua raiz e lutar por isso e batalhar pra que quanto mais meninas e adolescentes possam estar sendo inseridas nesse movimento, acho que uma das coisas que a gente vem lutando pra essa conscientização há bastante tempo. É muito complicado ainda, pode ter certeza porque comunidade se aceitar enquanto negra é difícil! É difícil!(CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.2-3).

Cabe ressaltar, que as professoras/oficineiras/responsáveis reconhecem as partícipes do *ponto de cultura*, como sujeita ativa desse processo de ensinoaprendizagem no qual a teoria e prática são interligadas e discutidas de forma democrática, horizontal e consciente das questões étnico-raciais e de gênero, a partir de suas interseccionalidade estabelecida pela pedagogia feminista, negra e decolonial. Acreditamos ser uma experiência epistêmica confrontando o estabelecido e dando ênfase aos movimentos sociais insurgentes evidenciando a necessidade de uma luta pela educação antirracista, anti-homofóbica que nos auxilie a interpretar e criticar o nosso contexto brasileiro, em nossos campos de atuações através de um pensamento outro, construído em diálogo, no contra fluxo do instituído, com a ruptura com o estabelecido na modernidade/colonialidade (JARDIM, 2015, p.42).

Constatamos, a partir dessas questões, algumas premissas necessárias para formação das professoras inseridas nesse processo de ensinoaprendizagem em sua formação profissional, acadêmico e de ativismo nessas organizações de mulheres negras que são de compromisso ético-político-epistemológico, trazidos pela razão decolonial. Acreditamos que são processos envolvidos com os movimentos de resistência, (re) existências, de insurgência, e de base em práticas pedagógicas que vão “entretecendo [enegrecendo] caminhos” orientados pelo “*decolonial*” (WALSH, 2013, p.20). Em

síntese, são ações e práticas pedagógicas entendidas como aprendizagens decoloniais, nos moldes estabelecidos por Catherine Walsh (2013):

São o conjunto de práticas, de estratégias e de metodologias com as quais fortalece construção das resistências e das insurgências. Para além dos espaços escolarizados e do sentido instrumentalista de ensino e de transmissão do saber, essas práticas colocam-se a serviço de lutas sociais, políticas, ontológicas e epistêmicas de libertação (WALSH, 2013, p.21).

De fato, as narrativas orgânicas das professoras/oficineiras/ responsáveis dos pontos de cultura são compreendidas por meio dos pensamentos das pesquisadoras, Yolanda Oliveira (2006) e Catherine Walsh (2013) em suas intencionalidades do *ser-estar* em formação. Tendo assim, como perspectiva de mudar a desumanização do outro colonial e de potencializar as aspirações enquanto professora/oficineira/responsável, comprometida com outras epistemes, outras narrativas, outras educações, ao trazer para sua prática a pedagogia feminista negra decolonial, para a descolonização do saber, do ser, do poder e da *práxis* realizada.

Em relação à descolonização Frantz Fanon (2008) corrobora em nossa perspectiva com o seguinte: "la descolonización es una forma de (des) aprendizaje: desaprender todo lo impuesto y asumido por la colonización y deshumanización para reaprender a ser mujeres y hombres" (FANON, 2008, p.182). Posto isto, Claudia Miranda (2017, p.217) nos lembra "que a descolonização seja ela sobre qualquer aspecto, não é um caminho que visa o fim das guerras, porque é um processo que desencadeia a guerra".

Nessa compreensão, Lúcia Xavier (2017) nos confirma tais possibilidades sobre outras aprendizagens, saberes e *diferentes epistemes* através do *seu ponto de cultura*, com o seguinte:

Efetivamente o que é o nosso Ponto de Cultura? Ele é um espaço estratégico de debates sobre representação, cultura, pensamento das mulheres, produção das mulheres na arte, na saúde, na política, e também, ao mesmo tempo um espaço onde a gente junta saberes colonizado e descolonizados, mas saberes que estão nos livros, nas produções das mulheres. Eles se constituem em oficinas, uma biblioteca, e uma produção sobre a história das mulheres negras. Nesse sentido nós estamos utilizando o Ponto de Cultura como parte do nosso processo político. Porque na verdade, quando você falou do seu objeto de estudo, eu pensei "nossa, eu acho que ela já leu algum documento de Criola pensando isso". Nós desde 2008, um pouco antes, 2005, nos desenhamos aqui um programa chamado "Multiversidade" [...] esse projeto, esse programa é constituído, tem como objetivo mostrar que é uma produção de saber, de conhecimento, que não está em um único centro, na universidade, por isso que chama de multiversidade, de universidade, ele está em diferentes espaços políticos, institucionais, territoriais, que permitem a reflexão de como vivem as mulheres, como elas pensam, que tipo de ação elas tem e as ideias que elas desenvolvem a seu respeito. [...]E o multiversidade também se propunha a formar, a promover os estudos, a

oferecer as ideias e, sobretudo, a congregar essas mulheres em plataformas de mídias, onde elas pudessem expandir seus conhecimentos. Então se você entrar no Multiversidade você vai ver os diferentes filmes, com mulheres falando diferentes questões, nada no formato acadêmico, ninguém precisa se inscrever para ver os cursos, para fazer os cursos, exatamente porque essa é a ideia, de esse conhecimento estar em diferentes pontos (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.1-2).

É necessário que possamos reconhecer os trabalhos realizados pelas mulheres negras, ativistas, intelectuais orgânicas dessas organizações que são formadoras de novos quadros no ativismo feminino negro e que têm como foco a transformação social, cultural, educacional, e de política radical (HOOKS, 2013, p.48). Desse modo, devemos pensar na descolonização dos saberes promovidos por esses espaços de outras aprendizagens, a partir de outras sujeitas sociopolíticas, inseridas numa outra perspectiva teórico-epistemológica que reconhece o mundo a partir das margens, percebendo esses saberes sob outra perspectiva. Em outros contextos, entretanto nos quais as questões educacionais formais têm, nos saberes produzido na Europa, um aspecto importante para a colonialidade do poder [*saber, ser*]. Assim como a paralela subalternização dos outros saberes, por meio da exclusão, missão e guetização (GROSFOGUEL, 2009, p.129).

Nesse sentido, constituem-se, portanto, proposições de práticas pedagógicas emancipatórias, insurgentes, a partir da pluriversidade de saberes, conhecimentos e pensamentos, da escuta das urgências e da “*pedagogia engajada*” como entende bell hooks (2013, p.67). No sentido, também, das transformações educacionais, sociais, culturais e políticas na construção de outros conhecimentos. Verificamos no quadro funcional das organizações de mulheres negras, Coisa de Mulher e CRIOLA, profissionais da área da educação, da assistência social, da área de comunicação e da saúde. Nossas interlocutoras/o, da ONG, Coisa de Mulher, são sete professoras /oficineiras, seis com nível superior completo, três com Especialização (lato-sensu), duas com Mestrado (stricto sensu), uma com Doutorado (stricto-sensu) e uma com nível técnico profissional (Ensino Médio). São professoras da rede pública, privada, de projetos sociais, culturais, e de outras Ong’s e autônomas em suas áreas de formações.

Há, na ONG, CRIOLA, uma assistente social e um dentista (falecido no ano de 2017), responsáveis pelo *ponto de cultura*, no entanto, a instituição tem uma equipe de profissionais que são envolvidas de alguma forma no projeto ponto de cultura, mesmo que façam outras atividades na instituição. Reafirmamos que as qualificações profissionais, acadêmicas dessas professoras/oficineiras/, responsáveis são altamente

qualificadas/o e com seus ativismos justificado pelo caráter comprometido de cada uma na sua área de atuação e na sua militância social.

Nesse fazer-aprendendo e fazer-cuidando das organizações de mulheres negras, vale lembrarmos o cenário político, no fim da redemocratização política brasileira, na década de 1980/1990, o que representou a abertura da arena pública e que novos agentes coletivos passaram ter voz e mobilização de teia associativa ampla, multifacetada, descentrada, articulando associação de base, grupos de assessoria, Ong's, igrejas, profissionais liberais, sindicato e universidades (MOREIRA, 2007, p.41).

As Ong's envolvidas nesta pesquisa se encontram como esses novos agentes coletivos por conseguirem se institucionalizar, profissionalizar suas ativistas nesses novos espaços de conhecimentos, além de presença ativa em espaços governamentais e de articulação como fóruns nacionais e internacionais com voz e mobilizações em setores como saúde, educação, cultura etc. Nesse contexto, as Ong's dependiam de parcerias/financiamentos nacionais e internacionais para sua sobrevivência e resistências até os dias atuais. Segundo, Sônia Beatriz dos Santos (2009):

As organizações não governamentais de mulheres negras no Brasil têm representado importantes espaços políticos e de resistências contemporâneos na luta contra formas de opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras. Essas organizações estão inseridas no contexto mais amplo do movimento social de Ong's no Brasil e na região latino-americana (SANTOS, 2009, p.280).

Nessa compreensão da importância das Ong's de mulheres negras nesse contexto dos movimentos sociais, em nosso país, e da América Latina, entendemos que suas agendas são pautadas na luta contra todas as formas de opressões em busca de políticas públicas para os segmentos invisibilizados, silenciados e subalternizado nessa sociedade e acabam por romper a lógica impositiva da colonialidade, pautada na hierarquização de saberes e poderes, democratizando a gestão de conhecimentos e reconhecendo a diversidade nas formas de interpretação do mundo.

O coordenador do Ponto de Cultura, CRIOLA, Mulheres Negras na História, Marmo (2016) narra sua trajetória profissional na Ong em diferentes contextos:

[...] Eu na verdade não cuidava dessa área de ponto de cultura, eu cuidava da saúde com a saída deles, porque o Thiago (um dos mentores do ponto) foi tentar o Mestrado essa coisa toda, precisou de mais tempo pra cuidar da sua vida, então saiu. Então o ponto de cultura fica meio que parado, precisava de alguém que pudesse pra tocar o ponto de cultura. Como, eu já trabalhei com cultura em outras organizações não governamentais com questões de teatro, essa coisa toda, escrevendo coisas pra teatro, então, em Criola propuseram que eu ficasse a frente do ponto de cultura que teria a ver comigo e como eu já fazia parte da equipe de Criola isso ficaria mais fácil. [...]Eu já

acompanhava o ponto de cultura, inclusive eu já acompanhava ponto de cultura porque eu sou de antes de Thiago aqui! Estando aqui há muitos anos. Entendeu, por quê?! Minto, eu vim pra cá para ser um consultor de um projeto, que era um monitoramento de políticas públicas para a população negra, era um projetão, eu vim como consultor fiquei mais ou menos dois anos nessa consultoria. E quando termina o projeto, Jurema Werneck, me convida. Ela falou que eu tenho uma linguagem muito parecida com Criola e que tinha tudo a ver porque eu também trabalhava com as mães de santo, ou seja, são mulheres negras e eu sempre tive ter uma queda pra trabalhar com mulheres apesar de ser de terreiro e ser filho de um pai de santo, mas a minha questão com as mulheres foi muito ligado com as mulheres de terreiro porque sempre vi as mulheres de terreiro como fonte de sabedoria e que elas dominavam o pedaço mesmo quando tinha homens como pai de santo. Elas eram uma tradição que tinha tudo a ver com as mulheres e aí fui trabalhando com isso, cheguei até Criola já tinha feito algumas parcerias em outros projetos né! Até na própria ABIA e aí sempre amigo das meninas (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2016, p.4).

Sobre esse caminhar profissional e de experiências adquiridas em diversas organizações não governamentais de nosso interlocutor José Marmo (2016) corresponde às questões relacionadas à formação das professoras/oficineiras/responsáveis e suas múltiplas funções nesses espaços educativos não formais de aprendizagens, entretanto, essa realidade são de muitas Ong's, sobrecarregando as/os profissionais/as em diversas funções institucionais.

Atualmente, essas instituições contratam profissionais de diversas áreas como: jurídicas, administrativas, educacionais, social, saúde entre outras, para composição do seu quadro funcional, com supervisão da direção para andamento das organizações (ALMEIDA, 2014, p.120). Permitindo-nos ter uma reflexão sobre as exigências da profissionalização e especialização dessas profissionais, que atendem exigências dos editais de financiamentos seja nacional, internacional, de caráter público ou privado ocasionando dependência externa e interna, formando, também, parcerias institucionais pontuais com o Estado e com outros segmentos da sociedade civil.

A narrativa da coordenadora geral do Ponto de Cultura-Coisa de Mulher Edmeire Exaltação (2017), evidencia os procedimentos organizacionais em produzir os editais nesse contexto formativo:

Quando eu chego ao Coisa de Mulher, eu meio que começo a fazer projetos de longa duração. Antes o Coisa de Mulher só fazia projetos de eventos, tipo seminários, encontros. No que eu vou para o Coisa de Mulher eu começo a olhar alguns editais que atendessem às questões de gêneros, de mulheres ou, se não, atendessem eu meio que direcionava, já que a ONG era só de mulheres. ? Eu pego o edital e adequo aos princípios, aos objetivos do Coisa de Mulher, que é trabalhar gênero e cultura, por essa discussão (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.1).

Dessa maneira, o fazer-aprendendo e o fazer-cuidando dessas Ong's estão imbricados em suas origens e no seu fortalecimento para sobrevivência institucional.

Soma-se a isso, relações ligadas ao pensamento feminista negro e que o define como, “perspectiva singular das mulheres negras sobre suas próprias experiências, onde certos elementos nessas perspectivas serão compartilhados pelas mulheres como grupo” (CARDOSO, 2017, p.4). Destacamos, ainda, as Ong’s de Mulheres Negras, Coisa de Mulher e CRIOLA, com experiências cotidianas a respeito de suas representações políticas buscam novas narrativas, novas possibilidades teórico-epistemológicas que retratam suas próprias experiências e traduzem também uma nova visão da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2014, p.117).

Tanto a ONG, Coisa de Mulher quanto, CRIOLA tem nos seus *pontos de culturas* suas especificidades, enquanto concepções pedagógicas comprometidas com a educação antirracista, antihomofóbicas ficando evidente a promoção de ambiências pensadas para incentivar outras iniciativas que podem servir de escopo para projetos de (des) integração, (re) integração de si, levando-se em contas as vivências comunitárias reinventadas no cotidiano (MIRANDA, 2016, p. 559).

Nesse entendimento, as aprendizagens decoloniais ocorridas nessas organizações de mulheres negras, vão incorporar as formações das professoras/oficineiras. Novos saberes, novos conhecimentos e pensamentos, a partir de outros currículos interculturais sobre temas relevantes, como das questões étnico-raciais, de gênero, raça, racismo, sexismo, machismo, lesbofobia, gravidez da adolescência. E também, com as ações sociopolíticas, de fortalecimento das identidades e empoderamento das mulheres negras sobre concepções pedagógicas progressistas, contra hegemônicas, amplas para não só apenas constituir se como alternativas, emancipadora a pedagogia oficial, mas também, podendo servir para sujeitas subalternizadas e invisibilizadas pela sociedade.

Resta-nos considerar outras pedagogias visando à construção de novos espaços de conhecimentos subalternizados e que rompam com o processo prescrito pela colonialidade; questionando a neutralidade dos conhecimentos transmitidos nas instituições educativas formais. Além de questionar as formas de organização dos modos de vida e das relações de poder, em busca da construção de uma sociedade mais justa e equânime (SANTIAGO, 2016, p.4).

Nesta perspectiva, Nilma Lino Gomes (2017) nos chamam atenção para tais preposições pedagógicas e curriculares;

Compreendemos que as práticas pedagógicas e curriculares que visem o reconhecimento da diversidade étnico-racial e o tratamento digno da questão racial e do povo negro no cotidiano escolar. Por outro lado, a lentidão da política educacional brasileira em responder adequadamente a essa demanda histórica tem motivado, o movimento negro a construir, com seus próprios

recursos e articulações, projetos educativos de valorização da cultura, da história e dos saberes construído pela comunidade negra. Esses projetos caminham- às vezes articulados e outras não com as escolas e o poder público (GOMES, 2017, p.49).

Essa constatação da autora reafirma que os projetos dos pontos de cultura das Ong's de mulheres negras têm (na formação das professoras e ativismo interlocuções pela pluralidade de saberes e aprendizagens próprias), currículos interculturais e conhecimentos antes invisibilizado, considerando assim, outras propostas educacionais experimentadas nas fronteiras e nas lutas por justiça curricular (MIRANDA, 2016, p.563). Sob esse ideário, Catherine Walsh (2013) contribui para essas proposições com o seguinte: “temos a necessidade de construirmos pedagogias decoloniais, a partir do Sul na América Latina, valorizando as experiências em nossos movimentos populares, em nossas educadoras e educadores, pesquisadoras e pesquisadores comprometidas/os com uma postura decolonial/libertadora na sua multiplicidade de implicações” (WALSH, 2013, p.45).

Em conclusão, destacamos a formação das professoras/oficineiras/responsáveis e seus ativismos e por mediar práticas pedagógicas decolonial, feminista negra, emancipatórias potentes, que humanizam o outro dito pelo colonial como sujeita/o subalterna/o, sem voz, sem identidade, estigmatizada/o, tornando-as sujeitas/os sociopolíticas em estado de luta no campo da Educação.

3.5-Fortalecimento das identidades, com outros conteúdos, metodologias e estratégias

Pelo exposto, no roteiro de entrevistas (ÂPENDICE I) deste trabalho, entendemos como relevante ampliar o debate sobre fortalecimento das identidades, com outros conteúdos, metodologias e estratégias, especialmente, especialmente, a partir de narrativas orgânicas capazes de estabelecer diálogos interculturais críticos atrelados aos objetivos e planejamentos pedagógicos promovendo, assim, outras educações e aprendizagens decoloniais. Esse trabalho deve ter em vista um formato pedagógico preocupado com a formação cidadã, política, filosófica e pedagógica de suas partícipes, enquanto sujeitas sociopolíticas, críticas em relação ao instituído. Essa formação política não significa, nesta pesquisa, tão menos nos projetos desenvolvidos por essas instituições, um engajamento político partidário ou sindical, mas sim revelar uma prática educacional mais política, ou seja, uma prática pedagógica que crie condições

pedagógicas de engajamentos de suas partícipes na formação de cidadania crítica através de situações que levem essas sujeitas a outros lugares de enunciações.

A esse respeito, Henry Giroux (2003, p.161), sinaliza: “a correr riscos, fazer perguntas, desafiar aqueles no poder, honrar tradições críticas e ser reflexivo a respeito da forma e da autoridade é utilizada na sala de aula e em outros espaços pedagógicos”. Nessa perspectiva pedagógica, trazemos através da narrativa orgânica de Lúcia Xavier (2017) algumas de suas reflexões e ponderações a respeito do fazer-construir os planejamentos pedagógicos, seus objetivos, conteúdos e metodologias:

Somos nós mesmas. Ele é retratado de diferentes modos. Eles primeiro vêm sendo acumulado ao longo do tempo da instituição, volta e meia ele é sistematizado para dar conta de uma ação ou outra. Então, por exemplo, agora, recentemente, nós sistematizamos uma experiência pedagógica mista, em que usa vivência e formação para a atuação do auto cuidado segundo essa ativista. Mas agora, por exemplo, nós vamos experimentar com as afro grafiteiras uma nova forma de pensar e discutir direitos sexuais, direitos reprodutivos, aborto, saúde sexual e saúde reprodutiva a partir do grafite, que eu não sei como vai ser. Entendeu? Então nós vamos trabalhar as concepções e vamos ter que experienciar, porque pode ser que para elas, o modo de expressar essa concepção seja fazendo grafite e aprendendo a fazer um grafite diferente. Então, assim, ela é meio arriscada também, mas não é descontrolada, porque tem concepções que alimentam, que são as concepções institucionais, tanto das afro brasileiras como nossa, que vai balizar o processo de formação, elas precisam de conteúdos, para compreender, os conteúdos não é para descortinar a vida que elas levam, não é isso, é para compreender o sentido dessas coisas, porque se defende tanto os direitos sexuais e reprodutivos? O que está em jogo? Porque a gente, quando fala da mortalidade materna, fala de um assunto que é fundamental para as mulheres negras, mas basicamente para as novas? Porque elas são as principais vítimas disso? Como se reverte esse quadro? Ou não se reverte? Porque a gente está falando de liberdade? De autocuidado? Como isso entra na vida das mulheres? Porque é necessário obrigar o serviço público a ter a pílula do dia seguinte? Profilaxia contra a violência, e como elas vão garantir a liberdade de andar de shortinho, de andar de cuequinha, do que elas quiserem, sem ninguém atacá-las. Isso está expresso na arte, mas como é que a arte entra nisso?(CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.10)

Tais considerações trazidas por nossa interlocutora são pertinentes em relação aos formatos pedagógicos e estratégias realizadas pela Ong CRIOLA, nos chamando atenção para o caráter denunciativo desse processo de formação do seu projeto com formação sociopolítica, identitárias e cultural. Segundo Hooks (2017), as estratégias pedagógicas podem determinar a medida com que todos os alunos aprendem a se envolver de modo mais pleno com as ideias e questões que parecem não ter relação direta com sua experiência (HOOKS, 2017, p.117).

Neste sentido, acreditamos nas experiências e estratégias pedagógicas, através de outros conteúdos e metodologias adquiridas ao longo do tempo (vinte e cinco anos da ONG, CRIOLA), e (vinte e três anos da ONG, Coisa de Mulher), sendo retratadas sobre

diversos formatos e práxis. Nessa aproximação e alinhando-se ao pensamento de Claudia Miranda (2017, p.18): “ensinam a valorizar os confrontos políticos e pedagógicos advindos de batalhas de sentidos que são próprias do trabalho intelectual-acadêmico”.

Indagamos a educação que vai além da transmissão de conteúdos como posto nos currículos tradicionais e mecanicistas usados na escola formal, pois, nas Ong’s de mulheres negras, Coisa de Mulher e CRIOLA, existe a nosso ver, um “lugar de memórias” (ARAÚJO, 2014. p.3) com outras possibilidades de concepções pedagógicas, sociopolíticas, culturais e de fortalecimentos de identidades. Sendo possíveis, diálogos interculturais coletivos e individuais com as partícipes dos *pontos de cultura*, constituindo novos rumos possíveis para suas vidas e para seus ativismos quando houver interesse.

Dessa forma, percebemos a transformação dessas sujeitas , a partir de José Marmo¹⁹ (2016):

Elas começam a ver outras coisas, outras demandas, outros saberes, né. E inclusive mudam a própria dinâmicas do ponto de cultura, porque quando a gente faz o ponto de cultura é uma coordenação que você pensa assim - Ah poderemos discutir isso, isso! E isso que é legal você chega a dois eventos no ponto de cultura e vai descobrir que é importante discutir agora é isso. E isso, então você muda até um pouco a sua trajetória do ponto de cultura. Até porque eu também sou homem, a minha cabeça tem que pensar quando você tá com essas mulheres elas tem outra forma de pensar, por mais que eu me aproxime, mas elas são mulheres e eu sou homem e isso é muito legal porque muda inclusive a minha forma de lidar, ou seja, da mesma forma, que elas são tocadas, eu também fico tocado. Eu também tenho que mudar minha forma de lidar, de pensar, de refletir, de pensar é o que seria, porque tem demandas que surgem delas, por exemplo, uma das coisas que eu vejo, é que no ponto de cultura tenho que ter momento, eu fiquei pensando, que em vez de trazer três pessoas pra falar, traga uma só. Porque tem momento que as mulheres que estão assistindo elas querem falar. Sim, e falam muito, então a gente tem que ter esse espaço, às vezes o pessoal fala, Ah vai terminar tarde, eu sei que tem horas de iniciar, de finalizar, mas eu vou dando, um pouco mais relaxando nessa questão porque eu vejo que há necessidade de falar e muitas tem histórias muito legais pra contar (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.13).

Nesta pesquisa, alinhamo-nos com a historiadora Helena Maria Araújo (2012) que intitula as Ong’s de mulheres negras como “espaços educativos não formais de aprendizagens” devido a sistematizar, organizar, pedagogicamente, com seus conteúdos

¹⁹Cabe destacar que o Ponto de Cultura de Criola era coordenado pelo José Marmo, porém, os homens nessa instituição ocupam funções complementares e não fazem parte do executivo. São organizações gestadas e dirigidas por mulheres negras, sejam elas feministas ou não, cujas funções de direção e presidência são ocupadas por intelectuais negras ativistas que participam e participaram desde sua fundação.

e metodologias fora do marco do sistema oficial de educação, com intencionalidades de se gerar um processo educativo através de outras experiências, gerando, assim, sujeitas emancipadas em busca da justiça epistêmica.

De acordo com Araújo (2014):

A escola não está apta para todo tipo de objetivo educacional. Há, portanto, necessidade de se criar meios e ambientes educacionais complementares àquela que passa a ser denominada de “não formal”. Assim, surgem propostas pedagógicas e discursos da educação não formal a partir da 2ª metade do século XX, principalmente a partir dos anos 60 e 70. Tal contexto se originou devido a fatores sociais, econômicos, políticos etc., como por exemplo, a demanda por educação de setores tradicionalmente excluídos (adultos, minorias étnicas, idosos etc.). O contexto da Guerra Fria, os movimentos da Contracultura, o Movimento Negro e outros movimentos impulsionam diferentes grupos na luta por seus direitos políticos e sociais. (ARAÚJO, 2014, p.3)

Sabemos que os problemas educacionais brasileiros se encontram em diversos espaços de aprendizagens seja ele formal ou não formal e, portanto, nos ancoramos a Trilla (2008, p.54), sobretudo, quando afirma que não podemos perder a crítica sobre a educação não formal, tendo em vista que ela pode ser tão maléfica, elitista ou classista quanto à educação formal. Pois, pode ser tão alienante, burocrática, ineficiente, cara, obsoleta, estática, manipuladora, estereotipada e uniformizadora, quanto a formal. Em relação à educação não formal, sabe-se que até a década de 1980 pouco se discutia sobre. Tal discussão é de pouco interesse para o nosso país, tanto para as políticas públicas quanto para os educadores (GOHN, 2011). É a partir da década de 1990 que se dá essa amplitude devido às mudanças sociopolíticas e de trabalho.

É interessante destacarmos essas abordagens, a partir de outros formatos educacionais, uma vez que acreditamos nesses outros espaços de aprendizagens, que adotam outras abordagens epistêmicas, estratégicas e metodológicas, a fim de uma educação “outra” na perspectiva decolonial e feminista negra. Aníbal Quijano (2007) afirma que “a colonialidade explica as realidades sociopolíticas, econômicas, culturais e de construção das subjetividades como efeitos do colonialismo e que assim fortalece a busca pelas ‘vozes’ silenciadas neste processo de diversos sistemas de opressão”.

Nessa proposição, as reivindicações de saber e de conhecimentos são sempre reivindicações de verdade como nos mostra Linda Alcoff (2016) em relação aos saberes de sujeitas/os subalternizadas/os, invisibilizadas/os que são requisições pertinentes e de reconhecimento de outros conhecimentos indenitários, de saberes ancestrais, saberes epistêmicos advindos de currículos praticados produtos de novas histórias, novas memórias, novas experiências e vivências.

Conforme Silva e Louro (2009), o que mais interessa nos currículos praticados e na questão curricular é o *porquê* de se privilegiar determinado conhecimento, determinado tipo de identidade e não outro, haja vista que o mais importante são as relações que se estabelecem entre saber, identidade e poder. O mesmo autor em outra obra, enfatiza que o currículo “produz os sujeitos aos quais fala os indivíduos que interpela. O currículo estabelece diferenças, constrói hierarquias, produz identidades” (SILVA, 2006, p.12).

Nessa imersão, compreendemos que tanto os currículos praticados, quanto as metodologias, conteúdos e as estratégias desses espaços educativos não formais de aprendizagens, dão-nos conta de outras educações.

Ao pensarmos com Claudia Miranda (2013) compreendemos que:

Ganham centralidade os espaços não-escolares tendo em conta sua vocação para o diverso, para a multiplicidade de apreensões que nos remete a amplas formas de negociar nossos saberes. Notadamente, essas ambiências podem ser interpretadas como ambiências que apresentam amplas condições de recomposição epistêmica [...] Ao aceitarmos como relevantes essas esferas não-formais, poderíamos adotar eixos mais amplos e mais flexíveis para as mediações pretendidas, no ato de reconhecer e de auto sensibilizar-se, no sentido dado por Muniz Sodré (2012). Isso porque se entende que o “paradigma cognitivo” chamado, também, de “paradigma do sensível” diz respeito à “força motriz da diversidade cultural” que está na sensibilização das consciências frente à emergência do Outro. Daquele “diferente” que a colonização produziu e que o sistema educacional deixa de fora (2013, p.103).

É possível notar uma mudança importante nas concepções sobre esses outros espaços de aprendizagens, onde nossa interlocutora Lúcia Xavier (2017) contribui para esse cenário da seguinte maneira; “trabalhar as concepções e vamos ter que experienciar, vários grupos possibilitando outras esperanças e aprendizagens, com ferramentas pedagógicas em realização de outras expectativas” (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.12).

Constatamos, também, os significados dessas concepções pedagógicas realizadas nesses outros espaços de aprendizagens, evidenciando de fato, a experiência da inclusão, do fortalecimento das identidades femininas com maior justiça epistêmica. Devemos considerar que são pedagogias decoloniais, outras formas de pensar os saberes e com outras movimentações curriculares e conhecimentos advindos dos movimentos sociais em especial do movimento de mulheres negras.

O professor da USP Roberto Silva (2006), defensor da pedagogia social e crítica, que contextualiza a emergência via universidades rumo à educação não-escolar (educação não-formal), especialmente, considerando a abertura dada pela Lei de Diretrizes e

Bases da Educação-LDB, de 1996, quando substituí o currículo mínimo pelas diretrizes curriculares. Desse modo, a nova regulamentação da diretriz favorável para o curso de Pedagogia e de Licenciaturas.

Nesse percurso, o parecer CNE/5/2005, explicita ainda mais essa possibilidade quando no Art.4º, parágrafo único, reconhece os contextos educativos não-escolares como *lócus* de atividade docente (ZUCHETTI, 2007, p.189). Nessa constatação, temos nas sugestões de Canen e Moreira (2001) na possibilidade da elaboração de outros currículos, que se discutam no âmbito das Licenciaturas, elementos constitutivos das identidades dos professores e que se promovam reflexões pessoais sobre a própria identidade e sobre diferentes aspectos dessas identidades. De modo que, elas influenciam as experiências e as formas de ressignificá-las.

Nesse sentido, chama-nos atenção a formação das professoras/oficineiras/ responsáveis, os conteúdos e metodologias das Ong's das mulheres negras, pois através de suas *performances* docentes e das suas identidades, enquanto docentes, intelectuais, ativistas orgânicas. Além de como são necessárias outras reflexões epistemológicas, pedagógicas que vão para além das universidades, dos muros escolares. Provocando, portanto, em suas formações, outras habilidades para alcançarmos outras fronteiras da diversidade, com outras perspectivas críticas, decoloniais, feministas e emancipatórias.

Com essa perspectiva, refletimos a partir da narrativa orgânica de uma das coordenadoras de campo do *ponto de cultura* da Ong, Coisa de Mulher, Leidimar Machado (2017) sobre tais performances e mudanças a partir dos currículos praticados para fortalecimento das identidades:

O objetivo central sempre foi fortalecer e empoderar as meninas que participavam do projeto de alguma forma de conscientizar de uma forma mais natural, porque eu acho que quando você trabalha dança afro, você dá voz, você consegue fortalecer a voz da menina e com isso, você acaba fazendo com que ela veja nesse processo de transformação, de pertencimento, de mudança e ela acaba se empoderando e se colocando mais!. É se reconhecer dentro de todo esse processo: você dá essa oportunidade de fala, de se colocar, de postura, de se posicionar, você está fortalecendo o que ela sabe fazer, e isso acaba a transformando (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.8).

Com efeito, o fortalecimento das identidades, empoderamento²⁰ feminino das participes e das professoras/oficineiras, através das falas, das etnoposturas e posicionamentos construídos coletivamente, nessas organizações de mulheres negras, trazem uma

20-Utilizamos o termo empoderamento por estarmos alinhados à abordagem dada por Paulo Freire ao conceito oriundo da Língua Inglesa, estando este em conformidade com a sua perspectiva apresentada em Pedagogia do Oprimido (2014), que ressignifica e confere ao mesmo uma conotação ligada à emancipação, libertação e superação das desigualdades e das relações de opressões presentes nas sociedades marcadas pela exclusão social.

transformação sociopolítica, educacional, cultural dessas sujeitas silenciadas, subalternizadas e invisibilizadas.

Claudia Pons Cardoso (2017) argumenta que, “as ativistas se apropriam de uma ferramenta da atualidade para produzir e disseminar conhecimento sobre e para mulheres negras, contribuindo para o empoderamento de outras mulheres negras. Empoderamento implica rejeitar as dimensões do conhecimento, quer pessoal, cultural ou institucional, que perpetuam a objetificação e desumanização dos sujeitos” (CARDOSO, 2017, p.8).

Percebemos, também, estabelecimento de outras possibilidades metodológicas e estratégicas evidenciadas como decoloniais, na perspectiva de ruptura, revolucionária, inédita e libertadora, tanto no campo discursivo, como na esfera da ação, da prática. Assumindo, assim, a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas, mas a premência de se insurgir contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p.78). Tais evidências são vistas através da narrativa orgânica da professora de teatro Flávia Souza (2017) do ponto de cultura Coisa de Mulher, na qual nos relata sobre as atividades pensadas, lugares de fala e outras propostas metodológicas:

A proposta era trazer essas questões e montar um espetáculo no teatro de “Princesa Negra”, que no caso, eu poderia, né?! como professora, como muitos professores fazem, eu vou escrever porque eu já sei o que a gente passa, porque eu já fui criança, já fui adolescente e sou uma mulher negra ativista, então conheço um pouco, não a fundo, mas um pouco, de muitas das questões poderia escrever um texto e botar elas para representar, sendo que, eu não quis trabalhar dessa maneira, eu quis trabalhar o que elas tinham, então o espetáculo foi montado, né? foi dirigido por mim, mas elas que montaram porque elas escreveram o que elas gostariam de falar sobre ser menina negra e o que elas gostariam de ser,[...] e aí teve várias apresentações lá no espetáculo Princesa Negra [...] Princesa Negra foi o conjunto, uma coreografia da Prof.^a Aline Valentim, e aí eu aproveitei um pouco e incluí um pouco do hip hop feminino que tem a ver com a questão da juventude, da favela né! enfim. E aí, essa Princesa Negra foi repercutido tão bem, tão bem, que a Globo depois quando ela fez uma chamada lembra? (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.10).

Analisamos, a partir dessa narrativa, como é fundamental a formação coletiva das envolvidas nesses projetos, através de concepções pedagógicas que visam a outras aprendizagens, como o respeito à individualidade, ao trabalho interdisciplinar integrado nas oficinas temáticas (teatro, dança-afro, teoria musical, canto, percussão), nas rodas de conversas propostas e nos espaços de diálogos construídos com as partícipes através de conteúdos e metodologias que geram aprendizagens decoloniais. Disponibilizando

temas referentes às questões de gênero e raça, cultura afro-brasileira e diaspórica entre outros temas.

Com base no que a coordenadora geral da ONG, Coisa de Mulher, Edmeire Exaltação (2017), uma das responsáveis do planejamento pedagógico e curricular do *ponto de cultura* nos revela sobre a formação coletiva e integrada através de reuniões pedagógicas e pesquisas com o seguinte:

Com base na formação coletiva, e de se situar como mulher negra. Todas as atividades e oficinas são pensadas nesse aspecto subjetivo. Para isso a gente faz pesquisa, leio bastante e penso em adequar sempre às atividades ao nível das mulheres, das jovens porque também aqui não é um espaço acadêmico (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.9).

Conferimos, portanto, outras educações nesses espaços educativos não-formais de aprendizagens, que vivem processos de resistências e re-existências, de dissidências descolonizadoras, de práticas políticas de enfrentamentos ao racismo, ao sexismo, através da participação, organização e mobilização das mulheres nos movimentos sociais em defesa dos direitos da população negra, os quais funcionam como instrumentos de autocuidado, uma vez que são espaços de fortalecimento indenitário individual e coletivo (CARDOSO, 2017, p.7).

Nesse cenário, sobre essas concepções educacionais que entendemos como outras possibilidades pedagógicas para nossa pesquisa, através de conteúdos, estratégias e metodologias na perspectiva da interculturalidade crítica e pensadas para e a partir das Ong's de mulheres negras, Claudia Miranda (2013) nos permite refletir sobre tais perspectivas:

Admitimos ser urgente indagarmos sobre como poderíamos ensaiar percursos mais ousados para desaprendermos/reaprendermos indo além daquilo construído no cotidiano da educação escolar. Nesse caminho, a multidimensionalidade geográfica passa a ser um imperativo [...] Essas são conformações que revelam, sobretudo, como tem sido insuficiente o espaço/tempo das pedagogias concebidas como pertinentes ao mundo da vida, mas circunscritas aos territórios do sistema educacional. Por conta dessas apreensões afirmamos que é urgente fomentarmos novos letramentos para recolocarmos a dimensão humana como ponta de lança para uma cultura, uma linguagem, um pensamento que abrigue “estratégias sensíveis” como “modos de aproximação das diferenças (MIRANDA, 2013, p.104-105).

Em relação às estratégias sensíveis e modos de aproximação com outras possibilidades educativas, debruçamo-nos sobre referenciais pedagógicos e filosóficos sinalizados através das narrativas orgânicas e insurgentes²¹ das nossas interlocutoras, as

²¹Trazemos “las narrativas insurgentes” (del outro de la colonización) producidas en este contexto, fuera de los referentes sobre quiénes son los que han re-existido y sobre quiénes han garantizado procesos de reconstrucción de “memórias contra hegemônicas”- In: Clandestinización y Re-existencia Diasporica: Horizontes Expedicionários e Insurgência em Afroamérica (MIRANDA, 2017, p.175).

quais pelo nosso entendimento, são interligadas pelas suas áreas de atuações profissionais e seus ativismos. É interessante percebermos, também, os referenciais disponibilizados por elas nas entrevistas, que em grande medida refletem sobre as questões da educação étnico-racial e de gênero, educação popular, feminismo, cultura negra e da diáspora, suportes teórico-epistemológicos e que se assemelham e se complementam, a partir de leituras e práxis que corroboram com as práticas pedagógicas realizadas nos projetos de pontos de cultura.

Vale destacar, ainda, que nossas interlocutoras citaram em suas narrativas alguns autores/as negros/as e não negros brasileiros/os, estrangeiros/as que as influenciam em suas performances e práticas pedagógicas dentre eles/as estão Renato Nogueira (2006), Azoilda Trindade (2008), Muniz Sodré(2012), Conceição Evaristo (2005), Sueli Carneiro (2003), Nilma Lino Gomes(2017), Lélia Gonzalez (1988), Beatriz Nascimento (1989), Jurema Werneck (2005), Abdias do Nascimento (2001), Paulo Freire (1988) e as/os estrangeiras/os como bell hooks(2000), Patrícia Hill Collins(2000), Kimberlé Crenshaw(2002) , Frantz Fanon(2008) e Stuart Hall(2009).

Desse modo, percebemos que as/os autoras/es mencionadas/os são comprometidas/os de alguma forma com as temáticas discutidas nas práticas pedagógicas dessas organizações e que se baseiam em concepções de igualdade, emancipação, liberdade, feminismo negro, decoloniais e com dimensões da ancestralidade, da corporeidade negra e da equidade. Somados aos valores dos direitos humanos como sinaliza nossa interlocutora Lúcia Xavier (2017). Outras descritoras/es foram mencionadas/os, porém, todas/os ligados a áreas específicas de formação e conectados ao campo da Educação e de atuação das nossas interlocutoras.

A esse respeito, José Marmo (2016), da ONG CRIOLA através do seu *ponto de cultura*, tem em seu espaço de aprendizagens, trocas de saberes, novos pensamentos e conhecimentos vindos das memórias e históricos das mulheres negras em diversas área com a qual o acervo da Biblioteca Gésia de Oliveira possa contribuir para transparecer, visibilizar esses pensamentos das mulheres negras sendo elas conhecidas/reconhecidas ou não. Seja em áreas culturais, sociais, políticas, da educação, saúde entre outras conferindo, portanto, a biblioteca, um lugar de memória onde também se educa, e que seja portador das identidades femininas negras a quem idealizaram.

De acordo, ainda com nosso interlocutor José Marmo (2016):

Na biblioteca tem vídeos produzidos por nós que a gente possa recuperar para incluir também nessa biblioteca porque são coisas que marcam a memória de Criola é a memória inclusive de mulheres negras do Rio de Janeiro. Isso é

bem bacana se a gente puder fazer, não quero nem dizer que a gente vá chegar até o final do ano. O mais importante é que a gente tá pensando nisso e incluir isso porque são documentos, vídeo é um documento, assim como os livros registram algumas coisas, os vídeos também registram como as fotos também registram. Então, a gente quer fazer isso né! Estamos com um monte de livro significa que vai ter que ter uma pessoa pra digitalizar tudo isso porque nós não tínhamos nem pensado nisso, sabíamos que ia comprar, olha vamos ter que digitalizar e guardar esses livros novos, porque são livros tanto da parte de educação, de arte, de história entendeu cultural, ou seja, de várias coisas né! Cuidar da parte da biblioteca, que a gente tinha até uma verba pra pagar então porque não pagar essa pessoa, pra cuidar da biblioteca, inserir os dados no computador, pra transformar essa biblioteca o mais possível virtual que é o que a gente tá querendo finalizar ainda esse ano, início do ano que vem. porque a biblioteca de Criola não era virtual, as pessoas viam aqui a gente até tinha tudo no computador, mas as pessoas não podiam acessar de lá de onde estivessem o que Criola tem e a gente precisa colocar isso dentro do site de Criola. [...] estamos digitalizando outras coisas e temos agora, vamos contratar uma pessoa, pra garantir a finalização disso entendeu, por que nós também tivemos que comprar novos livros e com essa entrada de novos livros significa que arrumar (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.5-6).

Percebemos a preocupação e a responsabilidade para o espraiamento desses materiais bibliográficos, sejam eles em livros, teses, dissertações, cd's, vídeos, fotos entre outros feitos pela ONG, CRIOLA, sobre temas diversos, em que a memória e as narrativas das mulheres negras e seus pensamentos são pontos-chave para fortalecimento e empoderamento dessas mulheres, partícipes desse projeto, já que “são temas abordados e construídos sobre narrativas históricas e de memórias fortalecendo identidades culturais locais” (ARAÚJO, 2014, p.1).

Os principais temas da Biblioteca Gésia de Oliveira, da ONG, CRIOLA são saúde da população negra, violência doméstica, racial e de gênero, relações étnico-raciais, autoestima, feminismos, políticas públicas para população negra entre outros temas. Estão em formatos diversos como livros, cartilhas, teses, dissertações, monografias, boletins informativos, vídeos, dvd's, cd's, fotografias, além de pesquisas sobre a instituição. Assim, construindo memórias coletivas negras. De acordo com José Marmo (2016):

[...] aqui em Criola trabalha isso, com as violências, as violências de gênero, violências raciais né! Então essas coisas se inter cruzam de gênero e raça, e a gente precisa visibilizar isso né! Como também precisa visibilizar todo o aporte que essas mulheres trazem, pelo fato de serem mulheres, pelo fato de serem mulheres negras isso tem uma especificidade pra gente né! Que vai desde religiosidade, até as linguagens (CADERNO DE ENTREVISTA, 2016, p.10).

Dessa forma, a importância da visibilidade e disponibilidade desses materiais bibliográficos da ONG, CRIOLA, dá-nos conta das memórias identitárias em busca das questões do presente ao encontro com o passado nos remetendo ao contexto da

oralidade tão narradas pelo interlocutor José Marmo (2016) em sua entrevista para pesquisa.

Segundo José Mehy (2006, p.194-195), através da história oral, a/o pesquisadora/o “acaba compreendendo para explicar, explicando para transformar”. Podemos dizer que temos na perspectiva da oralidade, transformações e outras visões do que está sendo pesquisado, pois, promovendo experiências com outras leituras de mundo, com a diversidade, com a intolerância religiosa e incorporada em outros currículos pré-estabelecidos pela sociedade moderna/colonial.

Vale destacar, aqui, as mulheres negras intelectuais, ativistas orgânicas que fazem parte dessa organização por serem parte da história e memória desse espaço não-formal de aprendizagens do processo da história das mulheres negras em âmbito nacional e internacional. Como salienta Ivan Lima (2011, p.143), “trabalhar a memória de militantes negros e negras significa desvendar caminhos, trajetórias e potencialidades de uma parcela influente na história e cultura do país, é contribuir para outra interpretação do que seja a cultura de matriz africana”.

Nesse sentido, a ONG, CRIOLA, através de seu *ponto de cultura*, Mulheres Negras na História tem a possibilidade e estratégias de propor novas leituras, novas aprendizagens e conhecimentos sobre a população negra de nosso país e da diáspora africana, com intuito de promover e visibilizar outros diálogos, pensamentos e conhecimentos através de bibliografias capazes de fortalecer e valorizar novas identidades nessa sociedade racista, sexista, patriarcal, e machista que silencia corpos subalternizados com seus conhecimentos nesse sistema moderno/colonial.

Nossas interlocutoras, as professoras/oficineiras do *ponto de cultura*, Coisa de Mulher, Aline Valentim (2017), Isabel Flauzino (2017) e Isabela Vieira (2017) estão de comum acordo quando denotam que nesses projetos, as identidades femininas e negras se fortalecem enquanto sujeitas sociopolíticas, culturais e também as fazem repensar suas próprias práticas pedagógicas nas Ong's e nos seus espaços de atuações.

Aline Valentim (2017) nos apresenta o seguinte em relação a essa disposição:

Eu acho que estar na favela, junto dessa realidade, é sempre um desafio, te coloca em outro lugar de troca com as pessoas, de mundo, você tem que se virar em mil, você é desafiado o tempo inteiro, é um lugar escorregadio, lindo ao mesmo tempo. Então eu acho que a grande coisa que eu trago dessa experiência é a reinvenção o tempo inteiro nossa. Aí que tá, a gente pode ter o referencial teórico que for, neguinha, quando você pisar na favela esquece, esquece não, mas é outro rebolado. É afeto, misturado com fala dura, misturado com repensar, é muito único, te dá um senso de mundo que a gente realmente que aprende [...] e fortalece muito as nossas identidades (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.10).

E Isabel Flauzino (2017) através de sua narrativa acompanha essa compreensão no fortalecimento das identidades e na contribuição dessa formação para as partícipes do projeto:

sim, com certeza! Porque era dirigido por mulheres empoderadas então não tinha como ser ao contrário e outra coisa que eu digo também, que eu acho importante marcar, a equipe de trabalho tinha essa proposta você entendeu? Foi escolhida com essa intenção, era um tipo de intervenção diferenciada, o fato de ser uma equipe só de mulheres comprometidas. E o que acontece também, às vezes a gente pensa assim né, a arte é uma coisa muito poderosa, entendeu, assim, a música, a dança [...] através dessas linguagens a gente consegue passar muita coisa, às vezes você não precisa falar muito, mas você vivenciando aquilo ali né, tá aí ! devemos repensar nossas práticas e na contribuição da formação tanto com o canto e o corpo, eu gostava muito! E foi por isso que deu certo! Eu gostava de trabalhar em parceria com a Aline, porque quando você canta, o canto está no corpo (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017, p.11).

A professora Isabela Vieira (2017), no entanto, vai além dessa discussão, e nos garante que essas intervenções pelas práticas pedagógicas a “fazem repensar a sua própria vida, e o trabalho em parcerias com outras professoras muito agrupado e coletivo e isso a fortalece como pessoa e profissional” (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.9). Com essa proposição, encontramos pistas para entendermos a relevância desse fortalecimento de identidade das sujeitas partícipes e das professoras/oficineiras de forma ampla, através de seus papéis formativos e investigativos no *ponto de cultura* das Ong’s.

No reconhecimento dessas investigações expedicionárias, realizadas pela nossa pesquisa, em relação a essas recorrências de fortalecimentos das identidades, conteúdos, estratégias e metodologias estabelecidas pelas narrativas orgânicas de nossas interlocutoras entendemos como outras possibilidades de aprendizagens e (re) aprendizagens, nesses espaços permeados por intensa responsabilidade de formação, capacitação e aprendizagem decolonial. Claudia Miranda (2017, p.4) nos inspira ao dizer: “que são as reaprendizagens que nos impõem intersecções urgentes, e exigem a visibilidade de aspectos desprezados ao longo de nossa história colonial e que passam ganhar importância. Com esse intuito, é imperativo assumirmos jornadas e rotas menos estadunidenses e menos, europeias”.

Nessa perspectiva de outras educações, aprendizagens decoloniais através das práticas pedagógicas das Ong’s de mulheres negras, do fortalecimento das identidades e empoderamento feminino negro, alinharam-nos com a filósofa Aline do Carmo (2016) que, notadamente, propõe o reconhecimento do lugar de fala : “constitui um eixo

metodológico comum na crítica epistemológica de diversos autores preocupados com a descolonização” (FANON, 2008; HALL, 1994; TORRES, 2008; KILOMBA, 2016) percebem todo legado histórico da hegemonização do saber e do poder através da fala e do domínio teórico-epistemológico sob a condição étnico-racial, de gênero e de subalternidade existentes no sistema moderno/colonial.

Nesse entendimento, percebemos que nesses outros espaços de aprendizagens o lugar de fala, a história oral e das memórias das mulheres negras são espaços que apostam em rupturas e de visibilização de lutas contra a colonialidade, a partir de pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas (OLIVEIRA & CANDAU, 2010, p.24).

Diante do exposto, pode-se dizer que através das narrativas orgânicas dessa recorrência, acreditamos e investimos nos *pontos de cultura*, seja ele realizado por quaisquer das instituições pesquisadas, que tem em como proposta o fortalecimento do indetário feminino negro e de reconhecimento de ações sociopolíticas, metodologias, conteúdos e estratégias com outras movimentações curriculares, emancipatórias, alternativas, decoloniais e que propõe outras abordagens investigativas, expedicionárias, teórico-epistemológicas, a fim de construir e reconstruir identidades femininas através de outro lugar de enunciação provocando outros desafios e dificuldades nesse campo da educação.

3.6 - Espaços de outros conhecimentos, desafios e dificuldades

Nesta última recorrência, espaços de outros conhecimentos, desafios e dificuldades enfrentadas pelas professoras/oficineiras/responsáveis, buscamos entraves que poderiam ter nas organizações de mulheres negras, através de suas práticas pedagógicas, a partir de uma pedagogia decolonial feminista negra que promove uma educação antirracista, anti-homofóbica de maneira dinâmica e diversificada. Observamos, entretanto, que nossas interlocutoras ao serem indagadas, via roteiro de entrevista (ÂPENDICE I) sobre definição das Ong's, Coisa de Mulher e CRIOLA, como são espaços de outros conhecimentos, se sim ou não. Todas as nossas interlocutoras afirmaram que, além de serem espaços de outras possibilidades de aprendizagens de outros conhecimentos, responderam também, que são espaços de outras pedagogias, de humanização, de cidadania, e que são espaços de criação e da

criatividade, e de fortalecimento das identidades das partícipes dos projetos e das suas formadoras e gestoras/es como foi discutido em seção anterior.

Nesse contexto, as abordagens relatadas por nossas interlocutoras se coadunam com a narrativa orgânica da professora Aline Valentim (2017) do *ponto de cultura*, Coisa de Mulher, em que afirma:

Claro que eu reconheço o espaço do Coisa de Mulher ,como de outros conhecimentos sim. Até porque, se não fosse assim, eu acho que eu nem teria entrado nesse processo. Eu acho que tem uma coisa. Só de a gente estar no campo do social, entender que ali é um lugar que eu posso levar conhecimento, que eu posso gerar conhecimento, a gente já está falando de outros diferenciais. E o fato de sempre ter pautado na questão cultural, investido na cultura como forma de levar a questão política, por exemplo, é outra pedagogia, e é uma pedagogia afro, centrada para caramba, não só nas pessoas que estão à frente, dos a gentes educadores, mas nos formatos. Aí vem oralidade, circularidade, corporeidade, a questão do axé, trazer todos os valores da Azoilda Trindade, estavam lá presentes (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.10).

Percebemos, portanto, as afetações de trocas da escuta sensível, de novas aprendizagens, da corporeidade negra envolvida e da dimensão do afeto, da ancestralidade, da pedagogia afrocentrada²², encontradas nos formatos pedagógicos dessas instituições, com seus conteúdos, metodologias e estratégias diferenciadas, como propostas de uma pedagogia decolonial, feminista negra e de cunho alternativo sobre o que está inserido no campo da educação formal de aprendizagem.

Nesse sentido, ainda, com a narrativa orgânica da professora Aline Valentim da ONG, Coisa de Mulher (2017), sobre as concepções pedagógicas de Azoilda Trindade (2008) que contribui no que tange ao processo de aprendizagem dessas Ong's de mulheres negras, e nos instiga:

A capacidade de afetar e ser afetado pelo outro, pelo entorno, é fundamental para um processo educativo que se propõe voltado para a compreensão e respeito às diferenças que nos constitui como sujeitos do cotidiano. O afetar e ser afetado, que ocorre em todo momento no mundo, num mundo que não é estático, imóvel, parado, imutável, não pode ser visto como irrelevante. Como, diante desta circularidade, deste movimento, desta dinâmica, negligenciar, subestimar os aspectos afetivos do humano, como negligenciar as emoções, os sentimentos os afetos, os desejos? (TRINDADE, 2008, p.16).

Nesse contexto, as afirmações relatadas de que as Ong's de mulheres negras são espaços de outras construções pedagógicas e de pensamentos sociopolíticos ligados à população negra, como os conceitos cunhados nesses espaços, como o conceito da

²² A pedagogia afrocentrada se baseia em abordagens educacionais que está à necessidade de tomar as perspectivas africanas e afrodiáspóricas como centro de suas práticas sociais, culturais e educacionais baseadas em valores e ideias africanas. Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

saúde da população negra, que passou a ser utilizado não só nas ambiências dos movimentos sociais, como também, no espaço acadêmico.

Lúcia Xavier (2017) nos chama atenção para tais fatos, em que são “percussoras do conceito de interseccionalidade para a leitura de violação de direitos humanos e de outros conceitos como, de racismo ambiental, deslocamento, a gente produz e divulga conhecimento”. Constatamos, pois, que, veementemente, as mulheres negras ativistas, intelectuais orgânicas, professoras/oficineiras/responsáveis dessas Ong’s produzem seus textos, conceitos e críticas, permitindo assim, avanços enquanto mulheres negras responsáveis por outras concepções educacionais ligado à metodologia, conteúdos, estratégias, estruturando-se com um “paradigma outro” teórico-epistemológico, alternativo e decolonial.

A esse respeito, a interlocutora Edmeire Exaltação (2017) da ONG, Coisa de Mulher, compreende e adiciona no que acreditamos sobre as Ong’s serem espaços educativos não formais de aprendizagens, e nos diz o seguinte:

mas o objetivo nosso sempre foi criar um espaço alternativo de produção de saber, não alternativo, mas outro espaço de saber, que vai constituir o ser negro, mais especificamente a mulher negra, enquanto um ser com uma vivência tão valorizada quanto às outras vivências e saberes (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.9).

Dessa maneira, entendemos a proposta educacional das Ong’s como espaços de outros conhecimentos, como está sinalizado no roteiro de entrevista (ÂPENDICE I) desta pesquisa. Além disso, como chave para confirmação de nossa interlocutora e que, em certa medida, aponta para uma educação decolonial, feminista negra com práticas pedagógicas, insurgentes e alternativas, que acreditamos ser lugares de enunciação, resistências e re-existências e acaba sendo como enfatiza Sônia Beatriz dos Santos (2017) como um “lugar que tem um sentido de luta, onde é visível o reconhecimento da união entre teoria e prática” (SANTOS, 2017, CONFERÊNCIA DE ABERTURA NO SEMINÁRIO DA UNIRO).

Nessa perspectiva, a coordenadora de campo *do ponto de cultura*, Coisa de Mulher, Leidimar Machado (2017) e a professora de canto, Isabel Flauzino (2017), respectivamente, em suas narrativas estabelecem compreensões similares em relação às transformações sociais, de humanização e de mudança das sujeitas envolvidas nesses espaços de outros conhecimentos:

Com certeza! Todas as oficinas que foram trabalhadas [foram] com esse objetivo: de fortalecer essa identidade e conseguir conscientizar essas meninas dos seus papéis na sociedade. Então, eu acho que a gente conseguiu sim. Como eu falei lá no início, nem todo mundo, a gente conseguiu abraçar,

a gente conseguiu transformar. Mas, o pouquinho desse público que a gente conseguiu essa transformação já é a semente que está plantada pra essa mudança né! Mais pra frente (CADERNO DE ENTREVISTA, 201, p. 13).

“Sim de cidadania, de humanização de reflexão.” Então elas têm ali o que não tem fora. Não tiveram fora aonde? Escola, em casa, talvez na escola, né, é claro a escola é um espaço pra fazer esse tipo de coisa, de formar pessoas né, pra incentivar a humanidade, mas nem sempre a gente percebe isso, isso é que consegue né eu acho que a gente era um apoio fundamental para todas essas instituições, família, escola, entendeu então eu acho que o projeto contribuiu muito com a formação dessas meninas enquanto cidadãs e enquanto seres humanos (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.18).

Nesse sentido, identificamos que a partir das análises das práticas pedagógicas realizadas pelas professoras/oficineiras/responsáveis surgem outros modos de pensar das mulheres negras, intelectuais ativistas, feministas negras decoloniais, a partir de ações, experiências, vivências e sentidos para suas organizações que são lugares de resistência, onde o recurso na busca da humanidade se forjou a partir da ancestralidade, da cultura afro-brasileira e afrodiaspórica e de seus pares coletivos. Assim, nos aproximando no que diz bell hooks (2004) em seu texto “*Mujeres negras. Dar forma a la teoria feminista*” a respeito das práticas feministas libertadoras e coletivas:

Esta experiência vivida pode dar forma a nossa consciência de maneira que nossa visão de mundo difere daquelas que tem certos graus de privilégio – por mais relativo que isso possa ser neste sistema existente. É essencial para o futuro das lutas feministas que nós mulheres negras reconheçamos o ponto especial de vantagem que a nossa marginalidade nos outorga e façamos uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista assim como para imaginar e criar uma contra hegemonia. Estou sugerindo que tenhamos um papel central, uma contribuição única e valiosa, formando uma teoria e uma prática feminista libertadora e uma responsabilidade coletiva que deve ser compartilhada. Mesmo criticando o movimento feminista tal como é conhecido, dura e implacavelmente, não tenho a intenção de desmobilizar as lutas feministas, mas sim enriquecê-las, compartilhar as tarefas de construir uma ideologia e um movimento libertador (HOOKS, 2004, p.26).

Com efeito, devido aos diferentes processos formativos, mantemos com comprometimento ético-político-pedagógico-epistemológico, de liberdade emancipatória, a partir do feminismo negro decolonial a que estamos associadas e que propõe rupturas e silenciamentos, mas também, propõe-se a oportunizar outras aprendizagens para mulheres, jovens negras em seus processos de invisibilização, para que elas possam ter o lugar de fala e de novos espaços e processos de conhecimentos, como Grosfoguel (2010) e Walsh (2009) afirmam a necessidade de “dar voz” aos grupos subalternizados como forma de reconhecimento e de que são sujeitos/as históricos/as, que estão atuantes na sociedade, que têm valores, princípios e que são invisibilizados pelo poder dominante.

Os desafios e dificuldades, então, surgem à medida que são espaços de disputas, de resistência e re-existências, de promoção de outras pedagogias, metodologias e de abordagens expedicionárias, que são “engendradas nos interstícios de um *ethos* intelectual-ativista e acadêmico outro” (MIRANDA, 2017, p.4). Desse modo, Aline Valentim (2017) e Isabel Flauzino (2017) da ONG, Coisa de Mulher, corroboram com essa assertiva em relação aos desafios e dificuldades principais enfrentadas nas práticas pedagógicas das Ong’s, como espaço de formação e de outros conhecimentos, enquanto mulher/homem e negra/branca de acordo com o roteiro de entrevista (ÂPENDICE I). Posto isso, nossas interlocutoras, apontam tais aspectos respectivamente:

São muitos desafios, lugar de fala, ligado ao aspecto emocional e um lugar dolorido mais emocional dessa fala. Resistências de identidades mesmo, outra preta resistindo à outra preta porque ela tem outra formação, ela vem de outro lugar “ela é acadêmica demais, ela é isso demais”. Eu acho que o momento agora é de juntar, pulverizar isso, criar um diálogo muito efetivo entre a gente, entre os diversos saberes (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.12).

Maior resistência das meninas em se assumir como mulheres negras ‘Eu acho que a maior dificuldade com as meninas foi no início, já tudo que eu já te falei, da resistência, primeiro porque ser negra era uma coisa ruim pra elas. Entendeu, porque assim? Tudo que é negro está ligado ao ruim, ligado ao sentido assim: ser negro , quando você é negro, você pode levar batida policial. A mulher negra né? Vista tanto pelo homem negro quanto pelo homem branco, ela é vista como objeto, na maioria das vezes. Infelizmente é assim, então o maior obstáculo né, a maior dificuldade foi tirar abrir os olhos dessas meninas, virar a chave na cabeça e dizer: “Você é bonita, e você pode ser sim”. A cor da sua pele é linda né!, ”Você tem uma beleza que é só tua!”’, entendeu? Até porque durante séculos, anos, até pouco tempo, foi em 2000, nos anos 2000 começou a aparecer meninas lavando, usando xampu, fazendo propaganda de xampu. Parecia que negro não tomava banho! Então como se identificar com a questão da mulher negra, se você não tem referência? Não tem pra quem olhar e falar: “Nossa, que mulher bonita!”. Hoje você vê meninas de turbantes, de cabelo pra cima, né fazendo propaganda, essa coisa toda. Então o nosso maior desafio, eu acho que foi esse, de mostrar para as meninas que ser negra é bonito, e a gente é bonita, é sensual, a gente é linda, a gente é inteligente. Eu não preciso ficar só no shortinho curto. Se quiser usar não tem problema nenhum, mas assim, eu não tenho que ocupar aquele lugar que querem que eu ocupe, da menina que balança a cabecinha, que bota o shortinho curto, e sou como é que fala objeto sexual, a mulata (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.19).

As questões dos desafios e dificuldades, enquanto professoras/oficineiras negras, tornam-se relevantes. Problematizar “tal lugar” para que essas profissionais troquem outras possibilidades de conhecimentos, pensamentos, tanto com as partícipes do projeto, quanto com outras professoras/oficineiras, especialmente, acerca de temas contra- hegemônicos a serem trabalhados conjuntamente e com dialogicidade sobre a cultura afro-brasileira e da diáspora africana, identidades étnico-raciais, gênero/raça, juventude negra, saúde da população negra entre outros temas, pois é devido a esse

intercâmbio, que se constitui o reconhecimento e a valorização de outras identidades culturais . Segundo afirma Nilma Lino Gomes (1999, p.55) “A professora, enquanto sujeito, é portadora de valores que se refletem na sua representação sobre “ser negro”, “ser branco”, “ser homem”, “ser mulher” na sociedade brasileira”.

Lúcia Xavier (2017) em relação a desafios e dificuldades no seu espaço de luta e resistência nos aponta como são tais de desafios:

Primeiro eu acho que é o desafio do sistematizar, de você poder chegar aqui como pesquisadora e olhar, e você pode encontrar isso nos nossos relatórios, mas você não tem um documento que fale sobre isso, uma espécie de documento orientador da nossa experiência, da nossa prática. Um manual de usuário. Que às vezes é chato, mas às vezes é importante, que isso ajuda a consolidar e ajuda, a obter crítica sobre. Olha, tem gente que fala que está em uma pedagogia afrocentrada, aí olha para a gente "você não estão nessa pedagogia afrocentrada", eu fico perguntando 'será que o que a gente está fazendo não tem nada? Uma coisa desse tipo. O outro desafio é tornar consistente um campo de formação nesses moldes, não de formação do que está faltando nas pessoas, mas de como esses conhecimentos podem ser admitidos como conhecimentos válidos para nossa própria formação. Eu acho que o 3º desafio é o desafio posto para os diferentes modos de comunicação que a gente vive hoje. Esses diferentes modos às vezes não permite que uma pessoas fiquem 6 encontros, 10 encontros, 3 encontros, mas como a gente se mantém permanentemente formando sem que necessariamente a gente obrigue a uma escolarização? Obrigue a cumprir um grupo de oficinas, obrigue a cumprir uma série de dinâmicas que não estão no horizonte dessas pessoas. Acho que por fim, um dos desafios que a gente tem que acaba se tornando um problema, é ajudar na formação da militância. Eu acho que a nossa militância é muito boa, aguerrida, mas estuda pouco e por isso a gente não senta para debater os assuntos diante dos dados que a gente tem, não senta para valorizar o conhecimento produzido pelas outras (CADERNO DE ENTREVISTA, 201, p.13).

A partir da narrativa orgânica de Lúcia Xavier (2017), verificamos que desafios e dificuldades estão nas Ong's como pauta e agenda possíveis de se construir, reformular, confeccionar e de se criticar. A partir das próprias autocríticas dos seus procedimentos e possibilidades viáveis, pois, apesar de todos os empecilhos que possam barrar tais expectativas, verificamos a força motriz dessas organizações para empenho de se construir políticas públicas que favoreçam as populações marginalizadas como as populações negras, pobres, indígenas, LGBTI, encarceradas deste país.

Como podemos observar, os desafios encontrados pela nossa interlocutora implicam em poder formar novas sujeitas/os e os modos de comunicações que se estabelecem para validação e reprodução de novos saberes, “*nossos*” conhecimentos e pensamentos encontrados e forjados nessas instituições, a fim de que se possa não ter a obrigatoriedade com a “escolarização” dos sujeitos/as que vivem esse processo em sua formação nessa instituição.

Dessa maneira, nossa interlocutora nos chama atenção, ressaltando, a importância da formação da militância e sua qualificação como parte desse processo da construção de novos conhecimentos e pensamentos. Pensamentos passados a partir de novos quadros sociopolíticos, com o propósito de se discutir, pautar dados e questões referentes à população negra e propor novos sentidos para essa demanda, referenciando os estudos produzidos por essas organizações.

Para Sônia Beatriz dos Santos (2017), “As mulheres afrodescendentes na diáspora têm denunciado estas condições de desigualdade e exclusão através de sua produção de conhecimentos, tanto nos diversos espaços do movimento social, quanto nos acadêmicos” (SANTOS, 2017, p.109).

É fundamental que possamos perceber tais desafios e dificuldades como parte da desvalorização, invisibilidade das produções intelectuais, sociopolíticas, educacionais, culturais entre outras, destas intelectuais negras, orgânicas, feministas decoloniais que denunciam as desigualdades vivenciadas pelas populações marginalizadas dessa sociedade moderna/colonial. Nesse contexto, vale destacar, o que nossa interlocutora Leidimar Machado (2017) nos coloca sobre tais desafios e dificuldades:

A gente trava o tempo todo né! Um desafio! A gente esbarra com desafios o tempo todo. A questão da conscientização da comunidade com relação ao que você está desenvolvendo, a aceitação do seu próprio público às vezes em cima de algumas ações que é desenvolvida, às vezes a falta de espaço adequado pra você trabalhar, a falta de recurso que você começa a desenvolver o projeto, daqui a pouco o projeto acaba o recurso acaba. O Ponto de Cultura ele tem um período. Você desenvolve ações durante um período, quando termina esse recurso, você tem que continuar o seu trabalho e você não tem verba pra continuar, então você tem que ir com a cara e a coragem conseguir captar mais verba. Agora eu acho que o que mais foi problemático foi à questão mesmo da aceitação do início do Ponto de Cultura, as pessoas se entenderem dentro desse processo de mudança, de transformação, de conscientização da cultura afro-brasileira (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2017,p.9).

Nossa interlocutora nos aponta alguns argumentos e tece algumas dificuldades encontradas nos processos de aprendizagens do projeto *ponto de cultura*, Coisa de Mulher, como: a aceitação das partícipes sobre algumas práticas pedagógicas, estabelecidas previamente pela coordenação geral, em especial as ligadas às culturas afro-brasileiras como dança afro (maracatu, coco e jongo) e o desenvolvimento do próprio *ponto de cultura*, principalmente, a partir das questões ligadas à conscientização da identidade, autoestima das meninas e jovens negras e da cultura afro-brasileira e da diáspora.

Acreditamos no processo da mudança, de humanização, amadurecimento e transformação das sujeitas envolvidas nesse projeto, que tem em sua base o processo educativo ancestral em suas experiências e vivências, através da pedagogia decolonial, feminista negra, numa perspectiva da interculturalidade crítica e que provoca mudanças curriculares, institucionais e de transformação social, política, cultural. Somam-se a isso as modificações das dimensões do poder, saber, do ser e da natureza. Tal perspectiva promove outras orientações para valorização da diversidade de povos e comunidades que trazem outras abordagens pedagógicas para esse campo da educação.

Desse modo, Claudia Miranda (2016) nos situa:

Implica reorientar a escuta de si na medida em que nos afinamos com as comunidades e grupos que pisam no chão de terra e que se reconhecem nas práticas dos terreiros, no cotidiano dos Quilombos e *Palenques*, grupos que colocam no centro de suas propostas educativas de ancestralidades. É, sobretudo localizar espaços de convívio onde a roda não é algo proposto eventualmente, mas sim uma prática herdada. Nesse itinerário, vimo-nos diante de uma amálgama de manifestações para aglutinarmos saberes e práticas africanas e afrodescendentes variadas e vislumbrar uma *práxis* educativa de valorização da pertença dos (as) racializados (as), oriundos (as) da África (MIRANDA, 2016, p.56).

Vimos, portanto, a pertinência de outros currículos praticados, e com outras abordagens metodológicas e de conteúdos, advindos de saberes ancestral e de outros percursos decoloniais. Considerando, assim, outras propostas educacionais experimentadas nas fronteiras e nas lutas pela justiça curricular e epistêmica como afirma Miranda (2016). A nosso ver, portanto, os desafios e dificuldades encontradas nas práticas pedagógicas realizadas nas Ong's de mulheres negras, Coisa de Mulher e CRIOLA, que têm questões igualmente defendidas pelas nossas interlocutoras em relação ao financiamento dos seus projetos, como desafio base dessa interlocução, já relatado por outras narrativas e como afirma Edmeire Exaltação (2017) da Ong Coisa de Mulher:

O desafio é financeiro em conseguir grana para pôr em práticas as nossas ações e objetivos. Quer dizer, são poucos editais que sejam dirigidos, ou que a gente consiga adequar a essas discussões das quais eu te falei agora, a questão do racismo, da mulher negra, formação de saberes, formação cultural, falar sobre o preconceito. Várias outras questões, nosso maior desafio é esse! Se você não tem dinheiro, se você não tem? Não tem como manter um espaço, contratar pessoas, ampliar a discussão com outros níveis de discussão, com profissionais, como tudo isso! Enquanto mulher negra acha que todas as dificuldades como todas as outras mulheres negras, sente a mesma luta de 30 anos atrás na luta contra todas as formas de opressão Resistência (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.10).

São indagações fundamentais para compreendemos o que são os *pontos de cultura* das organizações de mulheres negras, Coisa de Mulher e CRIOLA, e suas

dificuldades e desafios de se manterem com seus projetos institucionais, já que vivemos num sistema capitalista, patriarcal, machista, sexista, no qual as Ong's são instituições da sociedade civil, com funções diversas e, muita das vezes, imbricadas com o Estado, com o setor privado e público em parceira na construção de políticas públicas para populações marginalizadas neste país.

As organizações de mulheres negras vivem e sobrevivem através de editais públicos e privados para construir seus projetos e praticar seus objetivos conforme relatou nossa interlocutora. Compreendemos que as Ong's de mulheres negras vivem processos de aprendizagens decoloniais com outros currículos praticados, diferentemente, dos espaços formais de educação, principalmente por discutirem temas como o racismo, sexismo, machismo, autoestima, formas de opressão e preconceitos, denotando as desigualdades existentes no sistema moderno/colonial.

Nesse cenário, Nilma Lino Gomes (2017) sobre outras aprendizagens realizadas pelas Ong's de mulheres negras, os currículos praticados e os seus reconhecimentos, mesmo que tentem invisibilizá-los, nos informa o seguinte:

Os projetos, os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônicos. No contexto atual da educação, regulada pelo mercado e pela racionalidade científico-instrumental, esses saberes foram transformados em não existências; ou seja, em ausências (GOMES, 2017, p.42-43).

Os desafios e dificuldades, relatadas pelas nossas interlocutoras, refletem outras abordagens decoloniais dessa pesquisa, fazendo-nos compreender, refletir, verificar como as ações sociopolíticas acerca das práticas pedagógicas das organizações de mulheres negras, suscita criação de estratégias e ações para resolução de suas institucionalizações e agendas. Ainda, sobre tais desafios, enquanto ser mulher negra/branca ou homem negro/branco, nesse processo formador de outras práticas pedagógicas, nossas interlocutoras, professora de teatro, Flávia Souza (2017), professora de teoria musical Isabela Vieira (2017) e a coordenadora de campo Leidimar Machado (2017) da Coisa de Mulher, relatam respectivamente:

Os principais desafios, primeiro é a aceitação, né? Porque quando vê professoras negras tende tanto as professoras negras quanto brancas, como em qualquer lugar, tende a não confiar muito, a achar que não é muito eficiente e aí e aí a gente acaba tendo que fazer aquela "formulazinha" de ter que sempre trabalhar mais pra mostrar mais serviço! (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017, p.13).

É ? Uma mulher branca tem algumas facilidades, infelizmente, que é assim, mas enquanto mulher, engraçado que aqui a gente tem muito nessa sociedade (CADERNO DE ENTREVISTA, 2017,p.10).

Então defender a questão do negro pra mim hoje é uma questão de honra por que, Branca é só minha pele, cara! Eu acho que a galera costuma dizer que eu sou branca por fora, mas negra por dentro. Acho que eu sou branca por fora e por dentro e negra por dentro e por fora, acho que não tem essa diferença não. Mas como meu público, como minha realidade é essa, é essa causa que eu abracei: é falar disso, é discutir, é na verdade aprender no dia a dia, com essas meninas o que é viver numa sociedade que discrimina o negro, discrimina o pobre, que discrimina. Porque eu sou branca, mas eu sou pobre! Sou branca, mas sou moradora de favela, né! Então, a gente sofre o mesmo preconceito que a menina que é negra na favela sofre. É claro! Que tem essa diferença porque eu tenho a pele branca, sou vista com outro olhar, mas pra mim a diferença está só na pele [...] (CADERNO DE ENTREVISTA-2017, p.10).

As questões mencionadas a esse respeito, dos desafios e dificuldades enfrentados em práticas pedagógicas realizadas pelas professoras/oficineiras/ responsáveis, enquanto mulheres negras/ brancas, homens negros /brancos, salientam questionamento dessa pergunta que é continuidade da mesma pergunta anterior, porém, com a interlocução de como poderia ser uma mulher negra/branca nessa função de formadoras nesse “*outro*” campo de aprendizagem, nos trouxe narrativas pertinentes que acabam por confirmar que mesmo dentro desses espaços de aprendizagens.

Entendemos a necessidade de problematizar, refletir e discutir as questões de gênero e raça continuamente nos projetos de pontos de cultura. Cabe ressaltar, através da narrativa orgânica relatada acima, da professora Flávia Souza (2017) faz suas indagações sobre as questões de gênero e raça, relacionando à desconfiança em ser professora/oficineira negra nesse processo de formação e de aprendizagem.

Reconhecemos a importância das competências profissionais e pedagógicas das professoras/oficineiras/responsáveis nas referidas Ong’s, a partir de seus compromissos éticos-políticos-epistemológicos sejam elas negras ou brancas, e como são fundamentais nesses processos de aprendizagens decoloniais, promovendo desafios e dificuldades nesse outro espaço pedagógico. Apesar dos desafios e dificuldades encontrados, consideramos a existência de diferentes formas e modelos de educação, e de acordo com Nilma Lino Gomes (2003):

A escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem o professor é o único responsável pela sua prática. Essa reflexão é importante para se pensar os processos educativos, quer sejam escolares ou não-escolares. Muitas vezes, as práticas educativas que acontecem paralelamente à educação escolar, desenvolvidas por grupos culturais, Ong’s, movimentos sociais e grupos juvenis precisam ser considerados pelos educadores escolares como legítimas e formadoras. Elas também precisam ser estudadas nos processos de formação de professores (GOMES, 2003, p.170).

Concluimos que os desafios e dificuldades conferem com nossa expectativa sobre os espaços educativos não-formais de aprendizagens, que são as Ong's de mulheres negras, inseridas nesta pesquisa, a partir das professoras/oficineiras / responsáveis desse processo pedagógico. Compreendemos, também, que mesmo que as práticas pedagógicas causem tais desafios e dificuldades, sejam de cunhos pedagógicos, metodológicos e de estratégias. Assim, outras possibilidades serão encontradas, como a valorização de outros saberes teóricos-epistemológicos que resistem e reexistem o instituído da modernidade/colonialidade como mulheres negras/ brancas e homens negros /brancos e com isso estabelecendo as Ong's aqui inseridas como um “*outro*” espaço de conhecimento e reconhecimento.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação dinamizada por organizações não governamentais, do Movimento de Mulheres Negras, ganhou centralidade e, nossos objetivos incluíram uma análise da perspectiva educacional possível de ser localizada nas suas ações. Vislumbrou-se apreender as experiências advindas de práticas pedagógicas experimentadas. Além disso, entender como seus projetos podem refletir nuances de uma filosofia educacional encharcada do ideário do Feminismo Negro, na agenda mais ampla dessas organizações, a saga perpassa a garantia de direitos e apostas relacionadas com os inúmeros desdobramentos de uma luta histórica do Movimento Negro.

O caminho que percorremos, privilegiou leituras sobre o pensamento decolonial latino-americano, o que nos possibilitou identificar traços de uma *práxis* educacional possível na contracorrente, na contramão do instituído. As narrativas orgânicas das organizações, Coisa de Mulher e “CRIOLA, favoreceram outras percepções sobre o que é “Educação para as Relações étnicorraciais”. Sugerem novas entradas em termos de pesquisas sobre o que Nilma Lino Gomes (2017) postula. Vimos ações pedagógicas, filosóficas e outras abordagens metodológicas. A partir dessas apostas, observamos como as organizações assumem um paradigma *outro* em busca de novas abordagens socioeducativas.

Caberia considerarmos, ainda a visão filosófica da autora como parte de outro pressuposto educacional definido com base em “territórios de saber afrocentrado”. Em diálogo com as/os autoras/es do campo, aqui considerado, entendemos que essas experiências apontam para um *pensamento outro*, que promove a afirmação da diversidade. Uma história de inserção que fomenta a desconstrução de uma visão unívoca de existência e conformação de subjetividades de populações diaspóricas. São indicações para uma reconstrução dos espaços de convivência visando garantir maior mobilidade de grupos historicamente subalternizados em espaços não formais de aprendizagem.

Ao pensarmos a luta histórica dos povos do nosso continente, o Brasil tem oferecido exemplos para a composição de um pressuposto, cuja saída é conceber uma *educação na contracorrente*. Também podemos afirmar que a estratégia adotada para erguerem a identidade institucional gira em torno de uma dinâmica organizacional cunhada nas agendas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras.

Acreditamos que a educação promovida por essas organizações de mulheres negras, abarcam proposições capazes de disputar currículos estabelecidos e promovem “desestabilização epistêmica”, por assim dizer. Partimos dessa reflexão e vimos como podem ser analisadas como outros espaços da (des) construção de conhecimentos e de (re) aprendizagens. Ambiências que promovem a crítica ao instituído por causa de mediações interculturais e intervenções curriculares insurgentes e que geram resultados transformadores tanto para as educadoras como para participes de seus pontos de cultura. Nossas questões da pesquisa orientaram as análises sobre uma “agenda outra para a Educação”.

As entrevistas realizadas com as educadoras/oficineiras dos pontos de cultura indicaram aspectos chaves sobre as práticas pedagógicas. Além desse traço, alcançamos entender narrativas orgânicas, que vislumbram seus comprometimentos ético-político perspectivas de vida e, conseqüentemente, de ativismo negro. Foi possível o reconhecimento de suas performances enquanto mulheres negras e brancas, no seu ofício enquanto formadoras e colaboradoras de organizações que imprimem outros contornos educacionais.

De certo modo, as chamadas “narrativas orgânicas” deixaram indicações a serem agregadas quando o tema versar sobre “disputas curriculares e filosóficas”. Acreditamos nas aprendizagens decoloniais que compreendemos como outros espaços de conhecimentos, que incorporam concepções pedagógicas progressistas, insurgentes, contra hegemônicas. Remete-nos ao giro decolonial que implica em outros pensamentos fronteirizos e de perspectiva intercultural crítica, que defende a escuta e a fala de povos originários, com outros conhecimentos, saberes e de metodologias decoloniais compartilhadas em suas dinâmicas, oficinas, rodas, ciclos pedagógicos. Possibilitando, desse modo, não só construir alternativas, emancipatórias em relação à pedagogia oficial, mas também, podendo servir para as subalternizadas como uma pedagogia crítica advinda de mulheres negras, feministas, decoloniais que valoriza as diferenças.

Cabe destacar, os desafios e as dificuldades existentes pelo tempo de existência dessas instituições e suas formações institucionais pré-estabelecidas antes da chegada dos *pontos de cultura*. Fazendo com que os pontos de cultura, absorvessem todo arcabouço e estilo do ativismo sociopolítico, de luta e no combate das desigualdades eminentes em nossa sociedade. Também das experiências vivenciadas por essas organizações de mulheres negras, mediante as interseções de opressões de gênero, raça,

sexualidade, e outros marcadores da diferença que recaem sobre as mulheres negras, independentemente, dos espaços de poder que estejam.

Consideramos com isso, a perspectiva das nossas interlocutoras /colaboradoras da pesquisa o reconhecimento das/o representantes/o dessas organizações pelo direcionamento visando a promover “práticas desobedientes”, que têm como referencial heranças africanas e afro-brasileiras. Um mosaico ancestral fortalecido no pensamento feminista negro e na perspectiva da descolonização dos múltiplos conhecimentos clandestinizados, conforme indicam Quiñonez (2016) e Miranda (2017).

As alternativas educacionais para atender ao público alvo, (meninas, jovens, mulheres negras das periferias, estudantes) incluem “outras leituras de mundo”, nas quais se privilegia o continente africano - como outros lugares de enunciação – na produção de suas próprias obras literárias, revistas, boletins, que fazem parte de um acervo diverso e insurgente.

Nesta pesquisa, encontramos caminhos distintos no que tange à formação do ativismo/militância das partícipes e das professoras/oficineiras/responsáveis dos pontos de cultura, por se tratarem de diferentes conduções dessa prerrogativa. Viu-se como o traço desse ativismo, pautado nas vivências e saberes, perpassa ambas as instituições.

Finalmente pode-se dizer, as instituições apresentam especificidades e idiosincrasias e têm visões diferenciadas sobre aspectos da luta e formas de inserção. Foi possível analisar, também, as possibilidades de *outras educações e aprendizagens decoloniais*. Pelo exposto, são caminhos percorridos por lideranças femininas negras que nos provocaram a pensar outras “expedições investigativas” para o campo da Educação. Aprende-se, nas Ong’s de Mulheres Negras, como podemos promover deslocamentos coletivos nesse universo educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lady. Autonomia e protagonismo: a experiência de intelectuais /ativistas negras brasileiras. In. PEREIRA. A; SILVA. J. **O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

_____. **Protagonismo e autonomia de Mulheres Negras, A Experiência das organizações: GELEDÉS E CRIOLA**. Fazendo Gênero em Santa Catarina-UFSC, p.3,2010.

_____. **“Trilhando seu próprio caminho”**: Trajetórias e protagonismos de intelectuais/ ativistas negras, a experiência das organizações Geledés/SP e Criola/RJ. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/RJ, (2009).

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memória e produção de saberes em espaços educativos não-formais. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 20, n. 26, p. 257-266, 2014.

_____. Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades. **35ª reunião da ANPED. Porto de Galinhas/PE**, 2012.

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. **Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, p.14, 1989.

ARBOLEDA QUIÑONEZ, Santiago. Plan Colômbia: descivilización, genocídio, etnocídio y destierro afrocolombiano. **Nómadas**, n. 45, p. 75-89, 2016.

_____. Santiago et al. **Le han florecido nuevas estrellas al cielo: suficiencias íntimas y clandestinización del pensamiento afrocolombiano**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador.

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.

_____; ALCOFF, José. Autonomism in theory and Practice. **Science & Society**, v. 79, n. 2, p. 221-242, 2015.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas – Dossiê Mulheres Negras**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e perspectiva negra**. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BORSANI, María Eugenia. Historia, memoria, y genocidio: lectura decolonial de la lógica moderna de exterminio. **Bresciano, JA (comp.), La memoria histórica y sus**

configuraciones temáticas. Una aproximación interdisciplinaria, Montevideo, Ediciones Cruz del Sur, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. **Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida: Ideias e Letras**, p. 21-54, 2006.

_____. **A educação como cultura**. Editora Brasiliense, 2ªed.1989.

BRANDÃO, Zaia. A pesquisa em educação e o impacto do crescimento da pós-graduação no Brasil. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2012: uma análise da situação de saúde e dos 40 anos do Programa Nacional de Imunizações**. 2012

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Ed.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Siglo del Hombre editores, 2007.

CANDAU, Vera Maria Ferrão et al. A Didática Hoje: reinventando caminhos. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 2, 2015.

CARDOSO, Claudia P. **Por uma Epistemologia Feminista Negro do Sul: Experiências de Mulheres Negras e o Feminismo Negro no Brasil**. Fazendo Gênero, v.13. 2017.

_____. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320 setembro-dezembro 2014, p. 965-986.

_____. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo). PPGNEIM, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 383.f, 2012.

_____. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo Gênero**, v. 8, 2008.

CARMO, Aline Cristina Oliveira. Descolonização e justiça: fundamentos para a educação e políticas da interculturalidade. **Revista TransVersos**, n. 8, p. 201-217, 2016.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. **Mulheres e educação: gênero, raça e identidades**. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe. In: WERNECK, Jurema (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Palla/Criola, 2006. p. 22.

CARNEIRO, Sueli. Novas “Perspectivas para a Militância Feminista e os Rumos do Feminismo Negro na América Latina” (Debate). **Festival da Mulher Afro-Latino-americana e Caribenha** p. 175-183, 2013.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate**. Selo Negro, 2011.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.

_____. Gênero e raça. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora, v. 34, p. 154-193, 2002 a.

_____. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 209- 214, jan. 2002b.

CASTRO, Monica Rabello de; FERREIRA, Giselle; GONZALEZ, Wania. **Metodologia da pesquisa em educação**. Nova Iguaçu-RJ, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

COULTER, Rebecca Priegert; BRISKIN, Linda. Introduction: Feminist Pedagogy: Challenging the Normative. **Canadian Journal of Education/Revue canadienne de l'éducation**, v. 17, n. 3, p. 247-263, 1992.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

_____. **Black Feminist Thought: Knowledge, Empowerment and Consciousness**. 2000.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: < [http:// www.scielo.br/scielo. Php? script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo. Php? script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&nrm=iso) >.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. **Aproximaciones críticas a las prácticas teóricas políticas del feminismo latino-americano**, v. 1, p. 69-76, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Alejandro Rosillo Martínez et al**, p. 157-178, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luiza Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. **O movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

FALS BORDA, Orlando. ORDÓÑEZ, Ciencias Sociales, integración y endogénesis. **Grandes conferencias de la Facultad de Ciencias Humanas**, v. 1, p. 19-29, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 31ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de educação**, v. 16, n. 47, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2017.

_____. Movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, vol. 10, nº18, p. 133-154.2011.

_____. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete.; BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção Barbosa.; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006. p. 21-40.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

_____. Professoras Negras: Trajetória Escolar e Identidade. **Cadernos CESPUC de Pesquisa**, v. 1, n. 5, p. 55-62, 1999.

_____. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Mazza Edições, 1995.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

_____. Racismo/sexismo epistêmico, universidades ocidentalizadas y los cuatro genocídios/epistemicídios del largo siglo XVI. **Tábula Rasa**, n. 19, 2013.

_____. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. **Formas-otras: saber, nombrar, narrar, hacer**. Barcelona: CIDOB, p. 97-108, 2010.

_____. **Apuntes hacia una metodología fanoniana para la decolonización de las ciencias sociales**. Pele negra, máscaras blancas, p. 261-284, 2009.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUZMÁN, Elizabeth Castillo & ORTIZ, José Antonio Caicedo. Las luchas por otras educaciones em el Bicentenario: de la Iglesia docente hasta las educaciones étnicas. **Revista Nomadas**, 2010. pp. 109-127 out, n.33.

HALL, S. Estudios culturales: dos paradigmas. **Causas y azares**, v. 1, n. 1, p. 27-44, 1994.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. **São Paulo**, 2017.2ed.

_____. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. **São Paulo**, 2013.1ed.

_____. Não sou eu uma mulher. **Mulheres negras e feminismo**. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro, 2014.

_____. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: HOOKS, Bell et al (Orgs.). **Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras**. Madrid: **Traficantes de Sueños**, 2004.

_____. **Feminist theory: From Margin to Center**. Boston: South End, 2000.

_____. WEST, Cornel. Dilemma of the Black intellectual Breaking Bread: **Insurgent Black intellectual life**. p.84, 1991.

_____. Aint IA Woman. **Argument**, v. 24, n. JUL, p. 534-541, 1982.

HASENBALG, Carlos. et al. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. **Raça, ciência e sociedade**, p. 235-249, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2017.

JARDIM, Gabriel. A Fonte QUE NUNCA SECA: Uma análise sobre o trabalho cotidiano de mulheres em contato com água. UFRJ **Tese de doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

KILOMBA, Grada. A Máscara. Tradução DE JESUS, Jessica Oliveira. **Cadernos de Literatura em Tradução, Brasil**, n. 16, 2016.

LERMA, Betty Ruth Lozano. Tejiendo con retazos de memorias insurgencias epistémicas de mujeres negras/afrocolombianas. **Aportes a un feminismo negro decolonial**. 2016.

_____.Feminismo Negro- Afrocolombiano: Ancestral,Insurgente, Y Cimarrón. Um Feminismo em-lugar. <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/>- Universidad Nacional de Córdoba Argentina, **Revista Intersticios de la política y la cultura**, 9: 23-48, 2016.

_____. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **La manzana de la discordia**, v. 5, n. 2, p. 7-24, 2012.

_____.Mujeres negras sirvientas, putas, matrona: una aproximación a la mujer». **Revista de Estudios Latinoamericanos** 1, no. 49,p. 158-235,2010.

LIMA. Ivan C. Nossas persistências históricas: caminhos das pedagogias do Movimento Negro no Brasil. **Século–Revista de História**, n. 25, 2011.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da População Negra Da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (Org.). Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: **Criola**, 2000, p. 05-23. Disponível em: www.criola.org.br/pdfs/publicacoes/livro_mulheresnegraspedf. Acesso em: 14 nov. 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. – [Reimpr.] – São Paulo: **E.P.U.**, 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

_____. Colonialidad y género, **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008.

MARCELINO, Sandra Regina. Entre Jovens Educadoras Negras e suas formas de ativismo. Por outra práxis emancipatória. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, vol. 1, p. 339-348.2015.

MARIN, Pillar Cuevas. Memória Colectiva: **Hacia um proyecto decolonial**. In: **WALSH, Catherine (Ed) Pedagogias decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito. Ediciones Abya-Yala, 2013.

MEIHY, José Carlos. Memória, história oral e história. Oralidades – **Revista do Núcleo de Estudos em História Oral da USP**, n. 8, p. 179-191, jul. /dez. 2006.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. Por uma razão decolonial Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, 2014.

MIRANDA, Claudia; **Clandestinación y Re-existencia Diásporica: Horizontes Expedicionários e insurgência em Afroamérica**. 2017.

_____.RIASCOS, Fanny Milena Quiñonez. Pedagogias decoloniais e interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista. **Educação em Foco**, v. 21, n. 3, p. 545-572, 2017.

_____. **Intelectuais Afro-brasileiras e suas contribuições para uma crítica pós-colonial feminista**. 2017.

_____.**O debate pós-colonial na América Latina contribuições de Silvia Cusicanqui e Santiago-Castro-Gomez**. Revista Artes de Educar n. 3. 2017.

_____.RIASCOS, Fanny Milena Quiñonez; ARBOLEDA, Jhon Henry. Pedagogias Quilombolas e Aprendizagens Decoloniais na dinâmica organizacional das populações negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 8, n. 18, p. 25-43, 2016.

_____.RIASCOS, Fanny Milena Quiñonez; DA SILVA, Rejane Costa. Redes Interculturales y Perspectivas Dialógicas en Afroamérica: La Intersección Brasil-Colômbia. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, 2016.

_____.PIMENTEL, Fernando Guimarães. Currículo de história na UERJ e na UFRJ: todos os caminhos levam à Europa?. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 3, p. 793-815, 2015.

_____.RIASCO, Fanny Milena Quiñonez; QUIÑONEZ, Jhon Henry Arboleda. Discursos e propostas Etnoeducativas no Brasil e na Colômbia. **Revista de História Comparada**, v. 8, n. 1, p. 189-211, 2014.

_____.Frantz Fanon na formação de professores: teorias e outras práticas para os currículos a partir da Lei n. 10639/2003. In: SOUZA, Maria Elena Viana. **Relações**

raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei n. 10639/2003. Rio de Janeiro: Ed. Rovellet, 2013.

_____. Currículos Decoloniais e outras Cartografias para a Educação das Relações Étnico-Raciais: Desafios Políticos- Pedagógicos frente à Lei 10.639/2003. **Revista da ABPN**, v 5, n.11, p. 100-118, jul. – out. 2013.

_____.PASSOS, Ana Helena Itamar. Lugares epistêmicos outros para os novos estudos das relações raciais. In: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2001.

MOREIRA, Núbia Regina. **O Feminismo Negro Brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo.** Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2007. p. 120. Dissertação de Mestrado.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, p. 204, 2001.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: **Selo Negro**, 2009.

OLIVEIRA, Iolanda de. A formação de profissionais da educação para a diversidade étnico-racial. **MULLER, MLR; PAIXÃO, LP Educação, diferenças e desigualdades.** Cuiabá: Ed.UFMT, 2006.

OLIVEIRA, Ivanilde A. et al. A entrevista na pesquisa educacional. In.: MARCONDES, Maria I. et ali. **Metodologia e técnicas de pesquisa em educação.** Belém: EDUEPA, 2010.

OMOLADE, Barbara. **A Black Feminist Pedagogy.** Womens´ Quartely.n-3-4, p.32-39, 1994.

PEREIRA, A. C. J. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social,** 2016, 234 f, Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PERRY. Keisha-Khan Y. MÜLLER, M.R. et al (orgs). **Educação, diferenças e desigualdades.** In: “Por uma pedagogia feminista negra no Brasil: O aprendizado das Mulheres Negras em Movimentos Comunitários”. p.161-184, EDUFMT, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói,** USCS, v. 24, p. 87-118, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global,** p. 93-126, 2007a.

_____. O que é essa tal de raça. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 43-51, 2007b.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005a.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – **CLACSO**, 2005b.

_____. Qué tal raza!. **Revista del CESLA**, n. 1, p. 192-200, 2000.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. **Movimento Negro Brasileiro: Escritos sobre os Sentidos de Democracia e Justiça Social no Brasil**, 2009.

RODRIGUES, Cristiano. & PRADO, Marco. Movimento de Mulheres Negras: Trajetórias política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 445-456.2010.

RUSSO, Kelly; ALMEIDA, A. "Yalorixás e educação: discutindo o ensino religioso nas escolas." **Cadernos de Pesquisa**: p.466-483.2016.

SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1999.

SANTOS JUNIOR, Renato Nogueira dos. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. **Revista África e Africanidades**. São Paulo, Ano 3, n 11,p.1-16,nov.2006

SANTOS, Sônia Beatriz. Interseccionalidade e Desigualdades Raciais e de Gênero na Produção de Conhecimento entre as Mulheres Negras. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de historia da UESPI**, v. 7, n. 1, p. 106-120, 2017.

_____. Conferência no III Encontro da Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras que tem como tema “Decolonialidade, educação e mulheres negras: insurgências políticas e pedagógicas? Novembro-2017(**Abertura da Conferência na UNIRIO**).

_____. Famílias Negras: Uma perspectiva sobre raça, gênero, e educação. **Revista Fórum Identidades**, p.115-158,2015.

_____.Interseccionalidade, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial. Organização Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Maria Silva (Orgs).In: A saúde da mulher negra sob perspectiva de um novo modelo de compreensão. 2014, p.179. Ponta Grossa. **Toda palavra**,2014.

_____. Feminismo negro diaspórico. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, 2012.

_____.As ONGs de Mulheres Negras o Brasil. **Sociedade e Cultura** nº 12(2), Goiânia, Universidade Federal de Goiás, p.275-288.2009.

_____. **Brazilian Black Women's NGOs and Their Struggles in the Area of Sexual and Reproductive Health: Experiences, Resistance, and Politics.** 2008. 467 (PhD). Department of Anthropology, University of Texas, Austin.

SEVERO, José Leonardo. et al. **Pedagogia e educação não escolar no Brasil: crítica epistemológica, formativa e profissional.** p.564,2015.

SILVA, Filipe Gervásio Pinto; SILVA, Janssen Felipe. A crítica decolonial das epistemologias do Sul e o contexto de constituição das coleções didáticas do PNLD-Campo/2013. **REALIS| Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-coloniais-**, v. 4, n. 2, p. 149-174, 2014.

SILVA, Joselina da. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala. 2014.

SILVA, Maria Aparecida. Experiências de Mulheres Negras na Organização e atuação nos movimentos sociais de Araraquara-SP. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala. p. 67-90, 2014.

SILVA, Roberto da. **Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil.**2006. Disponível em: <http://proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sciarttex&pid=MS00000000092006000100015&Ing=em&nrm=isso>. Acesso em 27 de novembro de 2017.

SILVA, Tadeu; LOURO, Guacira Lopes. Quem precisa de identidade. **SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade,** 2009.

_____. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. **Belo Horizonte : Autêntica,**2006.

_____. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. **Belo Horizonte: Autêntica,** v. 2, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes.** Editora Vozes Limitada, 2012.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, p. 15-55, 2008.

TRINDADE, Azoilda Loretto. Educação-Diversidade-Igualdade: num tempo de encanto pelas diferenças. **Revista Fórum Identidades,** p.16, 2008.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima.** Anita Garibaldi, 2010.

WALSH, Catherine. Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais. In: **descolonizar, democratizar: uma educação “outra**, SIMÃO, Adélia Maria Nehme et al.”. CANDAU, Vera Maria (Org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 64-75.2016.

_____. Pedagogical notes from the decolonial cracks. **The Decolonial Gesture**, 2014.

_____. Interculturalidad y (de) colonialidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2013 a.

_____. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**, p.25, 2013b.

_____. Interculturalidad crítica/pedagogia decolonial. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, v. 3, n. 6, p. 25-42, 2012.

_____. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: **7 Letras**, 2009a. p. 12-42.

_____. Interculturalidade e (des) colonialidade: perspectivas críticas e políticas. In: **CONGRESSO ARIC**, 12, Florianópolis. Anais.2009b.

_____. **La interculturalidad en educación**. Peru. Ministério de Educación. Dirección Nacional de Educación Bilingüe Intercultural, 2005.

WERNECK, Jurema- **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. 2010.

_____. Incorporação das dimensões de gênero e de igualdade racial e étnicas nas ações de combate à pobreza e à desigualdade: a visão da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Rio de Janeiro: **AMNB**, 2006.

_____. 27 de abril, dia das trabalhadoras domésticas, **Boletim Toques Criola**, Rio de Janeiro, n. 16, 2004.

ZUCHETTI, Dinorá Tereza; MOURA, Eliana P. G. **Explorando outros cenários: Educação não escolar e Pedagogia social**. Revista Unisinos de Educação. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

APÊNDICE I

1. Quadro de Identificação das Entrevistadas/o

Entrevistadas/o	Função	Ativista	Escolaridade	Identificação Racial
1. Aline Valentim	Professora de Dança Afro	Sim	Graduação em Ciências Sociais e Dança; Mestre em Ciências Sociais	Preta
2. Edmeire Exaltação	Coordenadora geral do Ponto de Cultura Coisa de Mulher	Sim	Graduação em Ciências Sociais Mestre em Ciências Sociais, Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana	Preta
3. Flávia Souza	Professora de Teatro	Sim	Graduada em Dança e Pós-graduada em Educação	Preta
4. Isabel Flauzino	Professora de Canto	Não	Graduada em Música- Canto	Preta
5. Isabela Vieira	Professora de Teoria Musical	Sim	Graduada em Música- canto, Pós-graduada em Música.	Branca
6. José Marmo	Coordenador ponto cultura CRIOLA	Sim	Odontologia/Dentista	Preto
7. Leidimar Marchado	Coordenadora de campo do Ponto de Cultura Coisa de Mulher	Sim	Técnica em Laboratório	Branca
8. Lúcia Xavier	Coordenadora Geral de CRIOLA	Sim	Assistente Social	Preta

9. Neusa das Dores Pereira	Diretora Geral da ONG Coisa de Mulher	Sim	Formada em letras português/francês	Preta
-------------------------------	------------------------------------------------	-----	----------------------------------------	-------

Fonte: Elaborado pela autora/2017

ÂPENDICE II

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Identificação

Nome: _____

Idade: _____

Estado civil: _____

Filho (a): _____

Profissão: _____

Escolaridade: _____

Cor/raça (IBGE): _____

Formação: _____

2. História de Vida/ Profissional/Ativismo

1. Conte-me um pouco da sua história de inserção como profissional e ativista com a Organização de Mulheres Negras que você trabalhou? Quando foi, quais foram os projetos?
2. Fale um pouco da sua trajetória profissional, sua formação (qualificação) e função nesta organização?
3. Tem algum vínculo com outras instituições do Movimento Negro ou em outros movimentos?
4. Quais vínculos você estabeleceu/ estabelece com o debate do feminismo negro?

3. Relações Étnico-raciais e Práticas Pedagógicas

5. Como entende (neste ideário) os processos de educação para as relações étnico-raciais?
6. E sobre suas práticas pedagógicas dentro da ONG?
7. Como são os conteúdos inseridos no projeto educativo da ONG?
8. Quais estratégias e dinâmicas adotadas nas “oficinas pedagógicas”?
9. Você consegue perceber as mudanças de concepção dos jovens, mulheres, a partir do processo pedagógico adotado?

10. Fale um pouco do impacto das ações desenvolvidas:
11. Essa dinâmica vivida com a participação desse público específico tem desdobramentos cotidianos, impacta a proposta inicial das oficinas? Se sim, por quê? Se não, por quê?

4. Questões de Gênero nas Práticas Pedagógicas

12. E você? Como você trabalha com as questões de gênero nas suas práticas pedagógicas na organização? ou não trabalha?
13. Você acredita que as instituições propõem ações voltadas para o fortalecimento das identidades femininas?
14. Quais aspectos você pode destacar do tipo de intervenção adotada com esse fim?
15. Como você trabalha as relações de gênero nas suas práticas pedagógicas em relação às jovens e as mulheres?
16. O machismo impacta o aprendizado e a auto percepção das meninas, jovens e mulheres nessas organizações?

5-Questões Pedagógicas/Conteúdos/Metodologia

17. Como você desenvolvia o seu planejamento pedagógico?
18. Quais eram seus objetivos e quais atividades realizadas?
19. Você tem alguns referenciais pedagógicos e filosóficos sobre sua temática em suas oficinas (aulas) e nessa construção?
20. Esse processo de oficinas realizadas por você no ponto de cultura faz você repensar sua própria prática em sentido mais geral? Você acredita que ela pode fortalecer as identidades que circulam pela instituição?
21. Você reconhece o espaço da instituição como um espaço de outros conhecimentos? Se sim por quê? Se não? E quais?
22. Quais principais desafios e/ou dificuldades enfrentados em suas práticas pedagógicas nos seus espaços de formações? e enquanto mulher negra/branca e homem negro /branco?

ANEXO III- AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Pesquisa: COISA DE MULHER E CRIOLA: UM ESTUDO SOBRE
APRENDIZAGENS DECOLONIAIS EM ONGs DE MULHERES NEGRAS

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ portadora (o) de célula de identidade
nº _____, CPF _____

**autorizo a gravar em (digitar aqui se é imagem em vídeo ou fotografia) e veicular
minha imagem e depoimentos em qualquer meio de comunicação para fins
didáticos , de pesquisa e divulgação de conhecimento científico sem quaisquer ônus
e restrições.**

Abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, *vídeos* e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, “home vídeo”, DVD (“digital vídeo disc”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo sem qualquer ônus a UNIRIO ou terceiros por esses expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sociocultural voltada à preservação da memória, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização. **Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação, não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.**

Rio de Janeiro, _____ de _____ 2017.

Ass: _____